BRUNO GARROTE MARQUES

**Objetividade e Interpretação: o debate entre
R. Dworkin e S. Fish**

Universidade de São Paulo

Faculdade de Direito

São Paulo

2012

BRUNO GARROTE MARQUES

**Objetividade e Interpretação: o debate entre
R. Dworkin e S. Fish**

Dissertação apresentada à Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo como requisito necessário à obtenção do título de MESTRE em Teoria Geral e Filosofia do Direito, sob a orientação do Professor Doutor **Samuel Rodrigues Barbosa**.

Universidade de São Paulo

Faculdade de Direito

São Paulo

2012

Aos que serenam,
Aos que perturbam,
Aos que corpoream,
A Frederico Lobo de Moraes.

AGRADECIMENTOS

Grato aos amigos de terras do passado, os quais estão presentes tão ou mais frequentemente quanto os amigos das terras atuais, as quais ainda clamam para ser desbravadas.

Ao persistente, direto e sincero orientador, que me fez reparar constantemente nos defeitos que minha vaidade teimava em desviar o olhar. E pelo incentivo e apoio em momentos de perda e desvio do meu eu.

À minha família, pela paciência por meus longos dias, meses e anos passados fora de casa, em outra cidade – e, em especial, este desafiante último ano.

Aos estudantes de Direito da Sanfran e à oportunidade que tive em ter contato com eles durante as monitorias, principalmente de IED. Deles apareciam as perguntas mais básicas e, portanto, as mais difíceis de serem respondidas, fazendo-me lembrar do porquê eu escrevia.

Por fim, àqueles que instigaram ou afetaram mesmo sem saber, pois eles, não escolhidos, conquanto irrefutáveis, estão em mim.

E na nua luz eu vi
Dez mil pessoas, talvez mais.
Pessoas conversando sem se falar,
Pessoas ouvindo sem se escutar,
Pessoas escrevendo canções
Que vozes nunca compartilham
E ninguém ousa
Perturbar o som do silêncio.
(*O Som do silêncio*, Simon & Garfunkel)

Já antes de alguém escolher, a
personalidade está interessada na
escolha, e se alguém protela a escolha,
a personalidade ou as forças obscuras
dentro dela inconscientemente escolhe.
(*Ou isso ou aquilo*, Kierkegaard).

And in the naked light I saw
Ten thousand people, maybe more.
People talking without speaking,
People hearing without listening,
People writing songs
that voices never share
And no one dare
Disturb the sound of silence.
(*The Sound of Silence*, Simon & Garfunkel)

Already prior to one's choosing, the
personality is interest in the choice, and if
one puts off the choice, the personality or
the obscure forces within it unconsciously
chooses.
(*Either/Or*, Kierkegaard)

RESUMO

Esta dissertação narra o debate entre R. Dworkin e S. Fish, ocorrido em uma troca direta de artigos entre os autores na década de 80. A leitura desta discussão, bem como de discussões correlatas, foca nas temáticas da Objetividade e da Interpretação, as quais perpassam o pensamento de ambos. Este debate ainda possui poucos estudos no Brasil, de forma que a escolha por este objeto pretende trazer mais à luz os ricos argumentos desenvolvidos neste embate, os quais, devido a sua importância, precisam ser detalhadamente analisados, percorrendo-se cada movimento, com a finalidade de surtirem efeitos cada vez mais pungentes em nosso pensamento e prática jurídica. O caminho trilhado nesta dissertação se inicia com o artigo “Direito como Interpretação” (1982), de Dworkin, e finda com o artigo “Ainda errado após todos esses anos” (1987), de Fish. Curiosamente, essa linha de artigos seguida neste trabalho terminou por levar essa dissertação à conclusão de que, se compreendermos bem os ensinamentos de Dworkin e Fish, compreenderemos que tais autores, na verdade, não estão discordando entre si como imaginam. Ao contrário, as teorias de ambos são harmônicas entre si. Há uma discordância no âmbito existencial-moral, mas não em um âmbito teórico, conforme julgavam. Para além destes resultados, a feitura desta dissertação mostrou que ela mesma é inevitavelmente uma teoria sobre a interpretação na medida em que se comenta um debate sobre teoria da interpretação. A própria escrita desta pesquisa é, pois, também, ela mesma, um exemplo de como a interpretação ocorre e de como podemos melhor compreendê-la e compreender o Outro. O escopo foi adentrar no debate entre um Crítico Literário e um Teórico Jurídico e pensar sobre os aprendizados que fruiríamos para o modo de olharmos a Interpretação, a Linguagem e a empreitada do Direito. Porém, para além destes aprendizados, a desenvoltura dos estudos e ponderações acerca deste tema específico contribuíram para uma maior percepção tanto sobre do que se trata este debate quanto do que se trata estar no mundo constantemente interpretando: as nossas ações estão fatalmente integradas em uma postura existencial e moral no mundo. Compreender o porquê das incompreensões entre Dworkin e Fish é compreender o porquê das incompreensões em geral; e tal compreensão é um passo importante para melhor conseguirmos nos entendermos e sermos mais sensíveis ao discurso do Outro.

Palavras-chave: Interpretação; Dworkin; Fish; Direito; Moralidade.

ABSTRACT

This dissertation narrates the debate between R. Dworkin e S. Fish, occurred in a direct exchange of articles between the authors in the 80s. The reading of this discussion, as well as related discussions, focuses on Objectivity and Interpretation, which pervade the thought of both. This debate has yet few studies in Brazil, so that the choice of this object is willing to bring to light the rich arguments developed on this debate, which, given its importance, must be particularly analyzed, covering up every movement, with the purpose of rising effects increasingly poignant in our thought and legal practice. The path trodden in this dissertation begins with Dworkin's article "Law as Interpretation" (1982) and ends with Fish's article "Still wrong after all these years" (1987). Curiously, this line of articles followed in this piece of work finally lead this dissertation to the conclusion that, if we comprehend well the teachings of Dworkin and Fish, we will comprehend that these authors indeed are not disagreeing among themselves as they imagine. On the contrary, both theories are harmonic between themselves. There is a disagreement within the existential-moral sphere, but not in a theoretical, as they thought. In addition to these results, the writing of this dissertation has shown that this thesis is itself inevitable a theory about interpretation insofar it comments a debate about a theory of interpretation. The writing itself of this research is, therefore, also itself an example of how interpretation occurs and how we can better understand it and understand the Other. The scope was entering the debate between a Literally Critic and a Legal Theorist and think about the learnings we would make towards the way we look Interpretation, Language and the enterprise of Law. But, in addition to these learnings, the development of these studies and ponderings about this specific theme contributed to a greater perception on what is this debate about as well as what is being in the world constantly interpreting: our actions are fatally integrated in an existential and moral posture within the world. Comprehend the why of the incomprehensions between Dworkin and Fish is comprehend the why of the incomprehensions in general; and that comprehension is an important step for us to better understand ourselves and to be more sensible to the discourse of the Other.

Key-words: Interpretation, Dworkin, Fish, Law, Morality.

Title: Objectivity and Interpretation: the debate between R. Dworkin and S. Fish.

SUMÁRIO

RESUMO.....	06
ABSTRACT.....	07
1. ISTO NÃO É UMA DISSERTAÇÃO.....	10
1.1. Da Dissertação que escreve a dissertação	11
1.2. Propósito, Caminho a ser percorrido e Escrita.....	15
1.3. O debate Dworkin-Fish	18
2. DEBATE ENTRE ARTIGOS	21
2.1. Direito como Interpretação.....	22
2.1.1. A outra via	25
2.1.2. O modo de agir da Crítica Literária.....	26
2.1.2.1. A hipótese estética e seus efeitos	26
2.1.3. E qual é a diferença, ao final das contas?	30
2.1.4. Como tudo isso se liga à visão do Direito como uma cadeia	35
2.1.5. Que mudança isso acarretará no olhar sobre o Direito?	37
2.1.6. Finalizando e caminhando para a polêmica com Fish.....	39
2.2. As críticas de Fish: pensando sobre a cadeia	40
2.2.1. Fish discorda de Dworkin ou não o compreende?	41
2.2.2. Brincando de romance em cadeia.....	47
2.2.3. Em resumo: os supostos dois grandes erros de Dworkin	55
2.2.4. Querela envolta da intenção do autor	60
2.2.5. Fish reconhece ter compreendido mal Dworkin?	64
2.3. O interno, o externo e o descompasso linguístico entre Dworkin e Fish	66
2.4. Por favor, não falem mais sobre Objetividade	71
2.4.1. Críticas a um Dworkin imaginário?	72
2.4.2. Críticas a um Fish imaginário?.....	75
2.4.3. Comunicação: as nossas falas e o nosso comportamento.....	78
2.4.4. Novamente um Fish imaginário?	81
2.4.5. Adentrando ainda mais na Objetividade	89
2.4.6. Os diferentes tipos de Verdades	97

2.4.7. Bateria final de críticas e respostas	104
2.5. Errado de novo	110
2.6. Ainda errado após todos esses anos?.....	121
2.6.1. Aparando arestas	122
3. ESTAR NO MUNDO É INTERPRETAR	126
3.1. Como O debate Dworkin-Fish nos afeta? O que muda?	127
3.2. O Dworkin fisheano e o Fish dworkineano.....	130
3.3. Sanando derradeiras incompreensões.....	134
3.4. Afirmar a si mesmo é existir valorosamente no mundo.....	138
4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	144

1. ISTO NÃO É UMA DISSERTAÇÃO

As proposições “Isto não é uma dissertação” e “Isto é uma dissertação” são contraditórias? Depende. Não posso afirmar nada simplesmente olhando para elas. E, se eu assim afirmasse, essa minha afirmação só seria possível por eu já as ter lido de um modo tal que possibilitou o meu juízo. Para responder essa pergunta, tenho, portanto, que pensar em diversos fatores, entre os quais: em que contexto foram ditas, por quem foram ditas, com qual intenção foram ditas e de que modo podem ser entendidas. Após levar vários elementos em considerações, posso fornecer, ao final, a minha melhor interpretação para tentar responder a pergunta sobre elas serem ou não contraditórias. Todos os elementos precisam ser pensados no momento de interpretarmos. Ou, melhor dizendo, devem ser repensados, pois sempre que olhamos para o mundo a interpretação já está sendo lançada enquanto o mundo nos envolve. Não saberíamos nem olhar o que estamos olhando, escutar o que escutamos, cheirar o que cheiramos, tocar o que tocamos, se já não houvesse alguma interpretação em curso.

O que significa a frase “Isso não é um cachimbo” escrita ao lado da imagem pintada de um cachimbo? “É claro que isso é um cachimbo!”, alguém poderia gritar. “Estamos olhando para este algo em nossa frente e a palavra que brota em nossa cabeça é cachimbo”, continuaria. Mas, e se alguém criticasse dizendo: “Ora, não se trata de um cachimbo, mas, sim, de uma imagem, uma representação, de um cachimbo”, ao que a outra pessoa rebateria: “Sim, mas a minha afirmação continua correta: Isso é um cachimbo!”. Essas duas pessoas estão discordando ou simplesmente não se compreendendo? Se estão discordando, sobre o que e por que discordam? E, se estão compreendendo mal uma a outra, sobre o que e por que está ocorrendo esse mal entendido?

Há diversos modos de utilizarmos o verbo “ser” e o substantivo “cachimbo”. Tanto a afirmação “Isso não é um cachimbo” quanto a afirmação “Isso é um cachimbo” dita por duas pessoas diferentes, ou até pela mesma pessoa, podem estar em harmonia, podendo apenas estar sendo utilizadas em jogos linguísticos diferentes. Pergunta que poderia surgir: isso quer dizer que tais pessoas nunca poderiam discordar, por estarem simplesmente “se desentendendo”? Tudo sempre é tão somente “uma questão de linguagem”? Não, elas podem, sim, discordar e negar a discordância seria negar algo que ocorre frequentemente em nossas vidas. Se um destes debatedores pensasse que essa imagem não se trata de um cachimbo, mas, sim, da imagem de uma maçã, então haveria aqui uma discordância –

porque elas estariam dentro do mesmo jogo linguístico e discordando sobre o que estão olhando. Porém, se este mesmo debatedor estivesse dizendo que a imagem do cachimbo *representa* a ideia de uma maçã, então, talvez a sua opinião voltasse a ser harmônica, vez que voltaria a atuar em um jogo linguístico diverso.

1.1. Da dissertação que escreve a dissertação

A afirmação “Isso não é uma dissertação” pode representar a postura de um leitor A que não concordou com o estilo em que ela foi escrita, não compreendeu como possíveis os argumentos utilizados, não admitiu alguns métodos de pesquisa e escrita empregados etc. Outrossim, essa afirmação pode representar também a opinião de alguém que achou tal tese simplesmente “estranha” por não citar muitos autores-autoridades para a “embasar”; por falar diretamente com o leitor; por valer-se da primeira pessoa em alguns momentos e expor a postura do mestrando-autor mais abertamente; por ser apenas formalmente uma dissertação, escamoteando, na verdade, um grande ensaio; por não se ater tão somente a “comentar” o debate; ou, por fim, por não se calcar em nenhuma escola de pensamento mais definida ou tampouco se valer de termos técnicos precisos de somente um tipo de comunidade interpretativa.

De outro lado, outro leitor, B, poderia afirmar: “Isso é uma dissertação”, concordando com o estilo, compreendendo como possíveis os argumentos e enxergando um adequado modo de se pesquisar e narrar um debate tão intenso, profícuo e detalhado entre dois autores. Outrossim, esse mesmo leitor pode enxergar que a escrita desta dissertação não poderia se dar de outro modo, senão adentrando-se diretamente no debate, sem comentar os intermediários e os comentadores do debate, pois isso poderia deixar caótica e ruidosa uma pesquisa que se propõe justamente tentar, o mais delicadamente possível, eliminar má-compreensões entre dois autores – imaginem a confusão causada quando se trouxesse outras opiniões, com suas próprias visões e má-compreensões, para essa profusão de embates? O leitor poderia, igualmente, entender que utilizar a primeira pessoa e expor-se o mais abertamente possível seria compreender a própria conclusão desta dissertação, assumindo, pois, uma postura interpretativa no mundo, colocando-se como um intérprete existente e que tenta construir uma interpretação sobre o seu objeto de estudo, sendo que não haveria nada mais sincero e direto do que apresentar a argumentação em primeira pessoa, pois quem fala é justamente um autor-pesquisador e não uma coletividade de vozes ou de autoridades.

E, por fim, tal leitor B pode defender que se trata de uma dissertação por ter sido escolhido um tema específico, o debate entre dois autores, cuja relevância é importante para a teoria do direito. Além disso, “comentar um debate” é precisamente posicionar-se a respeito dele, sem escamotear ideias por meio de argumentos supostamente imparciais ou que não assumam estar conduzindo o leitor a determinada direção. Deste modo, não trazer outros autores seria justamente a vantagem desta dissertação e a comprovação de que se trata efetivamente de uma dissertação pertinente: primeiramente, porque trazer outros autores e terminologias específicas poderiam mais atrapalhar do que ajudar, vez que se poderia perder tempo e energia e, principalmente, foco ao trazer outros autores e ter que se preocupar em ser fiel a eles. E, em segundo lugar, porque o fato de não se filiar diretamente a nenhuma escola de pensamento ou teoria permite ao mestrado uma maior mobilidade, apesar de, é claro, ninguém poder escapar das influências do que leu ou escutou ou aprendeu durante a vida.

São os autores, as leituras e as vivências que nos possibilitam justamente enxergamos o que enxergamos e nos posicionarmos do modo como posicionamos. Todos os autores estão em nós e nós os exalamos mesmo sem ter consciência. Ou seja, a redação desta dissertação seria o posicionamento sobre uma temática que se elegeu e que se reputa relevante para a discussão em torno da Filosofia e Teoria do Direito, perfazendo, portanto, tanto uma adequada escolha temática quanto um adequado modo de realizar uma dissertação, independente de citar ou não nomes-autoridades, buscando desenvolver um argumento e visão sobre um delimitado tema escolhido para o qual se deu atenção durante três anos – aliás, tudo isso torna essa dissertação não somente possível, como também aumenta a responsabilidade dela quanto à justificação dos raciocínios desenvolvidos.

Agora, uma pergunta antes de avançarmos: os leitores A e B estão discordando entre si? Se sim, sobre o quê e por que estão discordando?

As duas posturas estão tentando desenvolver argumentos sobre o que é uma dissertação, sobre o que é necessário um escrito possuir para que ele seja considerado uma dissertação. Assim, eles discordam. Estão discordando sobre o que é uma dissertação e, mais, sobre o que ela deve ser tendo em vista as suas posturas político-morais no mundo¹.

Até mesmo frases singelas como “mas as dissertações sempre foram escritas de determinado modo” ou “de acordo com o estatuto, toda dissertação deve possuir um título e se não possuir um título ela não é, portanto, uma dissertação” não podem ser alegadas

¹ Vide os comentários finais desta dissertação para uma melhor compreensão cíclica desta introdução.

sob uma pretensa proteção absoluta. É, preciso, pois, respectivamente, argumentar o porquê ser interessante que todas as dissertações continuem a ser escritas de determinado modo e o porquê é importante para as dissertações possuírem um título – pois, por mais “óbvio” que algumas posturas possam parecer, elas só são óbvias dentro de determinada prática e só são óbvias até serem contestadas por outras.

Os leitores A e B estão, sim, discordando e a sua discordância mostra que possuem teorias sobre o melhor modo de interpretar a nossa prática e, em específico, sobre o que é escrever uma dissertação. E essas teorias, como qualquer outra, são indissociáveis de uma teoria normativa; no caso, trata-se de uma teoria normativa sobre como uma dissertação deve-ser, pois, por mais que se queira recorrer à “história institucional” ou aos “estatutos”, tanto a história quanto os estatutos também devem ser interpretados e justificados. E é toda essa problemática, implícita ou explícita, que confere um complexo sentido a uma frase aparentemente trivial como: “Isso (não) é uma dissertação”.

Seria diferente se, por exemplo, houvesse um leitor C, o qual simplesmente alegasse: “Não é possível dizer se isso é realmente uma dissertação ou não. Na verdade, ambas as posturas estão defendendo os próprios interesses e tentando convencer outros a adotarem o seu lado, sendo que a posição vencedora não pode se arrogar ser melhor do que a outra. Ela será tão somente a posição vencedora e nada mais.” Esta, sim, seria uma postura diferente de A e B. O leitor C não estaria nem sequer discordando de A e B. Aquilo estaria simplesmente jogando um jogo diverso. Se quiséssemos saber se ele discorda dos outros leitores, teríamos que realizar outras indagações que trouxessem o leitor C para dentro do jogo entre A e B.

“Ora, mas todos eles estão falando coisas diversas e estão brigando. Como você pode me dizer que eles não estão discordando?” Sim, é claro que toda postura que embate diretamente com outra ou que se narra como uma oposição a outro pensamento, mesmo que não seja, está, ao menos em algum nível, discordando desta postura, uma vez que, pelo menos, discordam sobre o modo de abordar a referida questão. Porém, isso é outro tipo de discordância dentro de um tipo de jogo específico. Quando digo que não estão discordando, estou dizendo que nem sequer discordam dentro de um determinado tipo de jogo em que esse tipo de postura nem mesmo é compreendida como uma discordância, pois não é considerada uma postura dentro deste jogo.

Esses tipos de questões e problemas surgem cotidianamente. E, em especial, as discussões entre A e B surgem em vários momentos da prática jurídica quando dizemos, por exemplo: Isso (não) é um contrato válido; Essa atitude (não) é jurídica, (não) é

permitida pelo Direito; Esse ato (não) é inconstitucional; Isso (não) é um crime; Isso (não) configura dolo ou culpa; Este (não) é um casamento reconhecido pelo Direito etc.

Compreender o que ocorre quando interpretamos é compreender a nossa prática interpretativa nos diferentes ramos. Assim, essa dissertação espera contribuir para um melhor modo de olharmos para prática jurídica, influenciando a maneira como debatemos juridicamente, tornando-nos mais conscientes das posturas morais e políticas que automaticamente adotamos, trazendo maiores dificuldades para aqueles que desejam apoiar simplesmente em uma autoridade externa como um código, lei, norma ou portaria para defender a sua posição. A partir disso, outros modos argumentativos, pois, entrarão em jogo e serão considerados menos estranhos e farão parte do jogo interpretativo do Direito, sendo não somente mais aceitos, mas, também, mais desejáveis. Todo esse processo é lento e ocorre também no próprio ensino de matérias básicas como IED (Introdução ao Estudo do Direito), sobre o quê é o Direito e como ele se dá no mundo, bem como no modo como a nossa sociedade ensina as nossas crianças a olharem para essa complexa prática que é o Direito.

Espero que essa introdução seja mais bem compreendida após o término da leitura desta dissertação, sob a pena desta não ter cumprido o seu propósito. Essa introdução é, pois, ao mesmo tempo, uma introdução e uma conclusão. Isso ficará mais claro após a leitura desta dissertação, a qual, espero, afetará a maneira do leitor de interpretar e, consequentemente, afetará o próprio texto que aparecerá diante dos seus olhos.

Por último, uma pergunta: Essa introdução faz parte da dissertação ou é externa a ela? Ou seja, essa introdução é construída a partir de um patamar interno ou externo? Poder-se-ia dizer que se trata de um ponto de vista externo, o qual questiona o próprio significado de uma dissertação e o que ela representa. Todavia, se eu estou dizendo o que digo dentro de uma dissertação, então, como esse ponto poderia ser externo? O que foi dito até agora já não seria parte essencial da própria construção do argumento a ser melhor desenvolvido ao longo desta dissertação? Compreender o porquê esta introdução é interna e externa, sem cair em contradição ao afirmar isso, é compreender essa dissertação.

A Interpretação é o único modo-de-ser ao nosso alcance e eu somente possuo argumentos-de-dissertação para argumentar sobre a minha dissertação.

1.2. Propósito, Caminho a ser percorrido e Escrita

O propósito é aquilo que aponta para o objetivo, para o rumo e, portanto, é também a justificativa de ser desta dissertação, aquilo que a impulsiona, qual seja: narrar uma discussão importante que ainda não chegou ao Brasil em termos mais detalhados, tendo sido, pois, pouco ou quase nada estudada e analisada. Compreender o debate travado entre Dworkin e Fish por meio de uma profícua troca de artigos é compreender melhor o que é a empreitada da Interpretação e, conseqüentemente, compreender melhor qual é a empreitada do Direito. Compreender esse debate é, pois, compreender que a nossa postura no mundo é uma postura indissociável de um dever-ser, de um querer-algo, de uma vontade de interpretar irrecusável e de afetar pessoas para os nossos posicionamentos. E essa percepção confere um caráter existencial para qualquer interpretação e, no fundo, para qualquer ação do mundo, pois o homem não é senão sendo em um mundo circundante indissociável de seu ser-no-mundo.

Deste modo, o propósito desta dissertação, *stricto sensu*, é narrar o debate entre Fish e Dworkin pouco explorado no Brasil. Dar-se-á foco, durante essa escrita, à temática da Objetividade e a da Interpretação, mostrando, por meio de acareação, como os autores concordam entre si, apesar de alegarem o contrário. Ou seja, tentarei mostrar a maneira como eles acabam por entrar em um debate, no qual não descrevem bem o projeto do outro e, conseqüentemente, não compreendem bem os posicionamentos e as críticas de seu adversário.

Outrossim, o propósito desta dissertação, *lato sensu*, é mostrar que ela mesma é inevitavelmente uma teoria sobre a interpretação na medida em que se comenta um debate sobre teoria da interpretação. A própria escrita desta dissertação intentará, pois, ser uma das demonstrações de como a interpretação ocorre e como podemos melhor compreendê-la e compreender o Outro após melhor entendermos o debate entre esses dois autores.

O caminho a ser percorrido se iniciará com o artigo de Dworkin *Direito como Interpretação* (Law as Interpretation), escrito em 1982, e seguirá a trilha dos outros artigos, portadores da sucessão dos argumentos que vão se desdobrando e elucidando as posições de ambos os autores ao longo desta troca de críticas.

A dissertação é, pois, sobre Objetividade e Interpretação dentro de um debate entre Dworkin e Fish, sendo interessante notar que o próprio esforço de compreensão e interpretação que eu realizei ao longo da construção deste debate parece ter demonstrado a própria importância do debate, uma vez que a própria escrita desta dissertação é uma empreitada interpretativa e é, ela própria, uma teoria interpretativa e moral, explícita ou

não, assumida ou não. Assim, o ensinamento de ambos os autores contribuíram para eu os compreender melhor e, ironicamente, para eu conseguir enxergar que talvez eles não tenham se compreendido muito bem. E este é um ilustrativo giro reflexivo em torno da escrita desta dissertação, o qual, sinceramente, pode ser quicá a maior contribuição deste trabalho, para além, inclusive, do próprio debate em si.

Compreender a existência deste giro reflexivo interpretativo em cada postura tomada no mundo é alterar profundamente o modo como justificamos as nossas posições. Por exemplo, a discussão constitucional sobre a união e o casamento homoafetivo ocorre em moldes diferentes conforme os intérpretes sejam diferentes. Um deles pode defender uma leitura “literal” da lei, segundo o princípio de que “na clareza, cessa-se a interpretação”, ou ainda buscar a intenção do legislador, o qual “claramente” não queria, naquele contexto, permitir o casamento homossexual nem a união homoafetiva. E, mais, esse intérprete pode pensar que está simplesmente “lendo” ou “dizendo” o Direito, ao invés de interpretá-lo. O quão diferente não seria a discussão se estivéssemos diante de um intérprete que compreendesse que toda opinião – e, portanto, toda opinião jurídica – é uma interpretação, a qual envolve uma postura moral e política sobre o que se interpreta? Este é o porquê maior desta dissertação.

Em relação à escrita em primeira pessoa, ela ocorre porque espero conseguir olhar para esse debate da forma mais direta possível, buscando melhorar a nossa compreensão sobre algo a partir das pesquisas e das leituras que o meu eu-concreto realizou. Assim, não me sinto nem desejo me sentir distante de vocês, leitores, pois creio que estamos todos dentro desta complicada empreitada que é a interpretação. E usar a primeira pessoa me parece uma tentativa mais sincera de me abrir para possíveis erros que eu possa ter cometido, bem como me abrir para uma conversa mais direta e sem mediações, no intuito de conseguirmos juntos dialogar e ampliarmos o nosso entendimento sobre o mundo e também, neste caso específico, sobre o debate entre Dworkin e Fish.

Parece-me natural escrever em primeira pessoa, pois a própria construção e conclusão a que se chega nessa dissertação intenta mostrar que sempre somos nós que dizemos algo no mundo, mesmo quando “simplesmente descrevemos”. Não há uma postura mais neutra nem um autor que escreve na primeira pessoa do plural ou que escreve por meio de um discurso impessoal, com um sujeito indeterminado. Todo discurso provém

de um sujeito, cuja defesa, fala, descrição ou prescrição², é um posicionar-se dentro de determinado contexto, sendo compreendido e afetando o outro por meio do discurso.

Após ter estudado e analisado sobre o que significa interpretar envolta do embate entre dois grandes pensadores, não seria recomendável eu continuar escrevendo como se não tivesse nada aprendido, sem aplicar, pois, na prática tais contribuições, acreditando ser o modo mais sincero e produtivo de me manifestar no mundo. Aliás, a escrita de Fish, Dworkin e de seus críticos ou comentadores também costuma ocorrer de um modo mais direto e, inclusive, na primeira pessoa, o que confere ao debate o caráter dialogante que ele possui, pois, de fato, trata-se de um diálogo entre pensadores entorno de um tema buscando melhores soluções para um melhor modo de se narrar.

Esta dissertação é, portanto, um lançar-se e um fixar-se no mundo, de forma que eu não poderia fugir desta responsabilidade nem deste assumir-se, após os estudos e ponderações desenvolvidos ao longo dela. Trata-se de vivenciar e efetivar o que pensamos, se não queremos correr o risco de tornar a academia um âmbito puramente teórico, sem implicações existenciais.

De todo modo, além dos estudos desenvolvidos nesta dissertação, também fui influenciado pelos meus caminharos na Universidade de Brasília, onde um educador da autenticidade afirmou o seguinte sobre o escrever: “...quem fala é o meu eu concreto (...), o que proponho não é o traçado de uma imagem objetiva do mundo, mas a elaboração de uma determinada narrativa, que não pode ser feita senão a partir da minha própria perspectiva e do meu lugar.”³ Assim, essa dissertação não pode ser mais do que é: o meu ser senão sendo linguisticamente e existencialmente no mundo, impossibilitado de sair dele para falar sobre ele, falando, pois, sempre a-partir-de. E, escrever neste estilo, parece-me colocar tanto mais perto daqueles que comento quanto daqueles com quem dialogo – ao longo desta dissertação, será possível re-pensarmos também o que significa esta divisão entre escritor/autor e comentador/crítico.

O que é, portanto, esta dissertação? Uma tentativa de persuadi-los para um modo de enxergar: um modo de enxergar o debate entre Fish e Dworkin; e um modo de enxergar a interpretação; e, principalmente, um modo de enxergar a moralidade.

² Veremos ao longo desta dissertação se (i) ainda faz sentido esse dualismo descrição/prescrição e (ii) quando ele ainda poderia fazer sentido.

³ COSTA (2008: 08)

1.3. O debate Dworkin-Fish

Poderíamos traçar esse debate Dworkin-Fish de vários modos e por várias entradas, sendo que o próprio nome de Dworkin vir à frente do nome Fish poderia indicar já algum tipo de posicionamento meu. E deveras indica, de forma pensada ou não, assumida ou não, pois cada falar, escrever e expressar é um colocar-se no mundo, mesmo que ainda inexprimível o seu significado. Significado este, é claro, diferente se for mais pensado ou menos e mais assumido ou menos; porém, de qualquer modo, trata-se de um significado e uma posição no mundo, pois mesmo possuir uma posição não atenta no mundo já indica um posicionamento importante diante da vida.⁴

Poderíamos, pois, pensar em qual seria o melhor método e modo de se olhar para este específico, mas profundo e relevante, debate travado entre Ronald Dworkin e Stanley Fish. O que me pareceu mais interessante é analisar este debate atendo-me mais aos argumentos presentes nos próprios artigos-cerne, uma vez que se propor a escrita de um artigo é se propor a desenvolver raciocínios e argumentos que se bastem e que consigam sustentar uma ideia ou posição, mesmo que não sejam tão bem desenvolvido quanto poderiam ser em algum livro ou escrito maior. Assim, para evitar comentários e críticas tais como “esse raciocínio é mais bem desenvolvido neste ou naquele livro do autor”, “você não está considerando o livro tal ou artigo qual, extremamente relevante para compreensão do autor”, “se você tivesse lido melhor e mais completamente as obras e escritos anteriores e posteriores deste autor, você observaria facilmente que ele desenvolve melhor esse argumento e, inclusive, melhora bastante a posição, deixando-a bem mais consistente” e tantos outros possíveis, feitos tantos pelos apoiadores de Dworkin quanto os de Fish; penso que seja mais profícuo tentarmos analisar os textos e os argumentos presentes dentro deles mesmos, do modo como foram construídos e não do modo como poderão ser melhorados ou alterados em outros lugares e no futuro.⁵

⁴ Ou seja, o não pensar sobre algum tema ou sobre algum termo indica algo sobre aquela pessoa, o qual é relevante se notar. Alguém que utiliza o termo liberdade ou livre-arbítrio de forma leviana e completamente intercambiável está nos dizendo algo. Não necessariamente está assumindo ser uma pessoa que nunca pensou muito sobre estes termos e que, portanto, não faz distinção entre eles. Pode, ao contrário, ser um grande pensador que, após muito refletir sobre estes termos, concluiu que o melhor é não os distinguir e, portanto, acredita ser melhor incentivar um uso público e ordinário em vez de se perder em discussões filosóficas. Deste modo, não estou alegando que o fato de alguém agir de determinado modo ou não já implica necessariamente um tipo de fidelidade com algum tipo de pensamento ou posicionamento. O que pretendo ressaltar, já neste início é que cada agir no mundo já carrega algum tipo de postura que deve ser levada em conta se quisermos compreender melhor e mais amplamente o algo a ser compreendido; ou seja, já porta um significado, independente de intenção ou consciência de quem age.

⁵ Esse, inclusive, é um ensinamento Dworkin e Fish: olharmos para uma obra sem tentar modificá-la ou torná-la melhor por meio da nossa interpretação ou de comentadores. Esse posicionamento harmônico entre ambos é visto claramente quando comentam Hamlet, conforme será abordado mais à frente nesta dissertação.

Agir assim é densificarmos nossa atenção para dentro dos argumentos em questão. E isso deve ser feito porque os autores se propuseram a discutir entre si por meio de artigos que diretamente remetem um ao outro, de forma que travaram disputas específicas envolvendo argumentos precisos dentro desta troca. Focalizarei, pois, nos argumentos de ambos os autores de forma também específica e detalhada, buscando criar um quadro que mostre com organicidade o pensamento de ambos dentro do texto. No mais, como pretendo desenvolver a minha tese da forma mais fundamentada e clara possível, estarei atento para exemplificá-la ao caminharmos passo a passo nas compreensões e má-compreensões presentes nos textos tanto da parte de Dworkin em relação a Fish quanto de Fish em relação a Dworkin, e de ambos em relação ao debate.

Com esse propósito em mente, o uso de comentadores ou opiniões externas será evitado com a finalidade de não atravancar um debate já complexo e repleto de entraves. Já há grandes desencontros e desentendimentos entre ambos os autores por si só. Ao pensarmos em outros autores/comentadores/pensadores falando sobre esse debate, traríamos mais possibilidades de desencontros e des-comunicação. Afastarmos os possíveis ruídos advindos de outras fontes proporciona uma maior profundidade e especificidade na análise dos argumentos e do debate em si.

Depois de feito esse diálogo e análise focada nestes artigos, poderemos caminhar com outros pés e bases para uma discussão maior sobre consistência e coerência dos argumentos destes autores levando-se em conta a discussão como um todo, bem como certo saldo decorrente dela. Aí sim, neste ponto, poderemos pensar mais sobre um projeto maior de compreensão de mundo de ambos os autores, ficando evidente como esse debate instigou outros pensadores a se posicionarem sobre estes temas em questão, bem como de que maneira essa troca de argumentos contribui para melhor pensarmos o Direito dentro do tema da Interpretação e da Objetividade.

É digno de constatação que as notas de rodapé não precisam ser lidas para que se compreenda a dissertação. Elas, diga-se de passagem, acabaram sendo extensas em diversos momentos. Notas de rodapé, principalmente aquelas dispensáveis à leitura e compreensão do texto, atravancam a fluidez de um texto. Sendo assim, é perfeitamente possível ler essa dissertação sem se recorrer às notas de rodapé; porém, para uma visão mais completa e no intuito de me adiantar contra algumas eventuais dúvidas e críticas, decidi por escrevê-las.

No que diz respeito às traduções, todos sabemos das suas complicações, sendo que a tradução implica necessariamente uma interpretação, a qual não pode ser impecável

recorrendo-se somente a uma literalidade etimológica ou a um puro traduzir de ideias e intenções do autor. Assim, tentei traduzir dando uma maior prioridade à etimologia quando possível, mas sem descuidar da ideia do autor. No mais, para os interessados, o original sempre está inserido nas notas de rodapé.

Por fim, um comentário: alguns dizem que o debate entre Fish e Dworkin contribuiu muito para a posição de ambos, alterando o modo como eles pensavam. Tentarei mostrar, durante essa dissertação, que a maneira de enxergar a interpretação e o próprio projeto de cada um alterou muito pouco em vista deste embate. O que ocorreu, contudo, foi uma melhor explicitação de cada projeto, bem como o desenvolvimento de mais exemplos e argumentos, o que contribuiu, e muito, para o aprofundamento neste tema importante para a vivência jurídica.

2. DEBATE ENTRE ARTIGOS

Tratarei os argumentos conforme forem aparecendo na sequência cronológica de troca dos artigos.

Assim, o primeiro texto a ser trabalhado aqui será *Direito como Interpretação* (Law as Interpretation), o qual deu início à discussão entre Dworkin e Fish, sendo que explorarei com mais vagar os argumentos deste texto no intuito de ganhar um bom chão para melhor desenvolvermos os argumentos lá na frente, acareando com os outros artigos-debate.

Para facilitar aos leitores, quanto à padronização da citação ao longo desta dissertação, usarei o livro *Politics of Interpretation*, pois reúne o artigo inicial de Dworkin, a resposta de Fish e a contra-resposta de Dworkin.

O cronograma da discussão travada entre ambos foi o seguinte: (i) Dworkin publica o artigo **Law as Interpretation** na revista *Texas Law Review* 60 (1982), sendo republicado em *The Politics of Interpretation* (1983) e, posteriormente, com um novo título (How Law is like literature) em seu livro *A Matter of Principle* (1985); (ii) Fish responde com o artigo **Working on the Chain Gang: Interpretation in Law and Literature**, publicado também na própria revista *Texas Law Review* 60 (1982), sendo também republicado em *The Politics of Interpretation* (1983); (iii) Dworkin contra-responde com o artigo **My Reply to Stanley Fish (and Walter Benn Michaels): Please Don't Talk about Objectivity Any More**, publicado na mesma revista *The Politics of Interpretation* (1983); (iv) Fish continua o debate com o artigo **Wrong Again**, publicado na revista *Texas Law Review* (1983) e, posteriormente, (v) escreve o artigo **Still Wrong After All these years**, publicado em *Law and Philosophy* (1987) – estes dois últimos foram republicado em *Doing What comes Naturally* (1989).

É por este cronograma que irei me pautar. Tentar percorrer detalhadamente os argumentos de cada um a fim de compreender: sobre o que estão discutindo e se realmente estão discutindo sobre o que dizem estar discutindo. Desta forma, essa dissertação, como não poderia deixar de ser, também se insere em um mundo linguístico que constrói na medida em que desconstrói o seu próprio objeto de estudo. Espero que isso fique cada vez mais claro à medida que formos adentrando nessa instigante área que é a linguagem. O mais importante é não somente o que está sendo dito no meio deste debate, mas o que se é dito por detrás dele, permeado nele. E, ao final deste nosso percurso, espero conseguir “mostrar” o meu ponto, pois o que são todas as argumentações senão uma tentativa de

mostrar algo para o outro, de indicar, de apontar, de tentar trazer algo para a visão que outrora não existia ou estava ainda às sombras, tentando afetar o outro para uma sensibilidade que outrora não possuía e que reputamos importante?

Pois bem, adentremos sem mais delongas no primeiro artigo.

2.1. Direito como Interpretação

O título do artigo *Direito como Interpretação* (Law as Interpretation) irá se modificar para *Como o Direito é semelhante a Literatura* (How Law Is Like Literature) no livro *Uma questão de Princípio* (A Matter of Principle). O conteúdo do texto é o mesmo, porém há, nesta alteração do título, já uma importante sugestão do que Dworkin pretende destacar e para o que nós devemos estar mais atentos durante a leitura do texto, qual seja: a semelhança entre o Direito e a Literatura. Esta aproximação é um importante argumento do autor para ganhar terreno no âmbito da Literatura e, em seguida, tentar trazer esse chão percorrido para o âmbito do Direito, pois ambos estariam, segundo o autor, necessariamente imbricados necessariamente em um mesmo exercício interpretativo.

O intuito do autor, portanto, é mostrar que a *prática jurídica* (legal practice) não é um exercício de interpretação somente quando juristas interpretam documentos ou estatutos específicos, mas, também, quando eles interpretam no todo, quaisquer objetos que lhes apareçam. O que a interpretação é no geral pode ser compreendido com a análise sobre como a interpretação ocorre em diversas áreas. E, por esse motivo, Dworkin entende como benéfica a comparação da interpretação jurídica com a interpretação em outros campos do conhecimento, como a literatura especificamente.

A interpretação no Direito, para Dworkin, por não se limitar a uma leitura focada no texto, precisa ser, então, compreendida como uma empreitada *profunda e completamente política* (deeply and thoroughly political), pois a defesa de determinada interpretação e modo de se enxergar o Direito é a defesa de um modo de se olhar para o mundo, assumidas as consequências disso – se este assumir é ou não consciente ou explícito é algo que iremos abordar mais para frente⁶.

E é justamente neste ponto que podemos observamos o mais interessante embate e ponto nevrálgico de todo esse trabalho e quiçá de toda discussão rondando a filosofia da

⁶ Essa noção consciente faz parte da tomada de consciência, que é, no fundo, todo o intuito do pensamento dworkiniano, ou seja, mostrarmos o que fazemos quando estamos interpretando de forma a termos consciência do que é essa empreitada a fim de, após essa tomada de consciência, passarmos a discutir de modo mais interessante, vez que mais consciente. Todavia, será esse projeto tão claro para Dworkin? Não deveria ele ser mais explícito? Não faria mais existencialismo para Dworkin e Fish finalmente darem as mãos? Retomaremos essas perguntas mais a frente, ao final deste trabalho.

linguagem: a diferença (ou não) entre descrição e prescrição; entre ser e dever-ser. Diz Dworkin que o problema central para a jurisprudência analítica é saber qual sentido deve ser atribuído às proposições do direito. Ou seja, trata-se de compreender o que as pessoas estão fazendo quando elas falam sobre o Direito. E mais, trata-se de compreender o que faz com que uma proposição do Direito seja verdadeira ou falsa.

Em critérios de veracidade ou falsidade, parece que as proposições devem ser descritivas (como as coisas são no Direito) e não prescritivas (como elas devem ser). E, somente assim, podemos realizar juízos de veracidade sobre tais proposições, vez que estas seriam descritivas. Por outro lado, se se tratasse de prescrições, estaríamos fazendo juízos sobre juízos de valor, ou seja, seria a nossa opinião sobre a opinião dos outros sobre o que algo deve ser – por mais interessante que isso seja, não poderíamos discutir em um âmbito de verdade, mas, sim, em um âmbito de crenças, ideologias, políticas e vontades de mudança.

Assim, para conseguir discutir em termos de verdade, a discussão deveria ser em torno de proposições descritivas, as quais seriam verdadeiras ou falsas conforme correspondessem ou não à realidade em cotejo, qual seja: o Direito.

E deste modo pensam, diz Dworkin, os *positivistas jurídicos* (Legal positivists). Para eles, as proposições são totalmente descritivas, pedaços de história. Assim, uma proposição é verdadeira, se há uma lei que foi produzida, a qual possa servir como base para a análise comparativa com a respectiva proposição. Imaginemos um primeiro caso: se existir uma norma como “Nenhum testamento será válido sem que haja três testemunhas” e se alguém proferir a seguinte proposição jurídica “é preciso três testemunhas para um testamento ser válido”, então, poderíamos concluir que essa proposição é verdadeira⁷, pois descreve corretamente a norma, vez que corresponde à realidade a qual se pretendeu descrever.

Porém, esse tipo de análise positivista falha em casos mais difíceis⁸. Conquanto a maioria possa concordar com essa proposição a respeito das três testemunhas, o que ocorre, por exemplo, quando há desacordos sobre uma proposição atestando ser as ações afirmativas nas Universidades constitucionalmente válidas?

⁷ DWORKIN in MITCHELL (1983: 250)

⁸ A diferença entre casos fáceis e difíceis também será mais bem trabalhada em outro momento, pois, em seu pensamento mais maduro, Dworkin entenderá que não há uma diferença ontológica entre estes dois tipos de casos, sendo que um caso “está sendo” fácil e outro “está sendo” difícil, podendo tudo se modificar conforme apareça um advogado mais criativo ou persistente; ou conforme se desenvolver alguma jurisprudência mais pacífica sobre determinado tema (Vide *Justice for Hedgehogs*; e até *Law's Empire*).

Dworkin elenca dois caminhos iniciais para tentarmos explicar o que se passa nesse segundo caso e porque ele parece intuitivamente ser diferente do primeiro: (i) entender que as proposições controversas sobre esse tema específico não são descritivas, mas, sim, prescritivas, expressões do que o defensor/emissor gostaria que o Direito fosse; (ii) entender as proposições controversas como tentativas de descrever algum tipo de Direito objetivo puro ou natural, existente devido a uma verdade moral objetiva e não devido a decisões históricas.

Adianto-lhes que Dworkin considera ambos os caminhos falhos. O erro comum cometido é: entender algumas proposições jurídicas como sendo *puramente valorativas* (purely evaluative), distintas de outras supostamente descritivas. Defender isso é pensar que ambas expressam, respectivamente: (i) o que o defensor/emissor prefere (política pessoal), o que ele acredita que o Direito deve ser; ou (ii) o que ele acredita como sendo objetivamente requerido pelos princípios de uma moralidade política ideal, o que o Direito é. Ou seja, tanto em (i) quanto em (ii) há elementos que abandonaram o intuito de descrever⁹, tendo perdido, portanto, a sua possibilidade de ser verdadeiro ou falso.

Nenhum destes projetos (prescrição ou descrição “pura”) é plausível para Dworkin, pois eles falham em perceber o que de fato ocorre quando alguém alega que as ações afirmativas são (ou não) válidas, são (ou não) constitucionais: Este indivíduo intenta descrever o Direito como ele é e não como deve ser¹⁰ – porém, o modo como isso ocorre é bem diferente do que o pensado por esses projetos.

Essa descrição, é claro, não impede as pessoas de, em seguida, dizerem como elas acham que o Direito deve ser, realizando as críticas cabíveis contra esse Direito que ela enxerga que é ao descrevê-lo, ou seja, mesmo que haja uma posterior crítica ou concordância, há, sim, para Dworkin, um momento em que o intuito é dizer o que o Direito é.

E como poderíamos, pois, evitar as armadilhas presentes nesses dois casos? A proposta alternativa à dicotomia, cujos polos Fish designará como Cila e Caríbdis, é pensar as proposições como interpretativas: não meramente descritivas de uma história jurídica nem simplesmente valorativas. Para Dworkin, portanto, as proposições são interpretativas

⁹ No segundo caso, com base no Direito natural, creio que Dworkin tropeça um pouco, pois o intuito de alguns destes defensores seria, sim, a descrição. O que ocorre, porém, é que Dworkin entende essa proposta como por demais ambiciosa ou estranha aos nossos ouvidos contemporâneos, vez que se trataria de uma tentativa de descrever uma vontade Maior ou uma racionalidade latente no mundo. De qualquer modo, o desenvolvimento da ideia de proposições interpretativas realizado em seguida por Dworkin consegue abarcar tanto o caso (i) quanto o (ii).

¹⁰ DWORKIN in MITCHELL (1983: 250)

da história jurídica, combinando elementos tanto de descrição quanto de valoração, mas sendo diferente de ambas: uma via, pois, alternativa, superadora dos defeitos destes dois projetos estanques e auto-excludentes.

2.1.1. A outra via

O que podemos indagar é: “Ora, sempre o termo *interpretação* está presente no Direito e isso não nos soa estranho. Qual é, portanto, a inovação de Dworkin ao retomar esse termo?”. Realmente, *interpretação* é usado de forma recorrente pelos juristas, estando associado comumente à necessidade de *interpretar* textos vagos, ambíguos ou, de algum modo, não claros. Nestes casos pensamos “aqui sim, precisamos interpretar!”, remetendo para outros casos o brocardo *in claris cessat interpretatio*¹¹.

E isso pode ser visto tanto *Civil Law* como no *Common Law*. Naquele, alguns intérpretes buscariam uma vontade do autor/legislador, a qual é colocada em dúvida pelos mais céticos tanto quanto a sua existência quanto ao método de se atingi-la. Neste, *Common Law*, os intérpretes teriam de encontrar semelhanças e diferenças entre os casos passados e o caso em questão. Em ambos esses sistemas a interpretação seria a tarefa de encontrar e elucidar os pontos “não claros” ou “não simples de serem percebidos e compreendidos”, seja na lei, na intenção do legislador, na intenção das partes contratantes, seja nos casos paradigmáticos do passado.

Porém, *interpretar* para Dworkin representa uma ação que permeia toda a atividade jurídica, desde as mais simples às mais difíceis, desde os “mais claros” aos “mais obscuros”. A proposta de Dworkin, portanto, é alçar a compreensão do que é *interpretar* para outro patamar: como uma atividade geral, como um modo de conhecimento e não como uma atividade *sui generis*, requerida somente em determinados momentos.

E mais, a proposta de Dworkin é, ela própria, uma interpretação, a qual também não se enquadra em uma pura descrição ou em uma pura empreitada valorativa – veremos isso depois com mais vagar. Ou seja, Dworkin defende que o termo *interpretação* seria mais bem utilizado e compreendido conforme passarmos a usá-lo deste modo mais amplo, integrando áreas. E é deste modo que ele justifica a sua guinada para a literatura.¹²

¹¹ Literalmente: “na clareza, cessa a interpretação”. A existência ou não de uma “clareza” está embebida justamente na mesma ideia de existência ou não de casos fáceis ou problemas jurídicos mais “óbvios” ou “evidentes” do que outros.

¹² DWORKIN in MITCHELL (1983: 252)

2.1.2. O modo de agir da Crítica Literária

Conquanto haja muita discussão no campo da crítica literária e alguns possam pensar que se está fugindo de uma frente para cair em outra ainda pior, deslocar a atenção dos juristas para a literatura pode ser interessante, pois neste campo as discussões sobre o que é interpretação já ocorrem há mais tempo e são mais bem elaboradas. É um local no qual a distinção chapada entre descrição e valoração, diz Dworkin¹³, é desafiada constantemente e é justamente esse ponto que mais nos interessará.

Deste modo, o que irá interessar Dworkin não são as discussões sobre a obscuridade de uma palavra específica ou uma possível polêmica sobre a clareza ou não de um termo usado pelo autor – celeumas que se aproximariam da ideia de interpretação *sui generis*, da qual Dworkin pretende fugir. O significado de um trabalho literário como um todo é que irá interessá-lo: como são os sentimentos de Hamlet por sua mãe; possibilidades de Hamlet e Ofélia terem sido amantes antes da peça começar; e hipóteses diretamente ligadas ao *propósito* (point) ou *tema* (theme) ou *significado* (meaning) ou *sentido* (sense) ou *aspecto* (tone) desta peça como um todo. Ao pensar sobre as diferentes interpretações acerca destes assuntos, Dworkin não está interessado em escolher lados¹⁴, mas, sim, em compreender o porquê elas são diferentes e sobre o que se está discordando.

2.1.2.1. A hipótese estética e seus efeitos

A hipótese de Dworkin que tenta explicar o modo de agir de todos os envolvidos na empreitada interpretativa é: a interpretação de uma peça de literatura pretende mostrar qual jeito de se ler (ou falar ou dirigir ou atuar) um texto o revela como a melhor obra de arte possível. Esta é a chamada *hipótese estética* (aesthetic hypothesis). Ou seja, isso é o que fazemos quando interpretamos algo, sendo que as grandes discordâncias sobre essa hipótese ocorreriam porque diferentes teorias e escolas tradicionais de interpretação assumem diferentes posições sobre o que é literatura, para o que serve e o que faz uma obra de literatura melhor que outra.

Essa hipótese, afirma Dworkin, não é cética, nem relativista nem nega que uma interpretação possa vir a ser melhor do que outra, como algumas correntes o fazem. A hipótese estética insiste na diferença entre explicar uma obra de arte e alterá-la para algo

¹³ DWORKIN in MITCHELL (1983: 252)

¹⁴ Ao menos não aqui. Porém, em uma discussão com os amigos ou entre críticos literários talvez Dworkin iria se posicionar e estaria interessado justamente em defender a sua posição. Todavia, aqui, deve ficar claro que o objetivo é observar o modo de atuação da crítica literária e não essa ou aquela conclusão a respeito de determinado tema em específico.

diverso do que ela é. Diz Dworkin: “...uma teoria da interpretação precisa conter uma subteoria sobre a identidade de uma obra de arte para ser capaz de dizer a diferença entre interpretar e alterar uma obra”¹⁵ – este será um ponto trabalhado por Fish¹⁶.

No que tange a essa subteoria sobre a identidade, algumas teorias, frisa Dworkin, costumam se valer da ideia de um texto canônico, alegando que o próprio texto fornece uma restrição severa em nome da identidade, qual seja: todas as palavras devem ser levadas em conta e nenhuma deve ser mudada para se fazer uma melhor obra de arte. Conquanto isso pareça dizer muito, não significa mais do que “o texto deve ser levado em consideração”, pois não há um “texto em si”, nem “texto literal” que esteja nos dizendo algo “mais óbvio”, “mais simples” ou “mais direto”. Dworkin traz o exemplo de uma piada, pois esta pode ser contada de diferentes modos, mantendo-se o “mesmo texto”¹⁷, sendo que cada forma de contar tal piada se arroga a pretensão de estar revelando ou levando em conta o propósito real ou o porquê da piada realmente ser engraçada.¹⁸

Ou seja, Dworkin não nega a importância do texto e o seu estilo interpretativo é também sensível para a coerência e para a integridade na arte, pois uma boa interpretação não pode fazer uma obra de arte ser mais bela ou interessante ou culta ao considerar grande parte do texto como irrelevante ou ao desconsiderar muitos acontecimentos e passagens, caracterizando-os como meramente acidentais.¹⁹

Assim, Dworkin vai ganhando terreno em tentar mostrar que as teorias de arte não existem isoladas da filosofia, psicologia, sociologia e cosmologia – e assim também são as teorias do Direito. Deste modo, o que o autor está dizendo é que as diversas crenças que cada indivíduo possui se influenciam mutuamente e vão se integrando dentro de um modo de raciocinar que permeia vários dos nossos campos de conhecimento e ação. Alguém poderia contra-argumentar que isso é (i) óbvio, trivial, banal, e que (ii) todas essas

¹⁵ “...a theory of interpretation must contain a subtheory about identity of a work of art in order to be able to tell the difference between interpreting and changing a work”. DWORKIN in MITCHELL (1983: 253)

¹⁶ Esse ponto será de grande discussão entre os dois autores. De qualquer modo, já é bom ressaltar que Dworkin entende que qualquer teoria de identidade satisfatória será controversa na medida em que continuarão existindo discordâncias devido a diferenças maiores ligadas à hipótese estética. O que isso quer dizer e se isso satisfaz ou não Fish será visto mais a frente.

¹⁷ Coloco aspas aqui para designar que as palavras estão escritas ou estão sendo pronunciadas na mesma ordem. Porém, no fundo, o texto “não é o mesmo” quando transmitido por diversas pessoas, pois o modo de contá-lo já mostra uma interpretação sobre ele.

¹⁸ DWORKIN in MITCHELL (1983: 253-254)

¹⁹ Isso deve ser encarado como o que Dworkin entende ser o melhor modo de se interpretar uma obra, vinculado, portanto, ao que faz um texto o melhor que ele pode ser. Todavia, a maneira um tanto quanto resoluta com que Dworkin se posiciona diante de Agatha Christie intriga Fish. É como se o Dworkin realmente acreditasse em uma racionalidade que possa excluir qualquer possibilidade de no futuro alguém desenvolver uma revolução na interpretação de Christie, assim como ocorreu com Raymond Charles, citado pelo próprio Dworkin. Esse ponto de embate será melhor trabalho a frente quando trazermos os argumentos de Fish.

ligações, apesar de poderem realmente existir, não quer dizer que as pessoas tenham consciência delas, sendo que quando emitimos uma opinião sobre Arte ou Direito, não estamos pensando, por exemplo, em política ou em epistemologia.

As respostas para essas questões são as seguintes: sim, a hipótese estética realmente não pretende afirmar que qualquer intérprete terá uma completa e auto-consciente teoria estética, ou seja, as crenças e visões do porquê uma arte é melhor do que outra podem não ser articuladas, sendo tácitas e até desconhecidas para o emissor.

Quanto à hipótese estética ser banal ou trivial em vista de que “obviamente” diferentes estilos interpretativos estarem fundados em diferentes teorias sobre o que a arte é, para que serve e o que faz de uma arte uma boa arte, Dworkin assume essa possível banalidade e tenta, então, ir além ao argumentar: se este ponto é tão banal, ele poderia ser dito de outro modo: diferentes teorias de arte são geradas por diferentes teorias de interpretação.²⁰ Ou seja, apesar da possibilidade de ser banal, a hipótese estética não é fraca, pois possui a consequência de modificar o modo como as teorias acadêmicas de interpretação alegam agir. Estas deixam de ser análises sobre a ideia de interpretação e passam a ser candidatas à melhor resposta para a questão substantiva posta pela interpretação. Ou seja, diferentes teorias passam a competir por diferentes concepções, já aceitando o projeto de que todas estão dentro do mesmo barco da interpretação²¹ – e assumir isso é um grande e decisivo passo, com novos efeitos. No mais, sempre é cabível a história do Ovo de Colombo²².

Outrossim, o ganho desta guinada é superarmos certas discussões que nos levam a ruas sem saída e infrutíferas. Ao assumirmos a hipótese estética, diz Dworkin, não há mais uma diferença radical entre oferecer uma teoria de interpretação e em oferecer uma interpretação sobre uma obra de arte em particular, a não ser uma diferença no nível de abstração. Se passarmos a pensar deste modo, não há mais uma distinção chapada entre interpretação – concebida como descobrir o significado real de uma obra de arte – e criticismo – concebido como valorar o sucesso ou a importância de uma obra. É claro, algumas distinções permanecem, pois sempre haverá diferença entre dizer o quão boa uma

²⁰ DWORKIN in MITCHELL (1983: 255-256)

²¹ Fish concorda com isso em seus termos: “...like it or not, interpretation is the only game in town.” FISH (1980: 355)

²² Muitas ideias podem parecer, por vezes, “óbvias”, porém foi necessário alguém mostrar tal “obviedade” – outrossim, por vezes são necessárias gerações para que algum conhecimento ou modo de olhar o mundo se torne “óbvio”. Muito do que outrora era polêmico ou difícil, hoje se tornou óbvio; e aquilo que era óbvio e pacífico se torna, diante de nossas posturas, polêmico e controverso. E isso tudo faz parte da empreitada da interpretação. Ademais, um primeiro passo é compreender algo, o “óbvio; outro passo bem diverso é passar a vivenciá-lo e aplicá-lo no dia-a-dia dentro de uma sociedade.

obra de arte pode vir a ser considerada e entre dizer o quão boa ela é. Mas a questão é compreender que crenças valorativas sobre arte figuram em ambos os julgamentos²³ e as diferenças não estarão fora e, sim, dentro do jogo da interpretação²⁴.

Objetividade, portanto, é outro tema que ganha novos contornos. Trata-se de um assunto amplamente discutido em ética e em filosofia da linguagem sobre verdade e falsidade, validade e invalidade. Sabe-se há muito que nenhuma alegação estética pode ser “demonstrada” verdadeira ou falsa, nem argumento algum pode ser produzido por uma interpretação capaz de assegurar uma aceitação geral e cabal. A vontade de objetividade e o modo como esta vem sendo compreendida precisa ser revisada, segundo Dworkin.

Normalmente, confunde-se o (i) não conseguir realizar essas exigências “rígidas” de demonstração com (ii) a inevitável “subjetividade”. Se este for o critério e se a existência é tamanha que precisamos escolher entre uma objetividade pura e uma subjetividade, então Dworkin não reluta em admitir que julgamentos estéticos são subjetivos. Porém, assumir isso tampouco significa que nenhuma teoria normativa sobre arte seja melhor do que outra, nem que alguma teoria não possa ser a melhor produzida até então. E mais, há outra via para além desta dicotomia.

Dworkin elenca E. D. Hirsch como uma pessoa para quem uma teoria somente pode ser considerada objetiva e contendo interpretações válidas após realizar tais demonstrações. Dworkin discorda desta postura basicamente por dois motivos: (i) interpretação é uma empreitada,²⁵ uma instituição pública, sendo errado assumir, *a priori*, que proposições gerais para qualquer empreendimento são capazes de ser ou não válidas; (ii) além disso, também é errado assumir sobre o que validade neste tipo de empreendimento deve ser – ou seja, é necessário repensar os critérios que tornam algo válido, diferente da demonstrabilidade utilizada por Hirsch.

Deste modo, afasta-se aqui essas críticas ao se decidir por reavaliar o modo como olhamos e julgamos uma teoria da interpretação. Ademais, Dworkin está mostrando as

²³ DWORKIN in MITCHELL (1983: 256)

²⁴ Sim, algumas distinções continuam, porém, com outros olhos e objetivos. Se se entenderá que o próprio dizer o que uma obra é faz parte de uma teoria interpretativa, a qual se restringe a avaliar dentro de determinado âmbito e alguns aspectos, sendo que outros serão considerado o quão boa uma arte pode ser considerada por já se estar em outro campo, em outro modo de discutir; sendo diferentes jogos linguísticos, que não se diferenciam qualitativamente nem por estarem em diferentes graus, mas, sim, por serem jogados de forma diversa (não sei o quão o Dworkin do *Justice for Hedgehogs* concordaria com isso).

²⁵ Poder-se-ia dizer uma “empreitada ousada”. Compreender esse pequeno trecho é compreender grande parte do escopo desse trabalho. Para uma discussão mais aprofundada sobre o termo *ousadia*, *eusadia* e conexão entre a empreitada da interpretação com a empreitada do eu ao afirmar-se e colocar-se no mundo, vejam GARROTE, Bruno M. **Do Livre-arbítrio e da Justiça: cartas a um amigo distante**. [Trabalho de Conclusão de Curso] Brasília: Faculdade de Direito da UnB, 2009.

conexões argumentativas que existem entre teorias de interpretação e teorias de arte para, depois, trazer isso especificamente para o Direito – e como Dworkin pretende sair deste modelo de fundamentos e bases de demonstrações, um possível contra-argumento alegando que a teoria de arte pode depender de uma teoria de interpretação e vice-versa é fraco, pois que o importante na teoria de Dworkin é o reforço mútuo das conexões argumentativas entre si, esses modos de se posicionar diante de uma obra, não tendo maior importância as perguntas sobre quem veio primeiro: o ovo ou a galinha.

Outrossim, essa dependência mútua não deve oferecer nem fortalecer qualquer idéia de ceticismo ou relativismo, conforme o próprio autor diz:

Isso [mútua dependência] parece ser o fardo de slogans como “interpretação cria o texto”, mas não há uma maior consequência cética imediata na ideia de que o que nós entendemos ser uma obra de arte compõe com o que entendemos ser interpretar uma obra de arte do que na ideia análoga de que o que nós entendemos como um objeto físico precisa ser compatível com as nossas teorias do conhecimento...²⁶

Ou, em outros termos, interpretar uma obra de arte é possuir uma teoria sobre o que é arte, sendo que frases como “a interpretação cria o texto” não são tão céticas ou relativistas quanto parecem e gostariam de ser.

Esses argumentos que Dworkin desenvolve tentando se precaver contra futuras críticas são importantes de se destacar aqui, pois serão campos de embate com Fish.

2.1.3. E qual é a diferença, ao final das contas?

Compreender que as teorias de interpretação não são empreitadas independentes das empreitadas que pensam sobre o que significa interpretar, sendo, portanto, dependentes de teorias normativas, é aceitar que essas teorias são vulneráveis para argumentos contra a teoria normativa sobre as quais elas se baseiam.

Dito de outro modo: passa-se a questionar se a teoria normativa é boa e em que medida é interessante se pensar a arte e a interpretação deste modo sugerido por determinada teoria. Ao invés de simplesmente focalizar na própria interpretação, questiona-se o próprio objetivo desta interpretação e o valor do propósito interpretativo elencado por essa teoria como valioso. Dilui-se, assim, a dicotomia entre descrever e prescrever.

²⁶ “This [mutual dependency] seems to be the burden of slogans like ‘interpretation creates the text’, but there is no more immediate skeptical consequence in the idea that what we take to be a work of art must comport with what we take interpreting a work of art to be than in the analogous idea that what we take a physical object to be must sit well with our theories of knowledge...” DWORKIN in MITCHELL (1983: 257)

Lancemos, pois a pergunta: “Qual é a diferença, ao final das contas?” A diferença está em compreendermos melhor o que se discute quando estamos discutindo. Ganha-se, portanto, em termos de compreensão do que é uma discussão e do que está indissociável das opiniões dos dialogantes. E o que está indissociável é sempre uma teoria – um modo de ver – valorativa do mundo, vez que interpretativa.

Vejamos, na prática, como isso se aplica. Há teorias, por exemplo, as quais supõem que o valioso em uma obra de arte está limitado à intenção do autor, compreendida esta em um sentido estreito e restrito.

Esses intencionalistas dizem que a teoria deles não é sobre o que é valioso em uma obra, mas somente sobre o que esta obra significa. Alegam, pois, que é necessário, anteriormente, entendermos o que algo significa para depois avaliarmos se o objeto analisado é valioso e sobre o que o seu valor repousa.

O que ocorre, portanto, na atitude dos intencionalistas diante da hipótese estética dworkiniana? De que forma estão propondo o que propõem e sobre o que estão discordando?

Segundo Dworkin, a primeira objeção dos intencionalistas (“estamos discutindo o que uma obra significa e não o valor dela”) revela que a auto-descrição deles os faz pensar que possuem uma discordância com a hipótese estética, colocando-os como rivais. Os intencionalistas pensam estar propondo uma melhor teoria sobre o que é interpretação: uma teoria que considera a análise da intenção do autor como uma teoria melhor do que a hipótese estética.

E não seria justamente isso o que Dworkin gostaria que eles admitissem? Não, pois o argumento dos intencionalistas não reconhece que eles possuem uma teoria sobre a interpretação, mas, sim, uma teoria de interpretação – pois se eles assim argumentassem, eles compreenderiam que não estariam fora da hipótese estética, mas, sim, dentro dela e propondo um modo de interpretação. Ou seja, eles ainda não superaram a dicotomia descrever-prescrever, pois consideram estar falando sobre o que uma obra significa (o que ela é) sem precisar tecer nenhum comentário maior sobre o valor dela (o que entendo que ela seja com base nos meus valores que acredito que devam ser considerados como os melhores, mais corretos, mais coerentes etc.).

Por que isso é criticável? Vejamos: os próprios intencionalistas compreendem que existem diversas outras escolas que se posicionam diferentemente sobre o que é interpretar. Assim, a defesa deles sobre a intenção do autor como um método de interpretação não pode pretender tão somente estar “falando sobre o que uma obra é”, mas, sim, precisam

justificar – e deveras tentam – o porquê interpretar valendo-se da interpretação do autor é melhor. Deste modo, os intencionalistas devem, então, ser incluídos pela hipótese estética, por estarem justamente tentando provar que o seu modo de interpretação é melhor do que outras teorias, ou seja, a sua teoria também não consegue deixar de ser uma teoria sobre interpretação.

Os intencionalistas, é claro, não aceitariam essa descrição e poderiam simplesmente rebater: “o que estou pretendendo é somente descobrir a intenção do autor e isso é uma questão importante, mesmo que ela seja preliminar e mesmo que haja outras questões também importantes que também contribuem para o significado e valor de uma obra”. A pergunta remanescente para Dworkin, porém, é “por que a intenção do autor é importante?”.

Compreendem, portanto, a questão de fundo aqui. O ponto é mostrar que há uma discussão prévia – ou, ao menos, maior. A teoria intencionalista não pode se arrogar o direito de ser neutra ou preliminar a qualquer tipo de valoração da obra de arte por estar “somente” olhando para a intenção do autor. É como se eles gritassem: “ora, deixem-nos em paz! Estamos aqui só querendo pensar, analisar e escrever sobre a intenção do autor!”, ao qual poderíamos rebater “Mas porque vocês estão fazendo isso e porque pensam que isso é importante?”.²⁷ Vejam que esta pergunta não está desconsiderando, no todo, a intenção do autor. Qualquer teoria minimamente estruturada leva a intenção em conta, v.g., no uso de determinados termos ou construções de frases. Porém, saber o que Shakespeare pensava sobre Hamlet – um louco ou um são pretendendo ser louco²⁸ – é algo cuja importância não está clara, nem tão-pouco evidente, sendo, pois, algo passível de discussão. Para os intencionalistas, é importante sabermos essa intenção de Shakespeare para com Hamlet para pensarmos sobre o quão boa é a peça. E é justamente por isso que a teoria de interpretação dos intencionalistas não é uma rival da hipótese estética, mas, sim, um exemplo que a afirma, pois eles estão precisamente tentando defender o porquê a

²⁷ No fundo, este debate acaba sendo também um debate ético sobre o melhor modo de se viver e despende o tempo e sobre a melhor contribuição para a cultura, como um todo, pois se trata de compreender que qualquer ação no mundo é um se-colocar-no-mundo e influenciá-lo/afetá-lo de algum modo. A possibilidade de encarar os debates e discussões, inclusive “teóricas”, sob um ponto de vista ético parece começar a se despontar no *Justice for Hedgehogs*, mas Dworkin ainda não parece assumir isso tão claramente – ele dirá, sim, que os debates e discussões são éticas e morais, mas não que necessariamente as discussões estão sendo confrontos éticos-existenciais-estéticos, conforme eu estou buscando destacar aqui.

²⁸ A frase deste mesmo artigo re-publicado no livro *Matter of Principle* é “sane or a madman pretending to be mad”, utilizada por Dworkin para ilustrar esse ponto. Porém, verificando no artigo publicado no *The Politics of Interpretation* (que estamos tomando como base) esta mesma passagem vem escrita como “mad or sane pretending to be mad” e, por esta fazer “mais sentido”, optei por ela. Ironicamente, Dworkin está tratando neste trecho justamente sobre a intenção do autor ao escrever palavras e frases em um texto, sendo justamente isso que eu tive que recorrer para optar pelo melhor modo de entender esta frase escrita por ele.

interpretação que eles defendem torna a obra melhor – apesar de eles não reconhecerem isso nos moldes dworkinianos.

A segunda objeção dos intencionalistas é considerar o *estado mental* (state of mind) do autor como central para a interpretação. Porém, segundo Dworkin, eles confundem e falham na apreciação de como intenções e crenças sobre uma obra interagem. E isso pode ser observado quando, após criarmos uma obra, percebemos algo que não sabíamos previamente que estava ali. Trata-se do famoso, mas ilustrativo, clichê de alguns autores afirmando que os seus personagens possuem opinião ou vida própria. Os intencionalistas elencam dois contra-argumentos contra este caso: (i) ou o autor reconhece uma “intenção subconsciente prévia”; (ii) ou ele mudou a sua intenção depois.

Para Dworkin, essas explicações não são satisfatórias, pois, de qualquer modo, as decisões do autor não consistem nem estão baseadas em qualquer descoberta sobre essa intenção prévia. Usando o exemplo do autor John Fowles, Dworkin diz que o autor/criador, na verdade, faz uma interpretação do seu próprio personagem e da história até então escrita como um todo para tentar escrever melhores ações e pensamentos. Além disso, um autor consegue fazer novas percepções estéticas e interpretativas sobre o seu trabalho, mesmo depois de escrito, tratando a obra como um objeto a ser interpretado e analisado. Um autor pode ver outras perspectivas depois de observar os seus escritos serem adaptados para uma peça ou um filme, por exemplo. Desta forma, o grande ponto defendido por Dworkin é que: qualquer descrição sobre a “intenção” de um autor deve pensar que ele tentou criar algo que pudesse ser analisado e interpretado de diversos modos, por ele mesmo e por outros, ou seja, há também a intenção o autor de criar algo independente da sua intenção.

Podemos, todavia, para estimular o debate, pensar que essa autoanálise não seja geral para todos os autores e podemos, inclusive, imaginar alguns autores mais teimosos ou um autor que seja também partidário de uma escola intencionalista. E aí, nesse caso, deveríamos interpretar a intenção do autor e supor que esta define melhor o caráter e o valor da obra? Creio que não. Por quê? Pois, ainda assim, nós poderíamos interpretar a sua obra independente da sua vontade, porque o que se está em disputa é o melhor modo de se pensar uma obra de arte, sendo a intenção ou opinião do autor tão somente mais uma possível defesa teórica sobre tal obra, a qual, portanto, também precisa ser argumentada e justificativa diante das tantas outras teorias, análises e, enfim, interpretações possíveis.

Ou seja, não basta um autor dizer “não, eu não fui preconceituoso” ou “não, essa personagem não é, na verdade, refinada nem culta, mas sim uma esnobe e arrogante” ou “ele, na verdade, possui uma natureza ruim, não se tratando de uma influência perversa do

meio no qual foi criado”. O autor terá que argumentar sobre o “preconceituoso”, “nem refinada nem culta”, “esnobe e arrogante” e “natureza ruim”, pois a percepção do autor sobre as ações, gestos e motivos das personagens são passíveis de interpretações e devem ser justificadas e não tão somente “declaradas”, em uma suposta “descrição de intenções” pelo autor, o qual não se pode alçar para um patamar de destaque.

As opiniões, pois, estão todas dentro do mesmo jogo, sendo o autor um intérprete, um importante intérprete, porém não é nenhuma autoridade *a priori* sobre a sua obra. Aliás, não é estranho críticos enxergarem maior valor em uma obra do que o próprio autor. Nesses casos, temos a tendência a dizer que os críticos estão “alterando, distorcendo, adulterando, inventando” a obra, porém, o que eles estão fazendo é simplesmente interpretá-la, assim como todos nós estamos fazendo, não existindo uma interpretação mais crua ou direta ou menos “interpretativa” do que outras. Não conseguimos sair do jogo da interpretação e é isso que Dworkin tenta mostrar neste seu texto. É claro que críticos podem estar dando uma ênfase ou interpretação com a qual não concordamos, mas isso não quer dizer que a nossa interpretação seja “menos interpretativa” ou “mais objetiva” ou “menos subjetiva” ou “menos inventiva” do que a deles²⁹. Todos estamos no mundo da interpretação. A discussão, portanto, deve se pautar em outro campo, superando-se esse ponto – ou, ao menos, compreendendo-o melhor, o que já é superá-lo.

Outrossim, a intenção do autor, diz Dworkin, não é algo conjuntivo, meramente ligado aos personagens, como a intenção que possuímos quando vamos ao mercado adquirir os itens de uma lista de compras³⁰. A intenção aqui é estruturada no todo da obra e no todo dos personagens. Portanto, entender a intenção do autor como central ou como algo simplório ou evidente por si só, como se esta pudesse ser captada da forma como os intencionalistas gostariam, é fazer o valor de uma obra de arte ser estreito e restrito, inclusive pela própria visão do autor, que não costuma desejar que sua obra de arte seja limitada a esse tipo de interpretação.³¹

²⁹ O uso dos termos “verdadeiro”, “objetivo” e outros serão grande objeto de discussão dentro desta troca de artigos e Dworkin reserva uma parte do seu último livro, *Justice for Hedgehogs*, para se dedicar a incompreensões envoltas destas palavras.

³⁰ Apesar desta intenção de ir ao supermercado e adquirir os itens também conter complexidades, as quais poderiam ser analisadas por um observador curioso e conhecedor do contexto anterior a ida da pessoa ao supermercado.

³¹ DWORKIN in MITCHELL (1983: 261)

2.1.4. Como tudo isso se liga à visão do Direito como uma cadeia?

Pois bem, e como isso se relaciona com o Direito? É importante, pensarmos, inicialmente que estamos alterando o modo como olhamos para as atividades de descrição e prescrição e, portanto, alterando o modo como enxergamos interpretação e criação. Dworkin pretende mudar a ideia de que a criação de uma obra de arte é uma atividade diversa da atividade de interpretação. Para ele, o artista não pode criar nada sem interpretar conforme cria; ele precisa ter, pelo menos, uma teoria tácita sobre o porquê aquilo que ele produz e o modo como produz (usar pincel ou caneta ou escova ou as mãos) é arte e é melhor do que outro método/movimento. O crítico, de outra parte, vai criando conforme interpreta. Apesar disso, há uma diferença entre interpretar enquanto se cria e criar enquanto se interpreta e, portanto, há, para Dworkin, uma diferença entre o artista e o crítico – essas divisões irão incomodar Fish, como veremos no próximo tópico.

Dworkin propõe o seguinte exercício, o qual ficou famoso³². Suponhamos um grupo de romancistas. Após tirarem a sorte e decidirem a ordem de escrita, um romancista (o primeiro) escreve o capítulo inicial e envia o texto para o próximo na ordem estabelecida, sendo que todos os escritores se comprometem a adicionar um capítulo para este romance ao invés de se começar um novo³³. Segundo Dworkin, todo romancista/escritor, a não ser o primeiro, possui a dupla responsabilidade de interpretar e criar, pois cada um precisa ler tudo o que se passou antes para estabelecer, no sentido interpretativo, o que o romance criou até então³⁴. Assim, eles precisam decidir como os personagens realmente são, o tema, o propósito do romance em desenvolvimento e pensar de que modo alguns estilos de escrita estão sendo utilizados para se criar ou desenvolver uma história nesta ou naquela direção.

Esse estranho exercício literário, diz Dworkin, é parecido com o modo como decidimos casos difíceis no Direito³⁵. A similaridade é mais evidente quando pensamos em como os juízes analisam e decidem casos no *Common Law*, pois não há um estatuto

³² DWORKIN in MITCHELL (1983: 262)

³³ Aqui já há diretrizes importantes como “continuar” e “não começar um novo”, pois há o conceito interpretativo do que seja o “ato de continuar”, bem como o que constitui “começar algo novo”. A diferença entre essas duas atividades já será objeto de discussão mais a frente com Stanley Fish.

³⁴ Na nota de rodapé 04, Dworkin explica que o primeiro romancista possui tanta responsabilidade de interpretar quanto os outros. Porém Dworkin propõe uma diferença entre interpretação formal e substantiva. Isso é importante para entender as críticas de Fish e possíveis contra-respostas de Dworkin. Isso será melhor trabalhado a frente.

³⁵ Ou melhor dizendo, para não nos prendermos à questão sobre diferença entre casos fáceis e difíceis aqui: os casos difíceis possibilitam mais explicitamente que nós percebamos o modo como lidamos com eles – sendo, pois, importante lembrar que a divisão entre casos fáceis e difíceis é mais didática e, com certeza, circunstancial e, não, qualitativa.

central, cuja vinculação seja tão forte quanto no *Civil Law*, e os argumentos se voltam para os princípios do Direito por detrás das decisões tomadas por juízes no passado. Cada juiz é, então, como um romancista na cadeia. O juiz precisa interpretar o que ocorreu até então, pois ele possui uma responsabilidade para avançar nesta empreitada e não debandar em alguma nova direção própria.³⁶

Paralelamente a uma interpretação literária, diz Dworkin, uma interpretação da prática legal precisa também satisfazer um teste em duas dimensões³⁷: precisa tanto ajustar-se à prática quanto mostrar o seu propósito ou valor.³⁸

A primeira, *dimensão do ajustamento* (dimension of fit), provê alguns limites, os quais podem ser observados de forma mais complexa no *Common Law*, no qual encontraremos casos e decisões com diversas soluções, diz Dworkin. O que permanece o mesmo é a referência aos casos do passado. Assim, se se optar por uma “mudança” na prática, seria necessário explicitamente reconhecer os erros das decisões do passado ou, de algum modo, alegar que se tratava de casos diferentes – “aquele caso era mais específico e versava sobre um assunto correlato, apesar de próximo deste”, por exemplo. Portanto, é importante ressaltar que a atuação do juiz, diz Dworkin, é interpretar a história legal que ele encontra e não inventar uma história melhor, mesmo que seja para promover uma alteração da jurisprudência.³⁹ Além disso, para Dworkin, qualquer abordagem

³⁶ Mas será possível isso, esse “debandar” em uma direção própria? O que Dworkin está falando? Um argumento/sugestão é dizer que os juízes devem olhar para trás e caminhar, sempre que possível, dentro das decisões já feitas, pois isso seria um ganho em termos de expectativa de direitos. Outro argumento/sugestão seria dizer que os juízes possuem a possibilidade de ir para outra direção sem levar em conta essa corrente existente atrás de si. Neste ponto é que Fish entra questionando se é possível realizar esta “guinada em uma direção bem diferente ou fora do normal ou nova”, pois, se foi possível essa guinada, é porque, de algum modo, houve um modo dela ocorrer – isso será trabalhado a frente quando adentrarei propriamente em Fish.

³⁷ DWORKIN in MITCHELL (1983: 264)

³⁸ Alguém poderia, então, argumentar que o Direito não é uma prática literária/artística, mas sim política. Ou seja, poderiam caracterizar o Direito da seguinte forma: o Direito é uma empreitada política, cujo propósito geral, se tiver um, repousa em coordenar esforço social e individual, ou em resolver disputas sociais e individuais, ou em assegurar a justiça entre os cidadãos ou entre eles e o governo – ou alguma combinação destes anteriores. Dworkin entende que o Direito deveras é uma empreitada política – e não artística como a literatura – e entende essa caracterização do Direito como possível, vez que relativamente neutra [Ou, em outros termos, essa caracterização soa relativamente neutra para Dworkin, apesar de não ser, pois cada uma dessas frases só possuirá uma maior compreensão para Dworkin em vista de outros valores imbricados a elas conferidos por ele]. Desta forma, qualquer interpretação de um corpo ou ramo do direito, como responsabilidade civil [law of accidents], precisaria mostrar o valor deste ramo em termos políticos, demonstrando-se o melhor princípio ou política que ele possa vir a servir. DWORKIN in MITCHELL (1983: 264)

³⁹ Aparece aqui mais explicitamente a diferença entre interpretar e inventar. Dworkin tende a enxergar o termo “inventar” como algo “pernicioso” neste contexto, ocorrendo na atitude de alguém que sabe o que vê, mas diz, mentindo, estar vendo algo diverso. É interessante isso, pois pessoas com maiores senso crítico do que seja interpretar me parecem estar mais suscetíveis a “inventar” do que pessoas mais ingênuas, as quais não compreendem que o próprio interpretar é lançar valores e, de certo modo, inventar, sim, o texto. A questão é que temos de parar de pensar que este “inventar” é um problema, além de algo diverso do interpretar. Temos de compreender qualitativamente o que é interpretar e inventar, ao invés de ficarmos

interpretativa do juiz terá de levar em conta alguma concepção de integridade ou coerência do Direito como uma instituição – e isso também provê limites.

Por si só, essas atitudes, por óbvio, não garantem que haja uma interpretação única, nem uma interpretação demonstrável ou “objetiva” nos termos exigidos por alguns. Mas essa não é e nunca foi a promessa de Dworkin. É possível – e, de fato, isso é facilmente observável – existirem diversas interpretações sobre um mesmo objeto e a *hipótese estética* dworkiniana bem como a existência destas duas dimensões não irá elidi-las.

O que Dworkin pretende é estimular uma retomada de responsabilidade moral.⁴⁰ As diversas interpretações jurídicas deveriam se fundamentar no texto ou nas práticas jurídicas anteriores, assim como as interpretações de um poema também deveriam se embasar no “mesmo poema” por uma questão de integridade e coerência com o Direito e com o poema.

A compreensão do Direito como uma cadeia expressa não somente o modo como o Direito deve ser compreendida, mas também a opinião política de Dworkin sobre o modo como os juízes devem se portar diante do Direito. Ou seja, os juízes atuam como romancistas, mas Dworkin gostaria de exigir uma maior responsabilidade deles, com base em integridade e coerência⁴¹.

2.1.5. Que mudança isso acarretará no olhar lançado sobre o Direito?

A tese dworkiniana principal, após chegar ao ponto de entender a interpretação como uma empreitada coletiva desenvolvida ao longo de um cadeia, é: Interpretação no Direito é essencialmente política. Por quê?

Interpretação é diferente tanto de descrição quanto de valoração (prescrição). E compreender isso modifica o modo como debatemos temas jurídicos. Uma interpretação jurídica pode ser melhor do que outra e melhor do que todas, porém o critério para tanto não será mais condições necessárias e suficientes de objetividade, como se alguma teoria do Direito pudesse ser demonstravelmente forte e comprovada em um terreno firme. Argumentar juridicamente, após essa compreensão, estará imbricado com falar sobre o que o Direito é, de qual modo ele é o melhor possível e como devemos olhá-lo. Deste modo, assim como a intenção do autor sozinha não servia para uma boa hipótese estética na

realizando divisões estanques. Porém, será que Dworkin não estaria preocupado com o uso destes termos não em um ambiente “controlado” como o acadêmico, mas justamente em discussões do dia a dia em que o termo “inventar” acaba por tomar a direção de um caminho sem limites ou arbitrário? Veremos os desdobramentos destas questões quando adentrarmos em Fish.

⁴⁰ O uso do termo “moral” aqui ficará mais claro conforme formos desenvolvendo essa dissertação.

⁴¹ Essa exigência é mais bem desenvolvida no livro *O Império do Direito* e artigos afins.

literatura, ela também não serve e não deve ganhar espaço em uma hipótese política na interpretação do Direito.

Alguns alegam que interpretação no Direito é (i) simplesmente uma questão de descobrir a intenção dos vários atores dentro do processo legal (constituintes delegados, membros do Congresso e legisladores estaduais, juízes e oficiais do executivo etc.). Pode-se enxergar que a teoria da intenção do autor está tentando disputar lugar com a hipótese política de Dworkin, porém tal teoria intencionalista pode ser compreendida como uma teoria que defende que a melhor teoria política seria aquela que conferiria um maior privilégio para a intenção do autor⁴². Outro modo de se olhar é entender que os intencionalistas pensam que a própria ideia de interpretação no Direito requer que (ii) somente essas intenções devam valer. De qualquer modo, essas duas possibilidades caem diante dos mesmos argumentos utilizados contra os intencionalistas presente nas discussões literárias.

Entender que a ideia de interpretação no Direito remete a somente a intenção do autor é algo demasiadamente tolo, afirma fortemente Dworkin⁴³, ao se posicionar novamente valendo-se da mesma estrutura de raciocínio já desenvolvida ao se defender a hipótese estética contra os intencionalistas. Em relação à teoria intencionalista do Direito como uma concepção de melhor teoria, a contra-argumentação é a que se segue: pode aparentar que ela é firme e consistente quando se trata de uma interpretação canônica, diz Dworkin, como quando se olha para cláusulas de uma Constituição ou de uma seção ou de um estatuto qualquer, porém, quando se observa a complexidade da intenção do legislador, tal firmeza se desfaz.⁴⁴

Suponhamos, imagina Dworkin, que um membro de uma convenção constitucional vote a favor de uma cláusula que garanta igualdade de tratamento para questões de interesses fundamentais das pessoas, porém, este mesmo membro não considera a educação uma questão de interesse fundamental. Assim sendo, se inquirido, ele poderia permitir a segregação racial em escolas, considerando-a constitucional. Possuímos aqui uma intenção no plano abstrato e no plano concreto; e, dependendo de qual teoria usar, essa distinção terá implicações bem distintas na prática – isto é um exemplo límpido para a pergunta “e qual a diferença isso fará no Direito?”.

⁴² Trata-se, pois, do mesmo raciocínio feito pelos intencionalistas diante da hipótese estética quando no âmbito da literatura.

⁴³ DWORKIN in MITCHELL (1983: 267)

⁴⁴ No mais, essa firmeza ao olharmos “somente para essas cláusulas” não é tão firme assim, mas tão somente uma estabilidade no olhar, o qual pode mudar a qualquer momento. Isso é o mesmo problema da divisão dos casos em fáceis e difíceis.

Se se pensar que devemos considerar somente essa intenção abstrata (igualdade de tratamento em questões fundamentais) e se o juiz aplicador considerar a educação como algo fundamental, então segregação nas escolas será inconstitucional. Porém, se pensar na intenção concreta, o juiz aplicador, buscando a intenção do membro, decretará constitucional a segregação. E a decisão de se levar em conta a intenção abstrata ou concreta não é uma questão de se entender o que é intenção, mas, sim, de se decidir qual dessas duas intenções se deve escolher em vista da melhor teoria de uma democracia interpretativa – e a formulação do problema nestes termos advém justamente deste novo modo de se compreender interpretação e Direito proposto por Dworkin.

Essas complicações são ainda maiores no *Common Law*, vez que, inexistindo uma lei direta sobre o assunto, eles teriam de voltar a sua interpretação para toda uma massa a ser psicologicamente analisada, levando em conta, pois, a mentalidade dos vários juízes que decidiram sobre determinado assunto em determinada época, sob argumentos semelhantes ou não. E, mesmo assim, ainda se teria uma escolha a qual não conseguiria escapar da hipótese política de Dworkin, tendo em vista que o método de escolha e de estudo destas intenções (qual teoria psicológica, v.g. se utilizaria) é um método que seria escolhido por determinado motivo, o qual se arroga como sendo o melhor em algum sentido, sendo, portanto, também uma defesa política do porquê o Direito seria melhor compreendido desta forma⁴⁵.

2.1.6. Finalizando e caminhando para a polêmica com Fish

Compreender o modo como interpretamos Direito, conclui Dworkin neste artigo, é entender que as posições liberais, radicais, conservadoras não são somente opiniões/defesas sobre o que a Constituição ou as leis devem ser, mas, sim, sobre o que elas são. O que vemos na prática, então, são opiniões carregadas politicamente sobre o que as leis e o Direito são e não somente sobre o que devem ser⁴⁶.

E deve a Política possuir um papel comparável na Literatura ou em outras expressões artísticas? Stanley Fish, diz Dworkin iniciando um debate, promoveu uma teoria de interpretação, a qual considera as disputas entre escolas rivais de interpretação literária mais políticas do que argumentativas; rivais em busca de domínio. Isso, para Dworkin, é uma questão externa, uma política da interpretação ao invés da política na interpretação – questão interna. Ou seja, Dworkin pode concordar que isso, de fato, ocorre,

⁴⁵ DWORKIN in MITCHELL (1983: 268)

⁴⁶ DWORKIN in MITCHELL (1983: 269-270)

porém o seu foco não é esse, tanto no que tange o campo literário quanto o jurídico. O foco, portanto, de seu trabalho é pensar sobre as relações internas entre política e interpretação, pensando de o modo de interpretar está embebido por questões políticas dos intérpretes. E, assim, Dworkin conclui este artigo ao dizer que: Política, Arte e Direito parecem estar unidos, de algum modo, dentro da Filosofia.

2.2. As críticas de Fish: pensando sobre a cadeia

Após esse relato do texto-base de Dworkin, o qual deu ensejo às grandes disputas entre ele e Fish, passarei a trabalhar os próximos textos de forma mais voltada ao debate, ao invés de me focalizar em uma exposição do texto, pois penso que já ganhamos chão o suficiente para conseguirmos desenvolver melhor os argumentos e nos entendermos sem precisarmos nos reter em análises pormenorizadas dos textos mesmos.

Começemos, pois, a adentrar no debate entre Fish e Dworkin, o qual se inicia com o texto-resposta de Fish. Trata-se do artigo: *Working on the Chain Gang: Interpretation in Law and Literature* (em uma complicada e livre tradução: *Pensando sobre a turma da cadeia: Interpretação no Direito e na Literatura*). Nele, Fish reconhece que Dworkin acerta quanto à percepção de que tanto na empreitada jurídica quanto na crítica literária, as opiniões recaem ora em um objetivismo (descobrir o que está lá, no texto mesmo) ora em uma interpretação livre, ligada ao subjetivismo, na qual o intérprete estaria solto para realizar o que bem entender, sabendo de seus desejos políticos e pessoais influenciadores na decisão ou simplesmente racionalizando a sua ação, mas, ainda sim, promovendo os seus próprios ideais e valores.

Dworkin diz, conforme vimos, que a interpretação é uma empreitada diferente de ambos esses projetos e fornece a *empreitada da cadeia* (chain enterprise) como alternativa. Fish simpatiza com a idéia da interpretação e com a ideia de uma história institucional existente que nos influencie, pois isso se assemelha em alguns aspectos com o que ele denomina “comunidade interpretativa”. Porém, diz Fish, há grandes diferenças, as quais fazem com que Dworkin escorregue e caia em uma das duas versões falaciosas que ele próprio criticou.⁴⁷

⁴⁷ FISH in MITCHELL (1983: 272)

2.2.1. Fish discorda de Dworkin ou não o compreende?

Fish concentra no argumento ilustrativo trazido por Dworkin: o romance em cadeia. Indo direto ao ponto, Fish afirma que este exemplo realmente poderia ser elucidativo em sua forma exagerada, porém ele peca em pelo menos dois aspectos importantes.

A primeira crítica de Fish: Dworkin assume que a primeira pessoa da cadeia estaria em uma posição diversa das outras, pois enquanto o primeiro romancista estaria somente criando, os seguintes estariam tanto criando quanto interpretando. Esse argumento, diz Fish, transmite a idéia de que quanto mais se prossegue na cadeia – ou seja, quanto mais os romancistas escrevem – a história vai se tornando mais densa e, conseqüentemente, os autores seguintes são cada vez mais *constringidos* (constrained)⁴⁸ a interpretar e escrever em um campo mais restrito do que os primeiros, pois devem levar em conta tudo que já foi escrito anteriormente. Fish diz este artigo de Dworkin está voltado para essa ideia, a qual continuará a ser um defeito, segundo Fish, até persistir essa distinção entre o primeiro autor e os outros. Para ele, o próprio fato do primeiro autor ter assumido o compromisso de começar o romance faz com que ele seja inserido em um contexto de práticas sobre o que significa escrever um romance e como começá-lo. O primeiro autor também está constringido. Isso, lembra Fish, não quer dizer que o autor esteja completamente determinado, pois ele pode questionar as práticas atuais e decidir ir contra certas tendências, mas, de todo modo, a escolha do primeiro autor será um posicionamento sobre “escolhas de como escrever um romance”. Desta forma, ele não está nem constringido nem livre e, sim, tanto constringido quanto livre: (i) constringido pelas finitas possibilidades subsumidas em noções de “tipos de romance” e “começando um romance”; e (ii) livre, pois pode começar a escrever qualquer tipo de romance que decidir.

Antes de apreciarmos melhor essa crítica de Fish, vejamos trechos da nota de rodapé 04 do artigo de Dworkin e o quão ela pode ser elucidativa sobre esse ponto em disputa:

Inclusive o primeiro romancista tem a responsabilidade de interpretar, na medida em que todo escritor também tem, o que inclui não somente

⁴⁸ Optei por traduzir *constrain*, e suas derivações, por *constringir* e *construção* porque: i) o verbo contrair, também próximo, está mais relacionado a apertar, amassar, diminuir; ii) o verbo constranger está mais relacionado a questões como vexame ou lição moral; iii) e verbos como restringir ou limitar ou conter ou obrigar ou compelir ou coagir me pareceram fugir da etimologia e também designar significados diferentes do intuito do autor. Assim, a escolha por *constringir* e *construções*, apesar de serem termos não usuais, pareceu-me boa justamente por não estarem associado a uma ideia já familiar e, portanto, já afetada por pré-concepções que poderiam dificultar a compreensão das ideias do autor.

interpretar enquanto se escreve, mas interpretar o gênero dentro do qual ele se dispôs a escrever.⁴⁹

E:

Parece razoável supor que os últimos romancistas irão normalmente – mas certamente não inevitavelmente – acreditar que menos interpretações podem sobreviver ao primeiro destes testes do que teriam sobrevivido caso eles tivesse recebido menos capítulos. (...) Nossa impressão de que os últimos romancistas são menos livres parece refletir tão somente este fato.⁵⁰

Por fim, mais à frente:

...e mesmo quando a maioria dos romancistas pensasse que somente uma interpretação em particular poderia se adequar ao romance em determinada medida, algum romancista imaginativo poderia achar alguma mudança dramática no enredo que (em sua opinião) inesperadamente unificaria o que parecia desnecessário e redimiria o que parecia errado ou trivial. (...) Em qualquer caso, seria, de qualquer modo, verdade, para todos os romancistas após o primeiro, que a empreitada de achar (o que eles acreditam ser) a interpretação correta do texto até então é uma empreitada diferente da empreitada de se começar o romance por sua própria conta.⁵¹

Analisando esses trechos e as críticas de Fish, podemos dizer que Dworkin consegue escapar delas? E, mais, será que as críticas são pertinentes ou os autores estão simplesmente falando sobre coisas diversas?

O primeiro dos trechos destacados parece ser uma resposta à crítica de Fish, pois diz que o primeiro autor não somente cria, mas também interpreta, na medida em que todo escritor interpreta (i) não somente conforme vai escrevendo, mas também (ii) interpreta o próprio gênero de romance pautado no qual ele decidiu escrever. Com esse raciocínio, Fish parece concordar, pois fala algo bem próximo à Dworkin na seguinte passagem:

Ele [primeiro autor] é livre para começar qualquer tipo de romance que ele decidir escrever, mas ele é constringido pelas finitas (conquanto não imutáveis) possibilidades que estão subsumidas nas noções de “tipo de romance” e “começando um romance”.⁵²

⁴⁹ “Even the first novelist has the responsibility of interpreting to the extent any writer must, which includes not only interpreting as he writes but interpreting the genre in which he sets out to write.” DWORKIN in MITCHELL (1983: 262)

⁵⁰ “It seems reasonable to suppose that later novelists will normally – but certainly not inevitably – believe that fewer interpretations can survive the first of these tests than would have survived had they received fewer chapter. (...) Our sense that later novelists are less free may reflect just that fact.” DWORKIN in MITCHELL (1983: 262)

⁵¹ “...and even when most novelists would think only a particular interpretation could fit the novel to a certain point, some novelist of imagination might find some dramatic change in plot that (in his opinion) unexpectedly unifies what had seemed unnecessary and redeems what had seemed wrong or trivial. (...) In any case it will nevertheless be true, for all novelists beyond the first, that the assignment to find (what they believe to be) the correct interpretation of the text so far is a different assignment from the assignment to begin a new novel of their own.” DWORKIN in MITCHELL (1983: 262)

⁵² “He [first author] is free to begin whatever kind of novel he decides to write, but he is constrained by the finite (although not unchanging) possibilities that are subsumed in the notions ‘kind of novel’ and ‘beginning a novel’.” FISH in MITCHELL (1983: 273)

Será que Fish está discordando de algo que estamos ignorando, de algo implícito? Ou se trata de mera má-compreensão mútua e foco distinto destes dois autores? Vejamos: Dworkin, no primeiro trecho destacado, volta sua atenção para a interpretação e influência sofrida dentro da própria cadeia, ou seja, Dworkin está pensando no autor deste jogo de romance em cadeia proposto. Assim, focalizando no primeiro autor, a cadeia ainda não começou. Portanto, as únicas influências e constringções seriam do próprio autor consigo mesmo. Daí, Dworkin elenca este primeiro romancista interpretando os seus próprios escritos e também tendo que interpretar o gênero que ele escolheu para dar início ao romance. E mesmo que ele não tivesse escolhido um gênero específico, esse ato estaria dentro da escolha interpretativa do que ele entende como sendo mais interessante para aquele tipo de atitude ou para algum propósito maior qualquer. Ou seja, aqui, nesse estágio, o autor estaria tão somente criando e não tendo que interpretar outra pessoa além dele mesmo justamente por ele ser o primeiro a escrever.

Enquanto isso, Fish parece dar um passo atrás para analisar as influências externas a esse jogo: o que está envolvido no (i) “começar a escrever um romance” e (ii) em reconhecer e seguir, ou não, “um tipo de romance”. Fazendo isso, Fish diz estar pensando e mostrando que o primeiro autor não é livre, conforme Dworkin supostamente afirmaria, mas, sim, que ele também é constringido. Fish diz que a escrita do primeiro romancista dependerá de uma compreensão anterior sob o que significa escrever um romance, mesmo que ele escolha alterar essa compreensão. Assim, o autor precisaria se preocupar com o que se está denominando romance (diferenciando isso de um conto ou crônica ou poesia ou biografia, por exemplo). Ou seja, as ações deste autor não são livres, mas já estão caminhando dentro da prática do que seja “começar a escrever um romance”, com tudo o que essa resolução envolve: pensar em personagens, temas maiores e menores, estilo, gênero, objetivo/propósito da escrita, ou seja, o que ele entende como sendo romance: quais as características ele deve se preocupar e se ater quando decide escrever um romance. Isso não o impede, é claro, de escolher radicalizar e modificar a concepção do que seja um romance, mas mesmo essa postura já é tomada dentro da prática de “começar um romance” e “tipos de romance e escrita possíveis” – pois, de outro modo, ela nem seria compreendida como sendo uma ruptura; ou, dito de outro modo: a ruptura para ser compreendida como ruptura também precisa estar inserida em determinada prática comunicativa que a reconheça e compreenda como tal.

Esse aspecto deveras não é abordado explicitamente por Dworkin. Enquanto ele menciona o gênero do romance mostrando que o primeiro romancista pensaria nele ao

intentar produzir a melhor obra de arte, Fish menciona o gênero do romance mostrando que o primeiro romancista já está sendo influenciado pelos tipos de gêneros existentes, bem como restrito em suas ações pelo seu próprio modo de “começar um romance”, sendo que ele não é tão livre quanto Dworkin gostaria que ele fosse. Assim, discordariam, portanto, Dworkin e Fish justamente nesse ponto? Ora, pelo dito, eles simplesmente estão com preocupações diversas. Dworkin está olhando para dentro do jogo e para o propósito do romancista. Fish olha para fora, para o que influencia as escolhas desse romancista⁵³.

Fish diz estar discordando fortemente de Dworkin quando este fala sobre o agir “livre” do primeiro romancista, mas Dworkin não afirma isso com a intensidade nem com a extensão que Fish gostaria. Os problemas de Dworkin são outros e creio que ele, inclusive, poderia concordar com Fish, pois o primeiro autor do romance está, sim, inserido historicamente em determinadas práticas e em determinadas pré-compreensões, as quais o envolvem da maneira descrita por Fish. O que ocorre aqui é uma tentativa de Fish forçar um ponto de discordância não existente com Dworkin, o qual realmente começará a aparecer de forma mais evidente no argumento a seguir, ligado a este, mas com suas próprias feições.

Vejamos. Fish se incomoda com o fato de Dworkin traçar diferenciações entre os romancistas. Não somente entre o singular primeiro autor e os últimos, mas entre o grupo dos primeiros autores (os quais já estariam interpretando, segundo Dworkin) e o grupo dos últimos.

Lendo o raciocínio de Dworkin, diz Fish, podemos concluir que seria possível resolver desentendimentos sobre o significado do texto apelando para o próprio texto, pois se o texto vai ficando mais denso e as opções vão sendo mais limitadas, há algo no próprio texto que deve causar esse efeito, estando ou não Dworkin explicitamente assumindo isso. Porém, diz Fish, os problemas surgem justamente porque o estilo do texto parece diverso em vista das diferentes suposições acerca de qual estilo pertence o texto (v.g., sátira social, comédia dos costumes, realismo), mudando-se assim o próprio texto conforme se muda o intérprete. Assim, não há como resolvermos essa disputa. Isso não implica que os últimos romancistas possam decidir o que eles quiserem, mas, implica sim, que há diversos modos de se olhar para esse texto, sendo que apelar para o próprio texto em busca de uma resposta é não compreender o que é interpretar.

⁵³ Essa dicotomia interna e externa será explicitada por Dworkin em seu artigo de contra-resposta, no qual ele alega que Fish e outros autores estariam fazendo uma análise “de fora”.

Vamos devagar e analisemos essas críticas e comentários. Pois bem, voltemos e releiamos o segundo e terceiro trecho da nota de rodapé 04 que destaquei acima. Focalizemos no que nos interessa: o que Dworkin claramente diz é que os romancistas tardios irão *normalmente* acreditar que há menos possibilidades de interpretação que resistam aos testes de adequação e valoração de uma obra. Nesse sentido, eles seriam menos livres do que os primeiros romancistas. O importante aqui é tanto o “normalmente, mas não inevitável” e a expressão “romancistas com imaginação”, referindo-se àqueles que conseguem justificar uma mudança drástica no enredo por terem enxergado uma possibilidade de interpretação mais ousada e não-usual (daí, a necessidade de se ter “imaginação”). Ou seja, Dworkin parece admitir que não há essa constrição e limitação em si, mas, sim, uma forte tendência. Assim, Dworkin estaria realizando um movimento bem mais simples do que Fish gostaria. Ele estaria *tão somente* dizendo que a maioria das pessoas enxergaria algumas possibilidades e restrições na história não porque há algo na “história mesma” ou “no próprio texto”, mas porque pensando em termos de adequação e valoração de uma obra, as possibilidades de se olhar para ela não são tão grandes quanto Fish parece defender.

Bom, mas agora vem a pergunta: “Será que esse *tão somente* é realmente *tão somente* assim? Ou seja, será que Dworkin já não está dizendo demais ao aparentemente dizer pouco?” Vejamos, pois para o que Fish está nos atentando. O que ele está criticando é essa limitação, bem como a própria idéia do que sejam esses “romancistas com imaginação”. Apesar de Fish não ter se focalizado nessa expressão, ela me parece muito importante, pois essa “imaginação” seria como se fosse um romancista desviante ou “criativo demais”, o qual pode estar relacionado ao que Dworkin descreve em seu artigo como um comportamento transgressor “tomando abruptamente outra direção” – isso ficará mais claro a seguir.

Segundo Fish, os autores mais à frente na cadeia são tão constringidos e livres quanto os primeiros. É tentador pensar conforme Dworkin: quanto mais história, mais informação, e, portanto, mais direcionada seria a interpretação. Porém, Fish frisa: informações sempre estão associadas com interpretações – aquelas não anunciam a si próprias, precisam ser interpretadas. Possuir muito ou pouco texto para se trabalhar/analisar não coloca em cheque a interpretação, pois mesmo quando você acaba de ler uma obra e pensa que simplesmente “acabou de vê-la/percebê-la/senti-la”, a interpretação já fez o seu trabalho, pois a nossa própria leitura somente foi possível na medida em que fomos lançando interpretações e modos de enxergar/ler o texto possíveis.

Assim, estar mais à frente ou mais atrás na cadeia, possuir mais ou menos texto, ao invés de alterar as condições da interpretação, isso meramente estende o processo da interpretação, mas não a altera qualitativamente.⁵⁴ Ou seja, os últimos autores possuem mais material com o qual trabalhar, mas não mais restrições, como deseja Dworkin.⁵⁵

Mas será que é isso o quê Dworkin deveras deseja? Fish quer nos convencer que sim, pois por mais que possamos tentar ajudar Dworkin, trazendo uma específica nota de rodapé, na qual, entre travessões, ele faz uma pequena ressalva sobre essa restrição não ser inevitável; todo o artigo restante parece caminhar para o induzimento da ideia de que há uma maneira “mais racional” ou, ao menos, “mais convencional” de se olhar para o texto, mormente quando se está em estágios de construção mais avançados. Tanto seria assim, que Dworkin precisou supor um “romancista com imaginação”, em seus próprios termos, para enxergar aquela determinada obra de forma diversa. Outrossim, esse posicionamento dworkiniano fica claro, por exemplo, quando ele comenta sobre Agatha Christie e Raymond Chandler, afirmando que pôde existir uma reviravolta na análise da obra deste último porque levando-se em consideração toda a sua obra, podia-se perceber que o seu objetivo era outra. Porém, somente por meio de uma distorção alguém poderia, por exemplo, enxergar Agatha Christie como uma escritora sobre o significado da morte. Ora, mas será isso tão impossível assim? Antigamente as pessoas também não veriam uma interpretação diferente sobre Chandler como uma distorção, até que, finalmente, fomos convencidos da força desta nova interpretação? São esses questionamentos que Fish faz, estranhando o fato de Dworkin não os fazer, repousando resolutamente em sua opinião sobre Christie.

A contra-argumentação de Fish é que, de certo modo, todos os romancistas e todos nós possuímos “muita imaginação”. Alguns modos de se imaginar o texto podem, sim, estar mais convencioneados e serem mais “conservadores” do que outros, sendo que quando Dworkin diz “um romancista com imaginação” ele já está se posicionando de determinado modo diante do texto como se essa posição dele pudesse ser mais neutra por ser fundamentada no próprio texto ou em alguma racionalidade maior que Dworkin chamaria

⁵⁴ FISH in MITCHELL (1983: 274)

⁵⁵ Poderíamos perguntar: “E este material a mais não os afeta de forma diferente?” É claro que afeta, diria Fish, mas isso não quer dizer que os determina. E eu concordo com isso. Eles poderão ter mais trabalho para analisar e para justificar a escolha que fizeram para continuar o romance para determinada direção, porém não necessariamente o seu trabalho é mais denso ou constringido. Aliás, poderíamos pensar o contrário: o trabalho do primeiro autor poderia ser visto como mais denso e constringido, pois ele deve tomar cuidado para não minar todo o processo seguinte e, assim, deve escrever de tal forma a não há reduzir, desde o início, tal romance à um trabalho débil e superficial. De qualquer forma, é claro, isso não poderia ser afirmado do ponto de vista estrutural, para o qual Fish nos atenta.

de integridade⁵⁶. Isso seria um erro, para Fish, porque o texto somente existe na medida em que olhamos para ele e o enxergamos a partir de um contexto e de comunidades interpretativas. Ou seja, da mesma forma que toda a história do cristianismo pode ser enxergada de determinado modo por alguns cristãos e de modo bem diverso por Nietzsche, um romance pode ser enxergado de modo diverso, mantendo-se ainda "o mesmo texto".⁵⁷

Será, portanto, que encontramos aqui uma real crítica e discordância entre Dworkin e Fish ou poderemos estar novamente diante de uma má-compreensão? Parece-me que estamos diante de uma nova má-compreensão e, novamente, focos diversos. Vejamos. O que Dworkin está tão somente afirmando é que temos a impressão de que possuiríamos menos liberdade se nós fôssemos os romancistas tardios da cadeia e não que existe, de fato, menos liberdade. Nós poderíamos nos perguntar: “e porque será que nos sentimos assim?”. Dworkin poderia responder: “Ora, sentimos assim, pois temos mais texto para manejar e mais esforço para compreender cada cena como um todo, tentando justificar a obra na íntegra.”

2.2.2. Brincando de romance em cadeia

Imaginemos o seguinte: alguém começa a nos contar um caso e pergunta: “Adivinhe, então, o que aconteceu em seguida?”. Suponhamos que aceitemos a proposta de tentar adivinhar.⁵⁸ Quanto menos detalhes a pessoa nos der, maior a sensação de liberdade ou até de abandono, sem guia nem direção. Por que isso ocorre? Imaginemos, para levarmos ao extremo, que nosso amigo simplesmente tenha começado a história assim “Um homem e uma mulher se casaram em uma igreja, entraram na limusine e estão indo para a lua de mel, conduzidos pelo chofer”. Após isso ele nos diz para adivinhar. Ora, o que sentiríamos aqui? Nós sentiríamos que quase tudo pode ser dito, pois ainda sabemos muito pouco sobre a personalidade dos personagens e também das pessoas com quem elas interagem no decorrer da história.

⁵⁶ Ver posicionamento de Dworkin sobre Christine e Chandler em DWORKIN in MITCHELL (1983: 254)

⁵⁷ A comparação entre a “leitura da História” e a “leitura de um romance” com ligação com a prática jurídica é pertinente, mormente no que tange à análise da jurisprudência. Essa discussão se mostrará explicitamente de forma mais complexa mais à frente.

⁵⁸ Para o melhor desenvolvimento do meu ponto, suponhamos isso. Porém, poderíamos agir de outro modo: poderíamos estar diante de uma pessoa que não gosta de fofocas, nem de jogos de adivinhação, nem de especular sobre outras pessoas. Essa nota de rodapé é importante, pois demonstra que o meu próprio exemplo já contém uma limitação que pode parecer óbvia para alguns, mas não é para outros, os quais poderiam entender que o melhor jeito de continuar essa empreitada da adivinhação é não a continuar por uma questão moral. Outros ainda poderiam não querer continuá-la por uma questão de seriedade de pesquisa, alegando ainda não terem dados o suficiente para conseguirem esboçar o mínimo para poderem prever algum tipo de comportamento da pessoa do caso em questão.

Alguém dirá: “Podemos, aqui, tudo especular e tudo criar”. Porém, outra ouvinte poderia retorquir: “Ora, nem tudo pode ser criado. Ao menos, trata-se de um homem e de uma mulher que realmente se casaram em uma igreja e estão indo em lua de mel.” Mas será isso realmente necessário? Parece-me que não. Isso demonstra somente a “falta de imaginação” dessa pessoa, pois poderíamos pensar que se trata de um sonho, ou de um transexual, ou de um homem ou mulher no sentido metafórico, sendo que poderiam ambos serem homens ou mulheres; dentre uma infinidade de possibilidades que disputariam não somente o que cada palavra significaria, mas o que o sentido dessa palavra junto com a sentença poderia estar desenvolvendo.

Bom, nosso amigo pode, então, passar a contar mais sobre a história, relatando o que ocorreu na lua de mel, sobre as peripécias sexuais do casal, sobre encontros e situações engraçadas pelas quais eles podem ter passado, sobre discussões e posicionamentos argumentativos intensos de ambas as partes, expressões que cada um gosta de usar, modo de agir com outras pessoas, relações que possuem com seus pais e lembranças da infância etc. Pois bem, depois disso tudo, o nosso amigo poderia dizer: “O marido, então, sugeriu comprar uma casa afastada da cidade, longe tanto da família dele quanto da dela, pois ele pensou que seria um lugar melhor para se criar os filhos.” Daí, novamente, nosso amigo vem com a pergunta para nós: “Você acha que ela vai aceitar?” Aqui parece que não estamos mais tão livres, nem perdidos, quanto no começo. É essa uma sensação que sentimos frequentemente quando alguém vai nos contando uma história cada vez mais recheada com elementos. Agora, pergunto: “Por quê sentimos isso?”

Voltemos um pouco para podermos avançar. Dworkin propõe que o projeto em cadeia será feito por pessoas interessadas em escrever e continuar a escrever o melhor romance possível, e que as últimas parecem ter uma constrição menor do que as primeiras, pois aquelas possuiriam esse sentimento de “terem mais rumo para a qual devem e podem ir”. Ora, mas não estaríamos tomando por óbvio algo não tão singelo nessa proposta, que é o termo “melhor” e “continuar”?

Alguns dos romancistas poderiam entender que o melhor dos romances é o pior dos romances. Ele poderia ser contra a ideia de romance (ou, ao menos, a ideia de romance em termos mais tradicionais) e, pensando assim, não estaria ele lutando contra as pessoas que leem romance pensando que algo de grandioso e valioso esconde-se lá? Isso tudo poderia ser pensado e ele poderia continuar a escrita do romance nestes seus moldes. Porém, isso em nada refutaria a hipótese estética dworkiniana. Aliás, ele estaria a afirmando, pois ele, de fato, pensa que essa sua escrita é o melhor romance possível, nem que seja construindo

um anti-romance, mantendo-se a diretriz de integridade (pois ele poderia compreender toda a obra até então como uma grande piada muito sutil, a qual somente se revelaria com mais clareza ao final), bem como a da valoração ou propósito da obra (pois este estaria justamente vinculado à crítica da própria idéia de romance).

Portanto, nada impede que, de fato, ocorra uma reviravolta ou mudança brusca da nossa percepção sobre o texto. Porém, por que estamos chamando de “reviravolta” ou “mudança brusca”? O que pretendemos significar com esses termos? Será que isso demonstra que estávamos sendo determinados pelo texto, tendo nossa liberdade tolhida até que decidimos, então, tomar bruscamente outra direção de forma arbitrária? Não, narrar esse processo desta forma não seria caracterizar bem o ocorrido. E Dworkin não faz essa narração, como Fish gostaria que ele fizesse – Fish critica, pois, um Dworkin que não existe ou, ao menos, não no exato modo como ele o pinta. Apesar dessa má-compreensão, Fish traz, sim, um modo de enxergar o porquê nós nos sentirmos mais, ou menos, livres. Não é porque “de fato” estamos mais ou menos livres, mas, tão somente uma possível sensação devido ao fato de termos muito material com o qual trabalhar.

A questão, pois, é que informação nunca é somente informação, como diz Fish. Assim, quando temos informações, nós nos sentimos obrigados a tentar compreendê-la de forma integrada com o resto e, ainda mais, as informações já vêm como interpretações nossas sobre o que sejam essas informações. Elas não nos veem de forma crua. Dessa forma, romancistas mais tardios possuem mais interpretações deles mesmos as quais foram aparecendo conforme foram lendo, das quais eles não podem se furtar.

O que me parece ocorrer é que as pessoas vão residindo dentro de certos nichos de compreensão. Sendo eles grandes ou pequenos, esses nichos fazem com que aceitemos algumas hipóteses e desconsideremos outras por a considerarmos extravagantes ou por serem implausíveis demais ou por promoverem alguma idéia que não gostamos ou por algum motivo que nem sabemos bem o porquê.

Quando lemos um romance, vai se construindo aos poucos em nós determinado modo de enxergá-lo, de forma a nos direcionarmos para determinados caminhos e nos distanciarmos de outros. Vamos tendo mais material a conversar conosco e ambos, nós e o texto, vamos a determinados rumos, caminhando com o texto como se caminhássemos com uma pessoa, com a qual fôssemos dialogando e descortinando. Vamos criando vínculos, baseado nas experiências que estamos tendo. Isso pode, portanto, nos dar a impressão de que estamos mais presos a essa pessoa ou texto do que estávamos no começo, pois não a conhecíamos. E, de certo modo, estamos, sim, “presos”, “constringidos” e até

“determinados”. Porém, de outro lado, estamos “livres” e “soltos” para agir a partir destas amarras. Trata-se, portanto, de pensarmos o que estamos querendo dizer quando usamos esses adjetivos e se eles são aplicados para um mesmo momento ou estamos a falar sobre momentos ou jogos linguísticos distintos.

O que parece existir, portanto, é um descompasso linguístico entre Dworkin e Fish, vez que ambos entendem que o autor não está efetivamente preso, aceitando que é possível realizar diferentes interpretações.

No que reside, então, a diferença entre eles? Enquanto Dworkin focaliza na nossa tendência em sentirmos mais limitados quando assumimos um projeto de escrito mais ao final, Fish mostra que isso é tão somente uma ilusão, pois de fato todos nós criamos o texto (desde o primeiro até o último, sendo constringidos igualmente não por uma questão numérica e de quantidade de texto, mas, sim, pelas condições de liberdade serem iguais). Observemos, portanto, que eles não estão propriamente discordando, mas, sim, falando sobre pontos diversos.

Seja ou não uma ilusão, esse sentimento de restrição em nossa liberdade descrito por Dworkin é algo que possuímos, cuja causa tentei revelar acima por meio da narração do caso. De outro lado, é importante pensarmos junto com Fish para percebermos a nossa atuação e para conseguirmos melhor narrar o que significa narrar e interpretar o texto sob o ponto de vista do que nos influencia. Deste modo, enquanto Dworkin está preocupado com um foco interno, dentro da prática de interpretação, Fish está atento para um foco externo, o qual se posiciona sobre a prática.

Esclarecido esse ponto (ao qual voltaremos ainda com mais detalhes após termos ganhado mais chão), caminhemos para a segunda crítica de Fish, relacionada com a primeira, qual seja: Dworkin abraça as duas posições que ele critica: abraça tanto (i) a Caríbdis do construtivismo (“encontrar o direito lá”) quando menciona os últimos romancistas; quanto abraça (ii) a Cila do realismo (“criar tudo”) quando menciona o primeiro romancista.

Fish entende que a liberdade que Dworkin confere ao primeiro romancista seria a mesma descrita por aqueles que entendem que os juízes e intérpretes estão constringidos apenas por suas preferências e desejos pessoais (realismo). De outro lado, quando Dworkin fala sobre o constringimento dos últimos romancistas diante da história, ele age como aqueles que entendem a história ou a lei como auto-evidente (construtivismo).⁵⁹

⁵⁹ FISH in MITCHELL (1983: 275)

Segundo Dworkin, os juízes *devem* (must) ser responsáveis e continuar a cadeia, analisando historicamente como os outros juízes vêm decidindo casos similares desde então. Os juízes devem interpretar o que veio antes, pois ele possui a responsabilidade de avançar a empreitada, ao invés de debandar para alguma nova direção própria.⁶⁰ O que fica claro nesse ponto é que Dworkin não está propriamente descrevendo o que todos os juízes fazem,⁶¹ especialmente porque usa o termo *devem* (must). E se os juízes devem agir com tal responsabilidade e não debandar em uma direção própria qualquer é porque existe, portanto, essa possibilidade de não agir conforme “se deve”. E é nesse ponto que fica explícito o desacordo que Fish expõe entre o seu pensamento e o de Dworkin. Este não explica o que seria esse debandar e Fish questiona justamente o que isso quer dizer, bem como a possibilidade real disso ocorrer.

Debandar seria decidir um caso sem ter nenhuma ligação com a história de decisões prévias? Fish nos ensina que: para um ato de um juiz ser reconhecido e compreendido como uma decisão, este ato tem de ser reconhecível em termos e formas judiciais.⁶² O que isso quer dizer? Diz Fish: um juiz que sentenciasse com fundamento no cabelo vermelho do acusado não estaria nem mesmo atuando como juiz, pois isso não seria reconhecido como um fundamento pelos membros competentes da comunidade jurídica, tratando-se, pois, de um disparate.

Mas, imaginemos que esse ato “estranho” do juiz não fosse questionado e que, mesmo sendo questionado, tenha sido reafirmado pelas instâncias superiores. Isso mostra que tal prática poderia e é aceita dentro daquela comunidade, pois de algum modo, seja explícito ou implícito, essa ação faz parte daquela sociedade. Assim, a questão de uma decisão ser ou não aceita em determinada sociedade não é uma questão de debandar para uma “nova direção” proposta pelo juiz, mas, sim, uma questão de criticarmos determinada ação por ela tentar ir a uma direção ao invés de outra e, não, em uma “nova direção”. Nenhuma direção é, pois, “nova” como Dworkin teme.

Será, todavia, que o temor de Dworkin é este descrito por Fish? Vejamos, Dworkin está cogitando um juiz que não olha para o passado, para as decisões, e que não determina o que essa prática é, tomada um todo. Ou seja, a crítica aqui é para um juiz desleixado ou despreocupado ou não-responsável, que não se preocupa com a história de determinada prática social e decide julgar “conforme as suas próprias preferências”, podendo, portanto,

⁶⁰ DWORKIN in MITCHELL (1983: 263-264)

⁶¹ Ele intenta descrever aquilo que entende que a maioria faz, o sentimento que a maioria sente ao julgar.

⁶² FISH in MITCHELL (1983: 276)

debandar em uma direção própria. Obviamente, mesmo um juiz não pensando, nem se atentando, para a história daquela prática, a decisão dele pode, por uma coincidência, estar de acordo com o que vem sendo decidido. Mas essa, aqui, não me parece ser a preocupação de Dworkin. O que ele destaca são os casos em que os juízes não analisam a história e acabam por debandar em uma direção própria. Dworkin critica essa postura, pois segundo a sua concepção política e jurídica, o melhor a se fazer é ser responsável pela história de uma prática, mostrando o porquê se concorda ou não com ela e em que medida o caso atual se assemelha ou não com o passado – mesmo que esse processo seja feito de forma implícita, pois é óbvio que não se exige um tratado jurisprudencial a cada sentença proferida.

Assim, enquanto Fish está preocupado em falar sobre como o Direito aceitaria ou não uma dita “nova direção”, Dworkin está preocupado com decisões que não levem em conta decisões do passado e que não se arroguem o dever de ser político-morais. Ou seja, enquanto Fish está pensando sobre o que significa decidir algo e ter tal decisão reconhecida em determinado contexto, Dworkin está preocupado com o que as pessoas *devem* fazer para serem responsáveis (dentro, é claro, do que Dworkin entende como sendo responsabilidade). Assim, no caso hipotético do juiz que julga levando em conta o cabelo vermelho da pessoa, Fish está atento para nos mostrar que, independente das reações que ocorram, a interpretação já estará fazendo o seu trabalho, reconhecendo ou não essa decisão como uma decisão, sendo que as discordâncias existentes serão discordâncias sobre a direção a se tomar e não sobre uma “nova” direção. Enquanto isso, Dworkin observa que esse juiz não levou em conta a história passada e tomou uma “decisão nova” não justificada.

Novamente, pois, repetimos a pergunta: o temor de Dworkin é este descrito por Fish? Não, não é. O termo “nova” e “debandar” quer tão somente ressaltar o fato deste juiz/intérprete ter ido a uma direção “diferente da história até então” ou “não levando em conta tal história”. A falta de compreensão entre Dworkin e Fish é, pois, a mesma presente quando discutiam os escritores no começo e no final do romance. Tanto aqui quanto lá, Dworkin está ressaltando um sentimento que possuímos sobre sermos mais constringidos e, portanto, determinadas direções nos parecerem mais plausíveis e visíveis do que outras, enquanto outras são consideradas como um “debandar”.

Uma interessante questão surge: poderia existir um juiz ou romancista que não se importe com essa empreitada e, portanto, decida escrever o que bem entender sem levar em conta o todo? Para Dworkin, sim. E tal pessoa estaria fugindo do propósito do Direito ou

do Romance e seria criticado por tanto. Dworkin não discorda de Fish sobre uma decisão, por mais estranha que seja, ser recepcionada ou não questionada dentro do Direito – pois isso ocorre frequentemente e não faria sentido Dworkin negar isso. O que Dworkin faz é criticar esse juiz ou intérprete, seja a interpretação dele aceita ou não, pois ele deveria ter levado em conta o passado.

Fish, porém, responde essa mesma questão de forma negativa, pois, para ele “independente do que o juiz ou intérprete fizer, o passado atuará nesta decisão; então, o juiz nunca conseguirá se desvencilhar e escrever o que bem entender sem levar em conta o todo”. Percebem, portanto, que eles estão encarando a pergunta com olhos diferentes e respondendo duas questões diferentes, pois eles “leem” essa questão de forma diferente?

Apesar de um pouco confuso, há certa beleza nisto, pois esta mesma confusão demonstra a teoria de ambos os autores. Essa confusão só existe porque existem diferentes modos de se olhar para uma questão e para “um mesmo texto”, sendo que intérpretes podem até parecer estar discutindo sobre uma mesma coisa, mas, de fato, estão dizendo duas ou mais coisas bem diversas.

A resposta de Fish não satisfaz Dworkin, pois para este não basta uma mera “aceitação ou recepção” da comunidade para que se comprove ou não que determinada interpretação é ou não possível. O que interessa, para Dworkin, é a atitude em se preocupar com o passado e tentar o ler com responsabilidade. É claro que o passado irá auxiliar a julgar os atos do presente e irá influenciar as comunidades interpretativas permitindo que o ato seja interpretado como um ato. Mas isso é uma análise externa que explica como as coisas ocorrem e como a interpretação se dá. Dworkin está realizando um movimento diverso. Ele está internamente dizendo como devemos agir dentro desta empreitada de forma a sermos os mais responsáveis possíveis.

Mais uma vez, portanto, espero ter mostrado que eles não discordam, mas, sim, acentuam focos diversos. No máximo, o que pode estar ocorrendo é, novamente, Fish tentando forçar Dworkin a se manifestar sobre esse ponto externo, que é deveras importante. Porém, Dworkin não gosta de se manifestar do modo como Fish gostaria, pois aquele teme que isso poderia fazê-lo soar como um “cético” que diz “toda interpretação é igualmente boa” – fala esta, adianto-lhes, que nem Fish nem Dworkin concordam.

Pois bem, passemos agora para outro, nos termos de Fish, “temor infundado” de Dworkin: o de um juiz olhar para a cadeia anterior e decidir enxergar “algo qualquer que ele pense que deva estar lá”. Um juiz, segundo Dworkin, não deve inventar uma história melhor, mas interpretar a história jurídica. Primeiramente, diz Fish, a ideia de que é

possível “achar uma história” já é errada, pois esse processo de “achar” está envolvido com a maneira diversa como as pessoas olharão para essa história, bem como o próprio material para o qual se olha e o modo de organizá-lo dependem de noções prévias sobre “como devemos olhar/interpretar” esse material jurídico. Assim, similaridades entre casos e raciocínios análogos não estão no próprio texto, mas, sim, devem ser construídos por meios de caracterizações (abertas a críticas) feitas por quem as enxerga/olha/interpreta. Deste modo “ser fiel à história” é, paradoxalmente, reescrevê-la, re-descrevendo-a de forma a acomodá-la, relacionando-a com questões atuais pertinentes (isso é diferente de “atualizá-la” ou “modernizá-la”). Ou seja, não há que se falar, como Dworkin pretende, em “invenção” ou “descoberta”, pois toda a história e interpretação é “inventada” no sentido fraco de “não-descoberta”. Porém, para Fish, nenhuma história/interpretação é tampouco inventada no sentido forte de “não relacionado a um interesse jurídico de conhecimento geral”.⁶³

Deste modo, segundo Fish, a distinção entre uma história/interpretação “descoberta” e uma “inventada” é tão somente a distinção entre uma interpretação persuasiva de outra que falhou neste desiderato, vez que a “história/interpretação descoberta” por um pode ser a “história/interpretação inventada” por outro, ou seja, tais termos são retóricos e fazem parte do processo de convencimento, não devendo os confundir com alguma história/interpretação puramente descoberta ou puramente inventada.⁶⁴

Façamos, agora, a nossa recorrente pergunta: estariam os dois discordando ou há aí, novamente, uma má compreensão? Voltemos um pouco e vejamos. Dworkin imediatamente após dizer que “o dever do juiz é interpretar e não inventar uma história melhor” nos diz que, apesar da dimensão de adequação poder nos fornecer alguns limites, não existe nenhum algoritmo que decide o quão bem uma interpretação se adéqua a determinada história para que possamos descartá-la.⁶⁵ Ou seja, Dworkin aqui não me parece usar o termo inventar nem interpretar no sentido forte, como o próprio Fish o caracterizou. Assim, Dworkin, apesar de não estar no mesmo debate que Fish gostaria que ele estivesse, concordaria com Fish sobre não existir nem uma invenção pura ou uma interpretação puramente descoberta.

⁶³ FISH in MITCHELL (1983: 276-278)

⁶⁴ FISH in MITCHELL (1983: 278)

⁶⁵ DWORKIN in MITCHELL (1983: 263-264)

O que Dworkin simplesmente está dizendo é que algumas histórias podem ser construídas de má-fé ou com desleixo, sem a preocupação de se tentar ater aos fatos passados em um projeto de integração que leva em conta a adequação. Ou seja, seriam intérpretes que usariam a história ou parte dela para saírem vitoriosos nos próprios casos sem uma responsabilidade/dever de adequação. Deste modo, Dworkin está usando o termo “invenção” e “interpretação” de veras como Fish nos atenta que algumas pessoas os utilizam, qual seja, tentando convencer os outros sobre qual a melhor posição a se tomar. Porém, isso não é por si só um defeito, mas, sim, uma prova que ambos estão discutindo em campos diversos. Novamente, Dworkin está visivelmente internamente, posicionando político-moralmente, tentando nos convencer da sua empreitada de nos responsabilizar e interpretar segundo o método que ele entende como sendo mais interesse. Fish, de outro lado, está de fora, dizendo-nos que o próprio inventar já é um tipo de interpretação, com o qual Dworkin concordaria (o que ficará ainda mais claro no artigo-resposta deste a Fish).

2.2.3. Em resumo: os supostos dois grandes erros de Dworkin

Fish, portanto, entende que Dworkin comete repetidamente pelo menos dois erros: i) assumir que há fatos brutos na história ou no objeto analisado; ii) e assumir que há a possibilidade de comportamentos arbitrários ou desviantes. Sendo direto: para Fish não há fatos brutos, pois sempre se fala dentro de um contexto e também não há a possibilidade de comportamentos arbítrio ou desviantes no sentido de Dworkin, pois eles sempre serão interpretados dentro de um contexto, seja para aceitá-los ou para negá-los ou para desconsiderá-los, existindo tão somente comportamentos diferentes, os quais serão rotulados de diversos modos pelos dialogantes que estejam tentando nos convencer de sua posição. Assim, para Fish, Dworkin se associa justamente com aquilo que critica: o realismo legal e o positivismo.

Vejamos de que modo Fish torna essa crítica mais palpável ao trazer o exemplo de Agatha Christie. Fish contesta Dworkin por este dizer que, se alguém interpretasse os romances de Agatha Christie como pertencentes ao gênero filosófico, este alguém não estaria “explicando”, mas, sim, “mudando” o texto. Para Fish, não há tal “mudança” e se ela for possível é porque há uma possibilidade de se compreender esse romance deste modo, sendo que tal interpretação será mais ou menos convincente a depender dos argumentos e do quão bem feita será a análise. No mais, segundo Fish, leitores não simplesmente decidem recharacterizar um texto, sendo que tal recharacterização só é possível se já existir alguma razão que permita a identificação de uma obra com determinado

gênero, mesmo que outros não concordem. E, segundo Fish, já há caminhos abertos para esse tipo de recharacterização de gêneros, pois autores hoje considerados do primeiro escalão – como Poe, Dickens e Dostoiévski – escreveram romances de investigação antes de se consagrarem como filósofos, tratando sobre temas humanos profundos. Assim, pergunta Fish, por que não Agatha Christie?

Fish formula uma leitura filosófica de Christie descrevendo uma teoria sobre o mal após analisar os vilões das narrativas. Ao final desta hipótese, Fish nos traz uma conclusão, que é importante para essa dissertação: tendo o esforço dele ao defender essa interpretação logrado ou não sucesso, tendo convencido ou não outros leitores e críticos, isso nada diz sobre as possíveis leituras que o texto permite ou não permite. O sucesso ou fracasso atestaria tão somente o grau de maestria possuída por Fish em dominar as regras de argumentação e evidenciaria como elas são compreendidas pelos membros da comunidade profissional.⁶⁶

Perguntemos, pois: Isso é uma divergência com Dworkin ou uma nova má-compreensão? Aqui parece que estamos mais perto de uma divergência, pois Dworkin tende a enxergar nessas argumentações, um locutor cético, o qual diz “tudo pode” e “tudo depende da comunidade e da capacidade de convencimento”. De outro lado, Fish diz que o modo como Dworkin se porta diante de Christie mostra os dois defeitos já elencados (existência de fatos brutos e a possibilidade de se desviar da interpretação).

Todavia, por mais que ambos queiram brigar, ainda não enxergo uma efetiva discordância. No máximo, talvez um descuido. Se Dworkin dissesse de forma clara e alta “qualquer interpretação do passado ou do futuro sobre os romances de Agatha Christie serem filosóficos, deve ser considerada errada, pois claramente a pessoa está inventando o texto e não o interpretando”, então teríamos uma clara discordância com Fish. Porém, o que ocorre – e é o que costuma ocorrer com Dworkin de forma geral e o que dá ensejo a críticas – é que Dworkin nem sempre realiza boas escolhas de termos, nem de construções de frases, demonstrando-se um tanto quanto insensível a determinados debates e modos de se colocar.⁶⁷

⁶⁶ FISH in MITCHELL (1983: 280-281)

⁶⁷ Isso faz surgir críticas, pois Dworkin, em muitos casos, parece prometer algo e não cumprir devido ao modo como ele apresenta a sua proposta – a meu ver, Dworkin seria mais bem compreendido se se mostrasse mais claro com o seu projeto; porém, mostrar-se mais claro sobre o seu projeto seria reconhecer, no fundo, que o projeto não é tão revolucionário assim. Esse reconhecimento aparece um pouco mais explicitamente em seu último livro, *Justice for Hedgehogs*. No mais, não é propriamente um reconhecimento que é necessário, vez que este Dworkin até o fornece em alguns momentos, mostrando a sua modéstia e singeleza do projeto – como vimos, inclusive, no primeiro artigo-base deste debate. Mas, sim, a falta de uma meta-avaliação sobre o seu próprio debate com seus críticos. E, neste ponto, Fish parece talvez possuir uma maior

Quando Dworkin fala sobre Christie, ele está somente mostrando que uma interpretação que enxergasse suas obras como tratados sobre o significado da morte, não levaria em conta o livro como um todo e quebraria a idéia do romance, reduzindo-o a ruínas. Dworkin, ao alegar uma mudança interpretativa pôde ser feito com Raymond Charles, mas não com Christie, evidencia a sua interpretação sobre Christie e não uma possibilidade em absoluto. Creio que Dworkin poderia estar aberto para alguém que gostaria de convencê-lo do contrário, porém, a questão é que ele pensa que seria muito difícil esse convencimento tendo em vista tudo o que ele já pensou sobre os romances dela. Ou seja, é evidente que Dworkin enxerga o que ele consegue enxergar, como diz Fish, pois ele está dentro do método de análise de um romance que ele pensa ser o melhor, o mais interessante; sendo que se ele enxergasse esse romance de outro modo, ele, oras, enxergaria o romance de outro modo. O ponto, contudo, é que ele não enxerga o romance daquele, mas deste jeito e convencê-lo do contrário seria difícil e é isso que Dworkin está expressando. Há aqui o que eu chamaria de um descuido por parte de Dworkin por não ser tão claro e por talvez usar expressões tão fortes em um debate, no qual se sabe que o interlocutor entenderá essas expressões em um sentido talvez bem diverso do que se pretendia. Isso, é claro, demonstra também um problema dos seus críticos e, em especial aqui, do seu dialogante Fish; mas isso não retira também a sua responsabilidade.

Portanto, que fique límpido: Dworkin não defende que não são possíveis outras interpretações, nem que haja algum fato bruto evidente vindo do próprio texto de Christie nem acha propriamente que interpretações desta autora pintando-a como uma teórica da morte seriam desvios no sentido de puramente arbitrário ou inventados. A questão é que tais interpretações parecem tão difíceis de serem até concebidas por Dworkin que ele está quase pressupondo uma má-fé de quem defende o contrário. Porém, a princípio, se alguém possuir uma teoria muito bem fundamentada, Dworkin poderia vir a concordar com essa pessoa, apesar de provavelmente se espantar consigo mesmo e dizer frases do tipo “nossa, como eu não vi isso antes?!” (como nós costumamos fazer quando esse tipo de mudança acontece). Assim, como dito, Dworkin tão somente acha isso improvável, o que não o transforma em um crente em alguma entidade metafísica presente no “lá no texto”, como gostaria Fish.

Um movimento é compreendermos as falas de Dworkin sob um ponto de vista epistemológico e externo, outra é visualizarmos essas mesmas falas já do ponto de vista

interno e argumentativo, como de fato parece ser a melhor narração do que ocorre. O que podemos, portanto, lucrar da crítica de Fish é que ele traz outra forma de olhar: a externa. E pessoas desavisadas realmente poderiam compreender Dworkin como um observador externo. Se assim fosse, Dworkin estaria, deveras, errando e as críticas de Fish seriam pertinentes também contra ele. Assim, é importante que Fish tenha se atentado para esse fato, pois isso nos instiga a exigir que Dworkin afirme e mostre mais claramente qual é o seu propósito e projeto, o qual nem sempre é, deveras, explicitado.⁶⁸

Outrossim, a contribuição de Fish fica bem clara quando ele fala sobre uma *percepção tácita* (tacit awareness) do intérprete sobre o que é possível e o que não é possível fazer, o que é e o que não é algo razoável se dizer, o que será ou não ouvido como evidência dentro de determinada empreitada. E essa percepção tácita é construída por essas constrições, as quais são justamente o que faz com que pessoas vejam e tragam outros para ver as obras do modo como elas veem⁶⁹ – o mecanismo sobre como isso funciona também é pensado por Wittgenstein.⁷⁰

O erro de Fish é, pois, pensar que Dworkin não compreende isso e se engana ao compreender a natureza da interpretação. Esse engano de Dworkin ficaria evidente, segundo Fish, na distinção que Dworkin pretende promover por meio dos binômios explicar/mudar um texto, encontrar/inventar, continuar/debandar, interpretar/criar. Para Fish, essas divisões podem ser termos utilizados em argumentações e contra-argumentações para vencer a posição adversária e conquistar adeptos à visão que se pretende defender – e isso ocorre naturalmente nos ambientes acadêmicos e fora deles. Porém, essas divisões nunca podem ser compreendidas como da natureza mesma da interpretação.⁷¹ Novamente, portanto, vemos um Fish preocupado – e de forma muito pertinente – com a natureza da interpretação ou, melhor dizer, com a caracterização do que seja a própria empreitada da interpretação ou, ainda de outro modo, com uma análise

⁶⁸ A meu ver, o que de fato ocorre, é que Dworkin escreve do jeito que escreve para soar como se ele tivesse realizado um feito maior do que efetivamente fez. Dworkin por vezes quer nos convencer que superou os realistas e os formalistas com raciocínios que não são tão dependentes de interpretação ou dependentes de modos de se enxergar o mundo, mas, de fato, são. Como se não fosse um embate interpretativo *versus* outro, mas, sim, um modo racional *versus* outro que não se compreende. E, neste ponto, Fish está certo e é mais direto do que Dworkin, uma vez que este último não admite que o jogo linguístico de outras teorias, em especial as céticas, também sejam sustentáveis, pois ele entende que admitir isso seria “ceder” que o mundo é dividido nestes jogos linguísticos, os quais Dworkin repudia para efeito de resolução de um problema epistemológico (essas questões são mais claras em *Justice for Hedgehogs*, mas já se vê que são um problema desde aqui).

⁶⁹ FISH in MITCHELL (1983: 281)

⁷⁰ “Uttering a word is like striking a note on the keyboard of the imagination. (...) In the practice of the use of language one party calls out the words, the other act on them.” WITTGENSTEIN (2010: 07-08)

⁷¹ FISH in MITCHELL (1983: 281)

epistemológico-externa sobre a interpretação e não com uma análise retórica-interna. Enquanto isso, Dworkin já está mostrando de que modo a empreitada da interpretação ocorre e, portanto, está falando sob o ponto de vista interno e argumentativo. O erro de Dworkin é não compreender essa análise externa de Fish, a qual em muito se harmoniza com a sua visão de interpretação, tomada externamente. Isso fica evidente nesta passagem de Fish:

Dworkin se opõe a eles [o binômio explicar/alterar] porque ele acredita que interpretação é, ela mesma, uma atividade que precisa de constrição, mas o que eu venho tentando mostrar é que interpretação é uma estrutura de constrições.⁷²

Isso está em parte correto, sendo que Fish não percebe que eles estão falando a partir de pontos de vista diferentes. Dworkin deveras cria esses binômios, mas o faz do ponto de vista interno, sendo que Fish concordaria com essa atividade, vez que são argumentações e contra-argumentações. Assim, interpretação, do ponto de vista interno, exigirá constrições na medida em que uma posição pretenda que uma obra seja compreendida dentro dos limites do seu modo de falar. “Os limites de minha linguagem são os limites de meu mundo.”⁷³ Sim, exato. Assim, enquanto Fish pode estar revoltado em seu artigo e gritando algo como “Não é possível um intérprete independente, nem texto não-interpretado, nem, portanto, um intérprete livre e sem arbitrário”, Dworkin poderia dizer: “Sim, ok. Concordo. Mas isso não exclui o fato de eu querer limitar a interpretação dentro dos moldes que eu compreendo como limites e dentro dos moldes que eu considero mais interessante de se interpretar.” Novamente, fica evidente, respectivamente, a postura externa e interna. Ambos estão, pois, a falar de coisas diversas.

Esse raciocínio também está associado à outra crítica que Fish faz a Dworkin ao dizer que este erra ao procurar modos de se proteger contra leituras arbitrárias (em literatura e em casos jurídicos) por meio de constrições. Para Fish, tais constrições não somente não podem existir, como nós não poderíamos realizar a interpretação sem elas. Isso soou estranho? Um pouco ilógico? Se sim, estamos no caminho certo de continuarmos a compreender que grande parte desta discussão não é mais do que uma má-compreensão. O primeiro uso do termo “constrição” por Fish é voltado para designar as possíveis constrições que Dworkin gostaria de estabelecer para evitar interpretações indesejadas

⁷² “Dworkin opposes them [os binômios] because he thinks that interpretation is itself an activity in need of constraints, but what I have been trying to show is that interpretation is a structure of constraints.” FISH in MITCHELL (1983: 281)

⁷³ Aforismo 5.6 do *Tractatus Logico-Philosophicus*, de Wittgenstein. No original: “Die Grenzen meiner Sprache bedeuten die Grenzen meiner Welt.”

(como a dimensão da adequação). Assim, trata-se de um uso em um contexto interno de convencimento. O segundo uso do termo “construção” por Fish é voltado para designar as estruturas às quais estamos inevitavelmente imbricados, tendo em vista que fomos formados dentro de uma estrutura com construções que permitiam determinados raciocínios, elogiavam outros, denegriam certas condutas etc. Esta última análise é, pois, externa.

Aqui fica, novamente, claro o desacordo entre esses autores. Dworkin não erra ao tentar se proteger contra leituras arbitrária do ponto de vista interno. Dworkin está tentando se proteger e está tentando estimular leituras que levem em conta um modo de se enxergar a empreitada da interpretação. Assim, os medos e os perigos possíveis contra os quais Dworkin quer se proteger fazem sentido na medida em que ele pretende advogar a favor de determinado modo de se interpretar e agir, evitando outros. De outro lado, a crítica e a argumentação de Fish mantém todo o seu sentido, se pensarmos em uma postura externa. Ou seja, do ponto de vista externo, deveras não faz sentido se proteger contra essas “arbitrariedades”, pois toda interpretação só é possível estando dentro de uma estrutura já constringida, sendo as próprias “inovações” somente possíveis por existirem condições para tanto, nos termos de Fish.

2.2.4. Querela envolta da intenção do autor

Vejamos como Fish aborda a intenção do autor em Dworkin. Segundo ele, um dos temores de Dworkin se focaliza na intenção do autor tomada como foco na interpretação, tanto na Literatura quanto no Direito.

Fish descreve a situação da seguinte forma: para Dworkin a intenção de um romancista e de um legislador é complexa e, portanto, difícil de conhecermos. E, mesmo se uma intenção fosse conhecida, ela seria tão somente um “dato psicológico” e irrelevante para a determinação do sentido, pois esse não é psicológico, mas institucional. Para Fish, esse argumento seria perfeito se as intenções fossem, conforme a descrição de Dworkin realizada por Fish, propriedades privadas e mais ou menos equivalentes com propósitos individuais ou desejos e caprichos. A crítica de Fish, portanto, é que as intenções não são atividades próprias, pois elas já estão inseridas e surgem a partir da compreensão de quais atividades são possíveis para alguém dentro de determinada empreitada (literária ou jurídica). Assim, ninguém poderia aparecer com uma intenção única e excepcionalmente própria em relação a um personagem, nem criar uma nova forma de se começar ou continuar um romance. Desta forma, o próprio ato da leitura quando se observa a

construção de um personagem envolve um ato tanto de perguntar quanto de já responder a questão “O que é que se quer dizer por essas palavras?”, questão esta feita no vácuo, mas dentro de uma compreensão concomitante sobre o que é um personagem, um romance, uma decisão e os respectivos significados de tudo o que se vai lendo e se escrevendo.⁷⁴

Façamos, pois, a nossa já conhecida pergunta: isso é uma crítica à Dworkin ou se trata de uma má-compreensão? Aqui, novamente, não me parece que essas críticas caibam à Dworkin, sendo que este não diz que a interpretação não deva depender nem levar em conta a intenção do autor. Ele simplesmente ressalta que a interpretação não deve se reduzir a ela, sendo que é preciso, sim, que compreendamos que se trata de um ato com intenções e volições no mundo, porém, não de um jeito simples como a nossa intenção em adquirir certos produtos em um supermercado, mas, sim, uma intenção mais complexa que extrapola o campo do diretamente ou “conscientemente” pensado. Isso também não quer dizer que devamos analisar o inconsciente, pois isso seria caminhar para um campo que poderia nos trazer alguns dados, mas, ainda sim, não fugiríamos da obrigação e dever de integridade, como diz Dworkin. A idéia é somente ressaltar que tanto o leitor quanto o autor, que também é um leitor de si mesmo, carrega muita história quando lê, que é justamente o que Fish nos está dizendo. Aliás, Dworkin realiza críticas muito próximas das de Fish, por exemplo, quando argumenta contra os intencionalistas e o modo de se enxergar intenção de um modo simples. Aqui, novamente, enxergamos um Dworkin preocupado em como a intenção ocorre durante a empreitada. Assim, ele diz que, por vezes, o autor vai escrevendo e os personagens vão ganhando “personalidade própria”, bem como ocorre, muitas vezes, de voltarmos ao nosso texto e percebermos algo que não tínhamos visto lá – esse fato também é lembrado por Fish. Deste modo, quando Dworkin diz que uma boa descrição sobre uma obra e as intenções do autor precisa incluir a intenção de criar algo independente da intenção do autor,⁷⁵ isso não quer dizer que não devamos simples e puramente não levar em conta a intenção do autor, imagem que Fish pinta de Dworkin. Isso quer dizer que devemos compreender que a intenção do autor é maior e está, justamente como Fish quer, integrada com a idéia do que um romance ou decisão significa, pois participar desta empreitada é ter noção que ela estará no mundo e será levada em conta de determinado modo, tendo os seus significados já dentro de determinadas possibilidades; possibilidades estas não submetidas somente à intenção do autor, mas, sim, à estrutura de constrições presentes. Diz Dworkin neste trecho:

⁷⁴ FISH in MITCHELL (1983: 282)

⁷⁵ DWORKIN in MITCHELL (1983: 261)

Nós podemos, talvez, isolar todo o grupo de crenças interpretativas que um autor possui em determinado momento... e solenemente declarar que essas crenças, em sua completa concretude, determinam o que o romance é ou significa. (É claro, essas crenças seriam inevitavelmente incompletas, mas isso é outra questão.) Mas, mesmo que nós (erroneamente) chamarmos esse grupo particular de crenças de ‘intenções’, nós estamos, ao as escolhermos, ignorando outro tipo ou nível de intenção, que é a intenção de criar uma obra cuja natureza ou significado não é determinada desta maneira, porque se trata de uma obra de arte.⁷⁶

Aqui Fish poderia se incomodar com a mera possibilidade de podermos realizar esse isolamento de intenções. Mas, vejam que Dworkin também não concorda com essa possibilidade. Dworkin somente está realizando um exercício *ad absurdum* para demonstrar que, mesmo se isso fosse possível, o ponto dele ainda estaria correto. Ou seja, Fish e Dworkin concordam, porém pensam estar discordando por usarem uma linguagem e estilos diferentes de argumentação.

Deste modo, conquanto o modo como Dworkin e Fish usam o termo intenção possa parecer antagônico ou discordante, no fundo ambos estão dentro do mesmo raciocínio e estão concordando. Dworkin claramente defende:

As intenções do autor não são simplesmente conjuntivas, como as intenções de alguém que vai ao supermercado com uma lista de compras, mas, sim, estruturadas, de forma que a mais concreta destas intenções, como intenções sobre os motivos de um personagem particular em um romance, são dependentes de crenças interpretativas, cuja solidez varia de acordo com o que é produzido e que pode ser alterada radicalmente de tempo em tempo.⁷⁷

Esse trecho poderia muito bem ter sido escrito por Fish, especialmente este final mostrando as diversas interpretações possíveis que podem surgir com o tempo. E, igualmente, este trecho de Fish poderia ter sido escrito por Dworkin:

...se as intenções são pensadas como formas de possíveis comportamentos convencionais que são para ser ‘lidas’ convencionalmente, então alguém pode reler as suas próprias intenções assim como pode reler as intenções de outro [autor].⁷⁸

⁷⁶ “We can, perhaps, isolate the full set of interpretive beliefs an author has at a particular moment... and solemnly declare that these beliefs, in their full concreteness, fix what the novel is or means. (Of course, these beliefs would inevitably be incomplete, but that is another matter.) But even if we (wrongly) call this particular set of beliefs ‘intentions,’ we are, in choosing them, ignoring another kind or level of intention, which is the intention to create a work whose nature or meaning is not fixed in this way, because it is a work of art.” DWORKIN in MITCHELL (1983: 261)

⁷⁷ “The intentions of author are not simply conjunctive, like the intentions of someone who goes to market with a shopping list, but structured, so that the more concrete of these intentions, like intentions about the motives of a particular character in a novel, are contingent on interpretive beliefs whose soundness varies with what is produced and which might be radically altered from time to time.” DWORKIN in MITCHELL (1983: 261)

⁷⁸ “...if intentions are thought of as forms of possible conventional behavior that are to be conventionally ‘read’, then one can just as well reread his own intentions as he can reread the intentions of another.” FISH in MITCHELL (1983: 283)

Assim, tanto Dworkin quanto Fish entendem que alguém não pode ler e re-ler independentemente da intenção e da pressuposição que estamos tratando de uma obra com marcas e sons produzidos por um ser intencional, um ser situado em uma empreitada em relação a qual ele possui um propósito ou um ponto de vista – ou seja, isso não é uma percepção somente de Fish, com este gostaria⁷⁹, mas também o é claramente de Dworkin.

Enquanto Dworkin, internamente, nos relembra do fato de que durante uma interpretação nós devemos levar isso em conta e não pensarmos em algum tipo de intenção do autor em um sentido pobre e estreito do termo; Fish nos lembra, externamente, que interpretar o ato de outra pessoa no mundo é indissociável de pensarmos na ligação deste ato com um ser possuidor de intenção. Novamente, ambos não estão propriamente discordando, por mais que Fish queira, mas, sim, trabalhando em campos diversos.

Assim, quando Dworkin fala sobre descobrir a intenção de um romancista ou de um juiz, ele não está tratando essa operação como algo diverso da própria interpretação. Ou seja, não é que ele esteja pensando que interpretação é uma empreitada e designar uma intenção seja outra, como descreve Fish.⁸⁰ O ponto é que há diversos modos de se olhar para a “intenção”. E Dworkin está dizendo que as pessoas que focalizam somente na intenção do autor de um modo simplório e restrito estão realizando um projeto interpretativo precário. Isso não significa que Dworkin nem outras pessoas também não levarão em conta a intenção do autor, mas o modo como os intencionalistas, na descrição de Dworkin, olham para a intenção não é o melhor jeito possível, pois eles a distorcem, distorcendo a própria empreitada interpretativa.

Deste modo, deve-se ficar claro que Dworkin, ao contrário do que Fish diz, não está criticando a intenção do autor nem o modo livre ou individualista que ele pode querer se inserir no romance. A intenção do autor sempre irá existir e essa nunca será livre, nem existirá sem as marcas de seu mundo circundante; sendo a intenção do autor, deveras, uma pressuposição pertencente a uma estrutura de comunicação, como bem diz Fish. O que Dworkin, portanto, está a criticar é o modo como alguns intérpretes, especificamente os intencionalistas, olham para a intenção, pois eles não compreendem bem o que ela é. É preciso, pois, que isso esteja bem límpido: Dworkin não critica a importância da intenção do autor em si, mas, sim, o modo de se olhar para ela e a ênfase conferida excludente conferida a ela por determinado grupo de intérpretes.

⁷⁹ FISH in MITCHELL (1983: 283)

⁸⁰ FISH in MITCHELL (1983: 283)

Novamente, portanto, ambos estão concordando e Dworkin iria ao encontro de Fish quando este diz: “Intenção, assim como tudo o mais, é um fato interpretativo; isto é, ela precisa ser construída”.⁸¹

2.2.5. Fish reconhece ter compreendido mal Dworkin?

Ao final deste seu artigo, Fish reconhece que Dworkin pode ter se antecipado a várias críticas fisheanas ao dizer que: (i) o artista não pode criar nada sem interpretar enquanto cria, (ii) o artista tem a sua própria teoria, mesmo que tácita, sobre o porquê o que ele produz é arte, (iii) os fatos da história não se anunciam por si mesmos, variando conforme a crença de diferentes juízes sobre qual é a função do Direito, (iv) a constrição imposta pelo texto não é inevitável, pois o modo de se interpretar o texto será controversa, (v) a própria noção de constrição é interpretativa. Independente da correção de Fish ao descrever essas exceções ou cuidados que Dworkin tomou, para o propósito desta dissertação, basta vermos que Fish reconhece que Dworkin não é exatamente do modo como ele descreveu. Todavia, Fish, em vez de repensar o modo como caracterizou Dworkin, preferiu usar esses possíveis “cuidados e ressalvas” de Dworkin contra o próprio Dworkin, enxergando neles uma demonstração do enfraquecimento do argumento.

No início do artigo de Dworkin, lembra Fish, há uma distinção entre casos simples e casos difíceis. Dworkin traz o exemplo do testamento, que não seria válido sem três testemunhas, para ilustrar um caso fácil e diz que os casos mais difíceis seriam aqueles nos quais nos debruçaríamos e discutiríamos as diversas possibilidades dentro do Direito. Porém, diz Fish, o mais intrigante vêm em parênteses, quando Dworkin diz “Eu estou incerto sobre se a análise positivista se sustenta até mesmo no caso simples do testamento; porém, isso é uma questão diferente que eu não discutirei aqui.”⁸² Para Fish, não se trata de outra questão, vez que todo o artigo de Dworkin dependeria desta distinção.

Para Fish, o que Dworkin pode querer dizer com essa ressalva é que tanto nos casos fáceis quanto nos difíceis podemos encontrar o mesmo tipo de trabalho interpretativo, sendo esse trabalho tão somente mais explicitamente necessário nos casos difíceis.

Segundo o raciocínio de Fish, para que um caso pareça inteligível, independentemente de alguma estratégia interpretativa conscientemente empregada, é necessário que nós já estejamos lendo dentro de uma estratégia e empregando, mesmo sem

⁸¹ “Intention like anything else is an interpretive fact; that is, it must be construed” FISH in MITCHELL (1983: 283)

⁸² “I am doubtful that the positivists' analysis holds even in the simple case of the will; but that is a different matter I shall not argue here.” DWORKIN in MITCHELL (1983: 250)

estarmos cientes, definições, termos, modos de inferências, argumentações etc. Se Dworkin, em seu rápido argumento em parênteses, está concordando com esse raciocínio, para Fish, isso significa que Dworkin se contradiz, pois ele estaria negando a existência entre casos difíceis e fáceis, não como um fato empírico que qualquer um pode experimentar, mas como um fato que reflete a diferença básica entre casos que são *auto-resolvíveis* (self-settling) e casos que podem ser resolvidos somente por referência à história dos procedimentos, práticas e convenções.⁸³ E, para Fish, todos os casos somente são resolvíveis e compreendidos em vista da nossa história institucional e de suas restrições.

Para não fugirmos à regra, caminhemos para o final deste tópico com a nossa já conhecida pergunta: Fish e Dworkin estão discordando aqui ou se trata de uma má-compreensão? Novamente, aqui, as críticas de Fish estão dentro de uma má-compreensão. E é exatamente no final deste artigo-resposta de Fish que podemos ver de forma mais clara e explícita todo o motivo da má-compreensão entre Dworkin e Fish. Este demonstra que entende muito bem o raciocínio de Dworkin ao perceber que tanto nos casos fáceis quanto nos difíceis é necessário o trabalho interpretativo, sendo que eles não são diferentes do modo como alguns positivistas gostariam que fossem. A questão, portanto, é que Fish parece não enxergar outra possibilidade para Dworkin sair dessa aparente encruzilhada, senão enquadrá-lo como um positivista. Mas, como eu venho desenvolvendo, o problema é mais simples do que se parece e, aliás, não se trata propriamente de um problema filosófico, mas tão somente de um descompasso linguístico.

Fish relata o caso muito bem, mas não entende que Dworkin está justamente nesse campo empírico para longe do qual ele enviou Dworkin. Este também está no campo do “fato empírico, que qualquer um de nós pode experimentar”. Ou seja, Dworkin não está, para além desse campo, dizendo que há uma diferença básica entre casos fáceis e difíceis em algum sentido mais rigoroso e forte contra o qual Fish teria, inclusive, toda a razão de negar. O que Dworkin está dizendo é que há casos que tratamos de forma mais simples e, portanto, são mais fáceis e outros que acabam por se tornar mais difíceis. Isso ocorre, então, internamente, com qualquer um que possa ter experimentado essa situação estando dentro da prática jurídica, como diz o próprio Fish. Não se está a defender uma diferença básica entre os casos fáceis e difíceis de um ponto de vista externo, como Fish gostaria de

⁸³ FISH in MITCHELL (1983: 284)

caracterizar Dworkin. É claro, pois, que ambos precisam de interpretação e mais claro ainda que Dworkin e Fish estão se preocupando a partir de perspectivas diversas.

O que dizer, então, para esta crítica final de Fish? O seguinte: “Sim, Fish, é exatamente isso: não há uma diferença básica entre casos fáceis e difíceis e trata-se de um assunto diferente, o qual eu não vou debater aqui”. E, de fato, trata-se de outro assunto. Ou, melhor dizendo, trata-se de outra perspectiva, qual seja, a externa. De outro lado, internamente, tanto Fish quanto Dworkin concordam que existem casos fáceis e difíceis no mundo empírico, na prática judicial, no nosso sentimento experimentado quando pegamos um processo.

Uma objeção, todavia, pode estar perturbando algum possível leitor: “Ora, mas Dworkin está todo o tempo argumentando sob o ponto de vista interno?” Não. Quando Dworkin traz a sua hipótese estética, isso é uma análise externa sobre a natureza, sobre o modo-de-ser da interpretação, ou seja, trata-se de Dworkin, externamente, olhando para práticas sociais envolvidas com interpretação e falando algo sobre essas práticas. Aqui Dworkin está se posicionando externamente. Porém, ainda não há nenhuma crítica de Fish voltada diretamente para esse aspecto. Vejamos como isso se desenvolverá no debate entre os artigos vindouros.

2.3. O interno, o externo e o descompasso linguístico entre Dworkin e Fish

Antes de continuarmos no percurso do debate dos artigos, é necessária uma vital pausa elucidativa. A apresentação de uma tomada de posição ou de um jogo que ocorre internamente e outro que ocorre externamente passou a ser importante neste segundo tópico. Desta forma, é aconselhável o resumo do que já foi dito até então e além de ser imprescindível certificarmos que essa distinção está em moldes os mais claros possíveis, vez que esse é um núcleo argumentativo essencial desta dissertação.

Não é demais refrisar que a maioria das má-compreensões ocorridas entre ambos os autores ao longo da troca de artigos resulta do uso de expressões iguais ou parecidas em sentidos e em campos argumentativos diversos. Assim, eles pensam estar discordando, quando, de fato, estão a discutir em jogos linguísticos diferentes.

Em muitos casos, eles, inclusive, concordam valendo-se praticamente dos mesmos termos e raciocínios, porém, devido a esse descompasso linguístico e argumentativo, eles se estranham. Enquanto Fish exige uma precisão linguística e maior peso para as palavras, Dworkin não se importa muito em usar termos que possam vir a incomodar os céticos ou epistemólogos de plantão, valendo-se de seus raciocínios da melhor forma possível para

tentar caracterizar o seu ponto de vista e convencer as pessoas a aderi-lo. Como dito, isso ocorre, pois um está posicionado a partir do ponto de vista externo e o outro do interno. Espero que isso se torne mais evidente nos próximos tópicos, quando trarei a contrarresposta de Dworkin e a réplica de Fish. Ali poderemos trabalhar também em que medida ambos os autores possam estar, efetivamente, discordando e não somente não se compreendendo.

Deste modo, é preciso deixar claro: pelo dito até então, não quer dizer que Fish não possa discordar de Dworkin nem vice-versa. O ponto é que, até a troca destes dois artigos iniciais, isso ainda não ocorreu, ao menos não na forma que ambos os autores pensam e enxergam o próprio discurso e o discurso do adversário.

E o que, afinal, estou entendendo por posição, jogo, olhar ou perspectiva externa e interna? Esses conceitos não são fáceis de definir, pois não são definíveis. Assim como nos ensina Wittgenstein, nós aprendemos o que um termo nos diz conforme vamos vivendo e os utilizando na prática, em nossos jogos linguísticos, de forma que é não somente difícil, mas impossível uma definição. O que posso fazer é tentar mostrar o modo como o interno e o externo aparecem e é isso que venho tentando fazer até então e que tentarei fazer até o fim desta dissertação.⁸⁴

Deste modo, o que eu posso e farei em seguida é tentar trazer palavras e modos de raciocinar associados com esses termos no intuito de sintetizá-los o mais diretamente possível para que, após olharmos eles em ação, consigamos conseguir captá-los melhor. Pois bem, caminhemos.

A postura interna procura narrar um sentimento que temos no cotidiano, narrar o modo como agimos na prática, buscando captar a maneira como usamos alguns termos e como jogamos o jogo da interpretação, tentando quiçá achar algo por detrás, mas sempre associado à prática. O interno está, pois, associado ao campo empírico, dos acontecimentos e sentimentos diários, cuja captação somente é possível olhando-se para essa prática e a vivenciando. Isso não quer dizer que se está preso e completamente submetido ao possível

⁸⁴ “How would we explain to someone what a game is? I think that we’d describe *games* to him, and we might add to the description: ‘This *and similar things* are called ‘games’.’ And do we know any more ourselves? Is it just that we can’t tell others exactly what a game is? – But this is not ignorance. We don’t know the boundaries because none have been drawn. To repeat, we can draw a boundary – for a special purpose. Does it take this to make the concept usable? Not at all! Except perhaps for that special purpose.” WITTGENSTEIN (2010: 37) E, nestes termos, tentarei traçar os limites de tais conceitos, tendo em vista um propósito especial, um uso específico para eles dentro desta dissertação; porém, essa própria tentativa de traçar limites é complicada, o que não torna esses conceitos inutilizáveis – a saber, eles serão tão mais utilizáveis quanto eu melhor e mais frequentemente os utilizar na escrita desta dissertação, uma vez que, assim, poder-se-á ver o *uso* destes termos e, portanto, entendê-los.

caos linguístico encontrado na prática, vez que as pessoas nem sempre usam as expressões em padrões tão bem delineados e, mesmo que assim ajam, nem sempre é simples compreender esse padrão e descrevê-lo. A postura interna, adotada principalmente por Dworkin, busca olhar para a prática e, raciocinando sobre ela, busca enxergar uma racionalidade e modo de uso linguístico relativamente coerente, buscando, por meio desta empreitada, conhecer ainda mais a prática, mostrando por vezes talvez até o óbvio, mas que passa despercebido por nossos olhos corriqueiros do dia-a-dia – o ovo de Colombo.

De outro lado, a postura externa não se vincula tanto à prática, apesar de estar ligada a ela. Pensa-se mais na correção ou no erro no uso dos termos, possuindo como base questionamentos envolvidos com problemas epistemológicos e metalinguísticos sobre as possibilidades da comunicação e o que “realmente” está ocorrendo, como se houvesse certa ilusão na nossa prática ou, ao menos, o reconhecimento que a prática é “somente” um jogo ou uma retórica. Ela possui uma característica mais julgadora do que observadora e descritiva da prática. A postura externa costuma, dependendo dos defensores, colocar-se em um patamar superior ou, ao menos, em um patamar mais neutro, mais objetivo, mais “filosófico” e, portanto, mais real do que a prática, o interno, ocorrendo esta em nossas ilusões “não pensadas”. Fish, em suas críticas a Dworkin, adota prioritariamente uma postura externa, preocupando-se, portanto, sobre o que “realmente acontece” na empreitada da interpretação, independente de como usamos esse termo no cotidiano. Assim, externamente, Fish olha, por exemplo, para as estruturas e as restrições que possibilitam a própria linguagem e comunicação existirem. E, internamente, ele pode compreender o uso de quaisquer termos no intuito de melhor convencer uma plateia ou um amigo ou uma comunidade teórica qualquer – Fish, inclusive, admite em vários momentos ser retórico e buscar ser convincente uma vez estando dentro deste jogo interno.

É bom ressaltar, todavia, que, mesmo quando uso os termos interno e externo, ambas essas esferas ainda estão dentro do grande mundo da linguagem e da interpretação. É impossível sair deste mundo com pretensões cognitivas. Assim, interno e externo são modos de jogarmos, de vivermos, de comunicarmos, mais ou menos interessantes a depender do público, do nosso intuito e da nossa postura no mundo. Mas, algo que deve ficar límpido é que nenhum dos dois, Dworkin e Fish, arroga-se estar em algum patamar argumentativo superior ou privilegiado para além de uma esfera da linguagem ou da interpretação.

Deste modo, alguém poderia alegar: “não faz sentido a divisão entre interno e externo, pois não é possível sair do jogo interpretativo para se falar sobre a linguagem, ou

seja, todas as posições são internas”. Esse argumento é interessante, mas pode levar ao engano. Sim, é verdade que não conseguimos sair da linguagem nem tampouco da empreitada da interpretação. Porém, o que se pode dizer é “todas as posições são internas dentro do grande jogo da interpretação”. Ou seja, sim, todas as posições estão dentro deste jogo e, logo, são internas. Todavia, e este é o detalhe elucidativo, é possível existir posições relativamente externas e posições relativamente internas, ambas dentro desta grande esfera. O que isso quer dizer?

Isso significa que se está usando o termo “interno” para designar duas práticas semelhantes, mas não idênticas, senão vejamos. Um primeiro uso ocorre quando nos consideramos todos internos dentro desta grande empreitada que é a interpretação, ou seja, só podemos nos posicionar no mundo por meio de interpretações, as quais precisam de argumentos e fundamentais, não sendo possível que pretendamos estar a par deste mundo para falar deste mundo. De outro modo, também usamos o termo interno para nos opormos ao termo externo, ou seja, para dizer que nós não estamos pensando, neste exato momento, sobre a interpretação e a linguagem em um grau metalinguístico ou filosófico ou epistemológico ou qualquer outro adjetivo que se queira utilizar aqui. Usa-se, pois, o termo interno neste segundo sentido para simplesmente mostrarmos que não estamos dispostos a entrar nestas discussões e queremos tão somente continuar com a nossa retórica e tentativas de convencimento do dia a dia.

Não estou dizendo que essas duas pequenas divisões, dentro desta grande esfera, devam inevitavelmente existir – isso é outra questão, também interessante. O que simplesmente pretendo expor é que nós lidamos com a linguagem por meio destes dois jogos linguísticos em menor ou mais grau, quer gostemos ou não. Deste modo, podemos, inclusive, desenvolver argumentos contra discussões no âmbito externo, alegando, por exemplo, que são “perdas de tempo”, “lazer intelectual inútil” e que “não há problemas filosóficos, mas tão somente problemas linguísticos”. Porém, vocês percebem que criticar o âmbito externo é já estar neste âmbito externo de algum modo?

E o que é “estar neste âmbito externo”? É ter retirado os olhos da prática cotidiana, da linguagem ordinária, e voltar a atenção para se pensar em como a linguagem se dá e em como a interpretação ocorre, discutindo sobre o que é discutir e discutindo, inclusive, sobre se faz sentido discutir sobre o que é discutir. Assim, acaba-se por se perceber que uma postura que intenta criticar e eliminar as discussões ocorridas no campo externo acaba por também ser externa, mesmo que o seu objetivo seja de cura, ou seja, mesmo que tal postura

se pretenda como uma terapia⁸⁵ contra as perturbações advindas do pensar sobre problemas filosóficos inexistentes, vez que se reduzem, na prática, a má-compreensões linguísticas. Isso quer dizer que críticas contra a postura externa são paradoxais? Claro que não. Trata-se de alguém colocando os pés neste jogo e tentando mostrar que este jogo não faz sentido.

É possível existir uma filosofia terapêutica voltada contra a filosofia e isso não ser paradoxal, bastando que compreendamos o movimento que está ocorrendo aqui, ou seja, não podemos esquecer que tanto a postura externa quanto críticas contra tal postura estão todas dentro do jogo da interpretação e, portanto, são internas. Se a crítica contra as posturas externas não assumir que ela faz parte deste jogo interno da interpretação, então, aí sim, ela será paradoxal. Mas, supondo que ela se assuma como uma postura, que precisa de argumentos e fundamentos assim como qualquer outra, estando neste mundo munido tão somente de seu afã existencial de convencer e afetar os outros por meio das suas interpretações, então não há um paradoxo. Há, sim, o assumir existencial-moral de se estar no mundo defendendo aquilo que se compreende como sendo o melhor⁸⁶.

Compreender bem isso é compreender a causa das má-compreensões existentes entre Dworkin e Fish.

Fish tenta trazer à força a discussão para o campo externo, interpretando o que Dworkin escreve como uma postura externa, apesar de Dworkin falar internamente. De outro lado, Dworkin puxa a discussão para o campo interno, interpretando o que Fish internamente, apesar de Fish falar externamente. Logo, há um descompasso linguístico e, inevitavelmente, o aparecimento das ditas má-compreensões.

Por fim, a pergunta: “Ora, mas não seria essa apresentação sob a dicotomia interno-externo tão somente uma interpretação sua, autor desta dissertação, sobre esse debate; uma tentativa de convencimento para a sua posição?” Respondo honestamente: mas é claro que sim e não poderia ser de outro modo. Eu só não concordaria com o que a expressão “tão somente” pode dar a entender, pois assumo que, sim, trata-se de uma interpretação, mas isso não diminui em nada o meu argumento. No mais, isso mostra a minha autoconsciência sobre o que é estar no mundo analisando um objeto e emitindo uma interpretação, a qual, é claro, precisa de justificativas e argumentos, os quais estou tentando fornecer justamente ao longo de toda essa dissertação.

⁸⁵ Wittgenstein também faz uso do termo terapia nas *Investigações Filosóficas*: WITTGENSTEIN (2010: 57)

⁸⁶ O “melhor” deve ser compreendido aqui no sentido mais abrangente possível: mais interessante, mais belo, mais ético etc. E, mesmo que alguém pretende defender algo que ache “feio” ou “vil” ou “deprimente”, isso não contraria a noção de “melhor”, pois “melhor” designa a postura vitoriosa de tantas outras possíveis.

Façamos, brevemente, uma recapitulação a fim de podermos adentrar melhor no próximo capítulo.

Fish caracteriza Dworkin como um pensador que está realizando seu discurso com pretensões externas, porém, este se concentra nas pretensões internas. De outro lado, Dworkin caracteriza Fish como alguém realizando um discurso com pretensões internas, pois Dworkin nega a possibilidade de se existir coerentemente um cético externo e, assim, acaba por não compreender bem Fish nem conseguir descrever bem os seus propósitos, caracterizando-o simples e puramente como um observador externo comum. Dworkin não enxerga a parte interna dentro do olhar externo de Fish, nem nota as contribuições externas com as quais ele poderia estar de acordo.

Destarte, tanto Fish quanto Dworkin compreendem que existem os pontos internos e externos; e admitem que todos nós estamos dentro de uma grande esfera interpretativa da qual não podemos sair (ou seja, como dito, estamos todos em um ponto interno, em algum nível). Porém, eles parecem discordar da maneira como esses jogos devem ser jogados. Vejamos, pois, de que modo isso ocorre nas desenvolturas vindouras.

2.4. Por favor, não falem mais sobre Objetividade

Dworkin escreve um artigo-resposta ao de Fish intitulado *My Reply to Stanley Fish (and Walter Benn Michaels): Please Don't Talk about Objectivity Any More* (Minha resposta a Stanley Fish (e Walter Benn Michaels): Por favor, não falem mais sobre objetividade), no qual pretende esmiuçar e rebater as críticas recebidas. Vejamos, agora, em que sentido Dworkin também é injusto na compreensão de Fish. E, mais, em que medida Dworkin concordaria com algumas das análises que realizei na seção anterior.

De início, Dworkin já caracteriza a teoria de Fish como incompetente e irá, ao longo deste artigo-resposta, argumentar no intuito de mostrar como Fish erra o alvo ao, na maioria das vezes, simplesmente distorce e não compreende o que Dworkin escreveu. Aliás, como já dito, supondo que o pensamento de Dworkin fosse do modo como Fish o descreve, Dworkin poderia, inclusive, concordar com Fish, ou seja, Dworkin concorda com algumas críticas de Fish; só não concorda que ele mesmo seja atingido por elas. Começemos.

Segundo Dworkin, as críticas giram em torno das discussões sobre Objetividade e Relativismo. Para ele, o motivo pelo qual Fish não compreendeu bem o seu artigo seria o mesmo pelo qual outros críticos não compreendem bem o problema da objetividade e relativismo.

Dworkin começa pelo final, nas críticas de Fish, pois elas são elucidativas da sua má-compreensão. Aqui a posição de Dworkin é bem semelhante à análise que realizei principalmente ao final do tópico anterior. Dworkin critica Fish por este pensar que teria encontrado um dilema nas ressalvas⁸⁷ feitas por Dworkin ao longo do artigo. Segundo Fish, ou (i) as ressalvas devem ser levadas em consideração e Dworkin não tem nenhuma posição, pois elas minariam as outras argumentações de Dworkin; ou (ii) as ressalvas não devem ser levadas em consideração e, então, Dworkin possui uma posição, mas ela está errada.

A resposta de Dworkin neste artigo é algo do tipo: “Bom, talvez Fish não esteja compreendendo o que estou dizendo. As ressalvas nem minariam o que eu disse, nem o que eu disse está errado ou, ao menos, não errado pelos motivos que Fish alega, vez que ele está criticando outra teoria, imaginada por ele, que não a minha”.

2.4.1. Críticas a um Dworkin imaginário?

Dworkin contra-argumenta pontualmente Fish tentando mostrar que as críticas não cabem a ele, mas, sim, a algum Dworkin imaginado por Fish quando da leitura distorcida do artigo.

Dworkin nega, portanto, categoricamente que, durante a empreitada da interpretação, o texto force alguma interpretação particular nos intérpretes. É claro que essa negação, por si só, não nos garante que Dworkin deva estar a salvo de críticas nesse sentido vez que está é tão somente a leitura do próprio Dworkin sobre a sua obra. E, conforme nos ensina o próprio Dworkin e Fish, a intenção do autor e a interpretação que ele confere para a sua própria obra é apenas um aspecto que deve ser levado em conta, não sendo, porém, o mais relevante, nem possuindo tal interpretação um local argumentativo privilegiado. Deste modo, é preciso que consideremos de que modo Dworkin consegue argumentar contra essa crítica de Fish – relembro que no tópico passado já desenvolvi raciocínios que minavam as críticas de Fish, pois este realmente não compreendia o pensamento de Dworkin; veremos, a seguir, que Dworkin se aproxima, e muito, da minha análise desenvolvida na seção anterior, apesar de não se harmonizarem completamente, de forma que nesta seção não repetirei extensamente os raciocínios que são semelhantes e já desenvolvidos anteriormente.

⁸⁷ Retomando: trata-se das ressalvas sobre as possíveis discordâncias entre os autores/romancistas, bem como ressalvas sobre modos mais “estranhos”, não usuais, de se interpretar um texto, ressalvas contra a divisão forte entre casos fáceis e difíceis, e ressalvas contra a diferença entre o romancista no começo e ao final da cadeia.

Dworkin, pois, diz que não caracteriza, identifica ou interpreta uma obra de arte como um “fato bruto”; nem compreende a natureza de uma obra de arte como independente do intérprete ou tampouco que as constrações da interpretação executam-se por si próprias.

Dworkin diz que um dos maiores pontos de discordância com Fish é que este não compreende o seu projeto. Dworkin está tentando mostrar como a prática da interpretação ocorre e é compreendida na própria prática. Ou seja, Dworkin está a falar sobre as crenças de segunda-ordem, as quais compõem um quadro de interpretação “certo-errado”, “firme-inconsistente”, “melhor-pior”, o qual viabiliza essa empreitada.

Esse quadro, pois, não é uma imposição filosófica de fora (campo externo, para o qual Fish tenta arrastar Dworkin), mas, sim, mostra como é a prática que constitui a instituição da interpretação.⁸⁸ Intérpretes, em sua grande parte, assumem que interpretar

⁸⁸ Esta é uma importante nota de rodapé, que visa elucidar pontos que normalmente causam dúvidas e estranhamentos: Vejam que as crenças de primeira-ordem e segunda-ordem não se confundem, respectivamente, com o interno e externo que eu discriminei anteriormente. Algumas pessoas podem realizar esse salto argumentativo, mas isso não foi dito em momento algum. Tanto as crenças de primeira-ordem quanto as de segunda-ordem estão dentro do ponto de vista interno, tendo em vista que elas não se auto-questionam com argumentos que não fazem parte deste jogo comum, baseado em determinados modos de discutir (quando passam a se auto-questionar fora deste jogo, como que o suspendendo, então viram questões externas). [Dworkin, pois, está, na maioria dos seus argumentos nestes artigos em questão, tomando uma postura interna de segunda-ordem. Porém, quando ele fala sobre o nosso Direito à pornografia ele está tomando uma postura de primeira-ordem] Rapidamente, podemos dizer que: as de primeira-ordem emitem uma opinião descritiva ou um comando, por exemplo, ao dizermos: “essa personagem é louca e está fingindo” ou “não fure a fila, pegue uma senha” ou “o direito diz que”. Os de segunda-ordem tornam possíveis algumas discussões sobre os de primeira-ordem sem ainda sairmos do jogo, por exemplo, ao dizermos: “esta interpretação é melhor do que aquela, é mais sólida e não altera o texto” ou “você deve obedecer essa norma, pois se trata de uma lei e, mais, de uma norma sem vícios de legalidade ou de constitucionalidade”. Uma postura externa diria, por exemplo: “o que você entende por alterar? Isso é algo que realmente faz sentido ser dito? Não seriam todas as falas uma tentativa de alterar ou construir o texto, vez que não há texto em si?” ou “qual é a definição de norma? Não seriam todas as nossas falas normas, um dever-ser, um comando prescritivo lançado para o mundo, tendo em vista ser impossível uma descrição, uma afirmação sobre o ser das coisas?”. Por fim, é preciso constar que essa divisão entre interno e externo nem sempre é fácil de ser percebida e nem sempre é possível percebermos olhando-se rapidamente para as frases, pois, mais do que o tema em debate no campo interno e externo, o mais importante é o modo, o enfoque, o propósito como qual se debate. [Por exemplo, uma teoria sobre interpretação pode ser tanto interna, de segunda-ordem, quanto externa a depender do enfoque. Alguém pode realizar uma teoria sobre interpretação (interna e de segunda-ordem) ao falar sobre o modo como ela se dá na prática, como nos sentimos quando interpretamos, sobre quais os pressupostos implícitos existentes durante a prática. de outro lado, outra pessoa pode realizar uma teoria sobre interpretação (externa) ao se perguntar sobre o que “realmente” é interpretar.] Tentando facilitar um pouco a visualização de discursos interno e externo, vejamos: (i) exemplo de dever-ser em um âmbito interno *lato sensu*: quaisquer fala e posicionamento no mundo, vez que é a postulação de um dever-ser, de uma postura que se pretende a melhor, mais interessante; (ii) exemplo de ser em um âmbito externo *stricto sensu*: “a verdade não existe”, “não existe objetividade”; (iii) exemplo de dever-ser em um âmbito externo *stricto sensu*: “nós devemos compreender que, na prática, o uso do termo ‘objetividade’ e ‘verdade’ não deve significar algum tipo de realidade ou verdade superior, pois, mesmo que tais termos nem sempre intentem designar esse patamar superior, o uso displicente pode sugerir essa intenção; (iv) exemplo de ser em um âmbito interno *stricto sensu*: “o Direito diz que”; “não é permitido pisar na grama”; “isso é (in)constitucional”. Exemplo de dever-ser em um âmbito interno *stricto sensu*: “nós devemos obedecer essa norma, pois ela está no código e é constitucional, sendo a melhor interpretação do Direito.”

um texto é diferente de mudá-lo; que uma interpretação pode ser melhor que outra mesmo o tema sendo controverso; que argumentos existem a favor e contra uma interpretação; que alguns argumentos são fortes, mais fundamentais que outros; que alguém pode ser persuadido e não somente passar ou ser forçado a outra interpretação; e assim por diante.⁸⁹

Dworkin, portanto, alega estar olhando para a prática social e tentando compreendê-la. Desta forma, ele está tentando compreender sobre o quê as pessoas que discordam estão discordando. Dworkin enxerga o seu projeto não como uma postura filosófica com pretensões de discutir sobre realmente “o que é interpretar”, “o que é descrever” ou “o que é explicar”, posturas estas de um pensador externo. Mas, sim, como uma postura que eu designei no tópico anterior como sendo interna.

Ele justifica o porquê de seu projeto ao elencar dois problemas recorrentes às teorias de interpretação. (i) Se as pessoas em geral fazem uma distinção entre interpretar e inventar, isso quer dizer que elas acreditam que conseguem, de algum modo, realizar essa distinção. Assim, a pergunta de Dworkin é “Como nós distinguimos entre interpretar e inventar?”. Se nós descobrirmos, pensa Dworkin, ao estudarmos essa topologia mental sobre julgamentos interpretativos, que há diferentes tipos e níveis de interpretação (sendo “inventar” um deles), então temos que continuar estudando no intuito de tentar identificar a estrutura dessas diferenças e perceber de que modo um nível e tipo se relacionam entre si e de que modo são distintos de outros.⁹⁰

Dworkin está dizendo algo como: “Usarmos dois termos diversos, “interpretar” e “inventar”, mostra que entendemos essas práticas de um modo diverso. Assim, mesmo se, no fundo, após realizarmos estudos reveladores de que o modo como tratamos esses termos está sempre relacionado com interpretação, ainda teremos que explicar como e o porquê ainda usamos esses dois termos e não somente um. Algo precisa ser diferente porque nós sentimos e nos comportamos diferentemente quando usamos e quando vemos outras pessoas empregando tais termos.” Nesse sentido, a intuição de Dworkin, a meu ver, está correta, pois, para além dos termos, há um sentimento envolvido nas práticas sociais que nos faz continuar perquirindo o modo como tratamos de forma diferente essas práticas no mundo.

O outro problema é (ii) a questão da objetividade. As perguntas ligadas a essa inquietação nos fazem querer saber se o quadro certo-errado está correto e se é possível julgamentos de interpretação serem verdadeiros ou falsos, firmes ou inconsistentes. Ou

⁸⁹ DWORKIN in MITCHELL (1983: 289)

⁹⁰ DWORKIN in MITCHELL (1983: 289-290)

seja, a interpretação seria realmente diferente da invenção, como a maioria dos intérpretes pensa comumente, ou isso seria algum tipo de ilusão compartilhada, assim como a verdade e a solidez de um raciocínio?

Para Dworkin, enquanto a primeira questão levantada (i) está relacionada com um olhar interno, dentro da prática, para o estudo de como sentimos e para o significado que gostaríamos de conferir aos termos que usamos; a segunda questão (ii) também se relaciona com a prática, porém, ela tenta dar um passo atrás e se perguntar sobre o próprio sentido desta prática, ou seja, é uma pergunta que se enxerga como externa a própria prática.

2.4.2. Críticas a um Fish imaginário?

Tendo isso em vista o final do último sub-tópico, Dworkin passa a construir o seu diagnóstico sobre o porquê Fish não consegue ler bem o seu ensaio. Para Dworkin, Fish reverte a ordem de resposta destas perguntas, iniciando-se pela segunda e, portanto, não conseguindo adentrar bem na primeira – ou seja, começa externamente e acaba por minar as suas relações com o interno. Dworkin diz que Fish retira sua teoria daquilo que os filósofos chamam de uma *teoria da verdade-cópia* (“copy” theory of truth), a qual dispõe como o mundo deveria ser para que o quadro certo-errado pudesse ser acurado. Não adentrarei aqui na discussão se Fish realmente pertence a uma tradição de teoria da verdade “cópia”, pois isso demandaria maiores explicações sobre os argumentos e defesas dos seguidores desta teoria, bem como uma acareação com a própria filosofia de Fish, esforço esse que nos retiraria o foco. Basta, portanto, entender que a crítica de Dworkin realiza contra Fish pretende mostrar que este não se atenta para o modo como as práticas sociais ocorrem no mundo, afirmando que Fish cria algum tipo de ideal de verdade ou coisa em si não atingível e, logo, passa a pensar a realidade e as condições de verdade a partir desta criação. Dworkin critica, pois, Fish, por este acreditar que, devido ao fato de não ser possível que o significado esteja “simplesmente aí” ou “auto-executável” ou “auto-compreensível” ou “independente” ou “já presente” no texto, o quadro certo-errado deve ser falso. Em vista disso, Fish, alega Dworkin, não conseguiria enxergar que há uma interpretação melhor do que outra, vez que ele nega uma distinção genuína entre interpretação e invenção.⁹¹

⁹¹ DWORKIN in MITCHELL (1983: 290)

Pausemos um pouco e façamos a nossa pergunta: Dworkin está descrevendo bem as críticas de Fish ou ele o está compreendendo mal? Vejamos, pois: o que Fish critica é a possibilidade de uma teoria que se reputa a melhor de todas e, ao mesmo tempo, pense estar fora do jogo interpretativo, ou seja, ele critica uma teoria que alega ter os seus fundamentos calcados em algum terreno privilegiado em relação a outras teorias de interpretação ou em algum terreno mais sólido ou firme que estaria, pois, além da própria interpretação, algum terreno, por assim dizer, fora do mundo, metafísico e objetivo (no sentido de não se levar em conta a subjetividade e as construções das práticas sociais envolvidas no processo de formação da interpretação).

Diante disso, percebemos que Dworkin também não entende bem o projeto de Fish nem o objetivo das críticas dele e isso fica claro tanto nessa passagem, quanto no início do artigo quando aquele reputa este como um cético (ou quasi-cético). Trata-se, portanto, da caracterização de um Fish imaginário que perpassa o seu artigo-resposta. É bom deixar claro que, para Fish, uma interpretação pode ser melhor do que outra. Aliás, ele afirma que isso é muito comum no dia a dia, conforme diz Dworkin, sendo que o próprio Fish possui posturas que considera melhor do que as de outras pessoas, as quais, assim como Dworkin também admite, podem sofrer alterações no futuro – ambos são abertos para mudar as suas opiniões sobre algo, se outra interpretação for melhor.

É essencial, portanto, reafirmar: Fish e Dworkin podem aparentar estarem distantes, mas isso ocorre por um descompasso terminológico e não por um descompasso entre os seus pensamentos.

O desgosto tanto de Dworkin quanto de Fish em relação ao ceticismo é tão grande que ambos tendem a ser bem melindrosos e receosos quanto à possibilidade do outro ser cético sem estar percebendo, ou seja, criticam-se e analisam-se excessivamente para não correrem o risco de deixar alguém sem uma boa auto-crítica e auto-narração do seu próprio projeto. Assim, a crítica de ambos, quando bem lida em detalhes, conforme estou intentando realizar nessa dissertação, serve para mostrar que, sim, estão preocupados com o ceticismo e ambos pretendem mostrar que não é possível alguém se arrogar a postura de cético externo. E os argumentos são incrivelmente harmônicos. Enquanto Fish diz que é impossível sair das estruturas de constrição e das práticas sociais que constituem a própria linguagem, Dworkin nos mostra que a postura do cético é já também uma postura interpretativa no mundo. Ou seja, ambos nos mostram que não conseguimos sair do jogo nem do mundo, pois o mundo é a nossa linguagem e as posturas estão sempre dentro do jogo. A questão é que cada um costuma focar mais em um ponto do que em outro, mas, no

todo, os seus discursos são harmônicos, conforme venho tentando mostrar nessa dissertação.

Voltemos, pois, ao artigo-resposta de Dworkin. Percebemos que ele reputa a não-compreensão de Fish pelo fato deste pensar que ele estaria falando sobre o “puramente objetividade” e sobre “realmente verdadeiro falso”. Porém, esse não é o objetivo de Dworkin declarado desde o início no seu artigo inicial. Conforme expus na seção anterior, concordo com isso. As críticas de Fish erram o alvo por supor que Dworkin está realizando o seu projeto em determinado âmbito (externo).

Dworkin percebe e também destaca o descompasso terminológico sobre o qual eu falara há pouco:

Ele [Fish] reconhece que eu nego que todos concordam sobre questões de interpretação. Mas, por eu utilizar um vocabulário certo-errado, o qual assume que interpretações estão “simplesmente lá” [no texto], ele pensa que eu não posso negar isso consistentemente.⁹²

A isso, eu acrescentaria que não se trata somente de termos, mas também de modos de argumentação e de estrutura de raciocínio, o qual pode, deveras, enganar um leitor apressado ou ávido por “localizar o cético e o positivista”.⁹³

É por isso que Dworkin gostaria que Fish se atentasse para compreender a sua teoria em vez de criar um Dworkin imaginário: “Fish não é o único acadêmico literário que comete o erro de trazer uma teoria *a priori* de objetividade para a empreitada da interpretação em vez de compreendê-la a partir da empreitada.”⁹⁴ Porém, de sua parte, como já dito acima, Dworkin também erra ao interpretar Fish quando diz: “...a visão dele [Fish] de que uma interpretação pode ser melhor do que outra somente SE significados estivessem ‘simplesmente lá’.”⁹⁵ Fish não diz isso nem concorda com essa afirmação. Uma interpretação pode, sim, ser melhor do que outra. O próprio Dworkin percebe esse seu erro e, logo em seguida, diz que Fish está do lado “menos radical” deste tipo de pensamento, apesar de ainda estar dentro dele. Essa postura de Dworkin parece demonstrar justamente

⁹² “He [Fish] acknowledges that I deny that everyone agrees about issues of interpretation. But since I rely on a right-wrong vocabulary, which itself assumes that interpretations are ‘just there’, he thinks I cannot deny this consistently.” DWORKIN in MITCHELL (1983: 291)

⁹³ Este defeito, ocorre tanto na leitura de Fish de Dworkin, quanto na leitura de Dworkin de Fish, pois este usa uma terminologia e raciocínios que podem lembrar céticos ou quasi-céticos. E, no mais, Dworkin tende a lançar vários céticos no mesmo saco e isso desconsidera características importantes entre eles – e Dworkin é bastante criticado por isso por diversos comentadores. E este erro é tão condenável quanto lançar Dworkin e outros intérpretes do quadro certo-errado para dentro do mesmo saco.

⁹⁴ “Fish is not the only literary scholar who makes the mistake of bringing an *a priori* theory of objectivity to the enterprise of interpretation instead of taking it from the enterprise” DWORKIN in MITCHELL (1983: 291)

⁹⁵ “...his [Fish] view that one interpretation could be better than another only IF meanings were ‘just there’.” DWORKIN in MITCHELL (1983: 291)

certa falta de sensibilidade para distinguir entre pensamentos próximos mais diferentes (os de Fish e os de outros pensadores). De qualquer modo, vejamos como Dworkin o caracteriza.

Dworkin percebe, corretamente, que Fish não deseja se entregar completamente para o quadro certo-errado nem está disposto a cair para o campo “totalmente subjetivo”. Porém, Dworkin enxerga que Fish sucumbe à ideia de tradições e convenções de uma “comunidade de profissionais, de experts”, a qual forneceria uma forma pálida de constrição, os quais poderiam ser fornecidos pelo quadro certo-errado, se este quadro não fosse absurdo. E aqui podemos notar uma nova má-compreensão. As constrições não são pálidas, vez que elas não possuem o mesmo significado que Dworkin enxerga quando está tratando com o quadro certo-errado. Fish entende as constrições sob um ponto de vista estrutural, diferentemente de Dworkin que já os entende sob o ponto de vista de influências ou limites mais tangíveis de diversas escolas ou experts⁹⁶. Novamente, há um descompasso linguístico, ocasionando, desta vez, uma má-interpretação de Dworkin.

2.4.3. Comunicação: as nossas falas e o nosso comportamento

Uma questão curiosa aparece em seguida no discurso de Dworkin e é interessante voltarmos a nossa atenção para ela agora, pois ela poderá ser de grande valia, quiçá um *insight* elucidativo sobre problemas de linguagem e sentimentos envolvidos nos nossos modos de comunicação. Dworkin diz ludicamente:

Eu não sei o que significa dizer que significados estão “organizados e expostos” ou “simplesmente lá” ou “auto-executáveis”. Isso significa que se nós aproximarmos de um livro uma afiada faca e carvar o papel e a tinta nós iremos achar algo a mais restante sobre a mesa? Ou que qualquer um que ler o livro sob uma boa perspectiva irá concordar sobre o seu gênero ou tema ou propósito? Ou que pessoas que tiverem conclusões erradas sobre textos irão ser punidas, talvez ao serem negadas ternura? Se sim, então nós podemos ser confiantes que intérpretes ordinários, que acreditam no quadro certo-errado, não pensam que significados estão ‘simplesmente lá’ e tudo o mais relacionado a isso.⁹⁷

⁹⁶ Ou seja, enquanto Fish entende as constrições como estrutural e condições para a própria compreensão do que se expressa e comunica, Dworkin entende-as como parte da teoria e do convencimento utilizado pelas diferentes escolas em um debate. Novamente, temos, respectivamente, ponto de vista externo e interno.

⁹⁷ “I do not know what it means to say that meanings are ‘already in place’ or ‘just there’ or ‘self-executing.’ Does it mean that if we take a very sharp scalpel to a book and carve away the paper and ink we will find something else left on the table? Or that everyone who reads the book in a good light will agree about its genre or theme or point? Or that people who reach the wrong conclusions about texts will be punished, perhaps by being denied tenure? If so, then we can be confident that ordinary interpreters, who hold the right-wrong picture, do *not* think that meanings are ‘just there,’ and so on.” DWORKIN in MITCHELL (1983: 292)

É preciso tomar cuidado, pois as hipóteses irônico-provocadoras de Dworkin podem distorcer a discussão tanto quanto as metáforas, também provocadoras, de Fish criticadas pelo próprio Dworkin. As expressões “already in place”, “just there” e “self-executing” ou outras expressões como “isso é evidente”, “isso é óbvio no texto” ou “você não enxerga? Isso está diante dos seus olhos”, “você está distorcendo o texto” etc., podem significar – e de fato significam – o modo como as pessoas estão encarando o debate e todos nós já passamos por esses momentos e escutamos essas frases, dentre outras.

Quando Fish nos atenta para o uso dessas expressões, ele está preocupado com os intérpretes que se deixam levar pelas suas próprias convicções e se fecham para o outro, para opiniões contrárias. Porém, Fish não está incomodado com o mero fato de alguém discordar do outro, fechando-se para opiniões alheias. O que o incomoda é a justificativa oferecida para tal comportamento. A crítica de Fish é, pois, voltada para pessoas que tentam justificar a refutação de opiniões diferentes simplesmente pela alegação de que as suas opiniões são menos “interpretativas” ou “inventivas” ou “subjetivas” do que outras, ou seja, por supostamente as suas opiniões estarem “obviamente e gritantemente quase que saindo do texto de tão claras que lá estão”.

Deste modo, a crítica de Fish é para o não reconhecimento que também essas opiniões são construções, são interpretações, as quais precisam de bons argumentos e não de dedos apontando para fatos brutos presentes no texto. E não basta, para Fish, que tais pessoas simplesmente digam, quando encurraladas, estarem “receptivas a outras interpretações, mas que, apesar disso, agem contrariamente”. Trata-se de sentimentos e postura no mundo. Ou seja, não basta se alegar algo e praticar o contrário, pois a opinião das pessoas sobre as suas próprias opiniões é só a primeira interpretação possível, a qual, como já vimos, não possui um patamar privilegiado.

Uma situação é realizarmos uma pergunta direta para uma pessoa e ela responder “não, é claro que não penso isso”. Outra situação é percebermos como ela se altera e age em uma discussão na prática. Seria o mesmo que perguntar para alguém “Você tem preconceito contra negros?”. Dificilmente alguém afirmaria abertamente “Sim, devo reconhecer que eu tenho. É algo que realmente preciso mudar, mas eu tenho sim e muito!” Ora, o argumento irônico de Dworkin de que a maioria dos intérpretes ordinários não se encaram do modo como Fish os pinta em nada altera o fato deles poderem ser, sim, do modo como Fish os pinta. Esse fato pode não somente não mostrar que Fish está errado, mas pode mostrar que a maioria das pessoas não possui uma boa auto-percepção.

E sendo Dworkin preocupado com a prática social, ele deveria também se preocupar com os sentimentos e atitudes que normalmente acompanham ou, pelo menos, que podem acompanhar os termos “objetividade”, “certeza absoluta”, “realidade”, “descobrir”, “distorções”, “alterar o texto” etc. Ou seja, por mais que Dworkin goste de pensar que isso são somente modos de falar que não se pretendem alçar para as posições criticadas pelos céticos, em um campo externo, é preciso convir que esse tipo de postura e expressões frequentemente podem vir acompanhadas com negativas de razão e sensibilidade para se ouvir o discurso do outro, de forma que elas podem ser, sim, prejudiciais justamente pelo modo com as usamos e como a compreendemos em nossa prática social.

O que estou pretendendo suscitar aqui é: algumas pessoas possuem algumas postura tão fixa quando se valem de determinadas expressões, em especial as supra-citadas, que elas parecem trespassar o campo o interno de discussão que elas estão e caírem em um campo externo, no que elas sentem, sim, que estão em algum patamar superior e que qualquer pessoa que possuir uma interpretação diferença é um ignorante que não consegue “enxergar o que o texto nos mostra”.

Isso não quer dizer que expressões do tipo “tudo é subjetivo”, “não há verdade”, “tudo é igualmente correto” também não sejam prejudiciais. Sim, elas o são, por penderem para o outro lado da questão. E, se indagarmos a boa parte dos críticos que gostam de utilizar tais expressões, eles não irão negar que existe um texto ou palavras ou uma obra de arte com a qual eles deverão trabalhar para interpretar. Porém, a negativa deles pode vir a ser tamanha no campo externo que ela tende a trespassar para o campo interno, podendo acabar por minar qualquer tentativa de desenvolver uma interpretação melhor do que outra, vez que o seu ceticismo pode os ter transformados em estátuas⁹⁸ ou em prolíficos lançadores de diversas interpretações, retirando-lhes a responsabilidade por quaisquer opinião que venham a defender. Ou seja, podem se valer do seu ceticismo como uma fuga de responsabilidade interpretativa e moral.

O ponto aqui é: a maioria dos posicionamentos presente tanto no objetivismo quanto no subjetivismo⁹⁹ não parece estar tomando nenhuma postura muito radical quando inquirida com perguntas diretas. Os objetivistas reconhecem diferentes opiniões e modos

⁹⁸ Digo estátuas, pois podem se sentar paralisados para expressar quaisquer opinião sobre o texto, vez que “não fará diferença”, já que tudo seria igual.

⁹⁹ Uso esses termos em *lato sensu*, assim como Fish e Dworkin o fazem. No mais, o “objetivista” e o “subjetivista” não parecem existir em moldes tão puros quanto alguns críticos os pintam, sendo tais adjetivos tão somente úteis para apresentarmos didaticamente uma característica e nos posicionar a favor ou contra ela, vez que elas deveras aparecem em diversas formas.

de se olhar para um texto; e os subjetivistas reconhecem que, no fundo, há um texto ao qual tem que se reportar.

Por que, todavia, engalfinham-se tanto? Creio que o modo como determinações expressões, algumas elencadas acima, são utilizadas durante um debate em um capo interno não se dá em um sentido tão fraco quanto Dworkin gostaria de pensar¹⁰⁰. As posturas foram ficando tão duras ao longo das discussões e enervadas durante antigas rixas que essas expressões, as quais, em tese, poderiam servir tão somente para reafirmarmos ou reforçamos nossa posição, acabam por serem tomadas de postura firmes e excludentes. E é para isso que Fish pretende nos alertar. Seria como se ele nos dissesse: “É claro se formularmos uma pergunta sobre a existência de alguma entidade mágica dentro do texto ou sobre o texto se construir tão somente na imaginação das pessoas, ninguém iria assumir essa descrição um tanto quanto lúdica. Porém, dentro de uma discussão acadêmica é exatamente assim que alguns intérpretes se portam e se sentem ao interpretarem.” Trata-se daquilo que Nietzsche já nos alerta sobre as metáforas de metáforas que vão, com o passar do tempo, tornando-se verdades e certezas das quais não lembramos mais a causa que as originou, sendo tão somente um sentimento acumulado em nosso corpo, em nosso modo de agir¹⁰¹. E o propósito desta dissertação é justamente utilizarmos a desenvoltura deste debate para melhor compreendermos o modo como interpretamos e nos comunicando, com a finalidade de, após esta melhor visão, conseguirmos modificar a nossa ação no mundo.

É necessário, pois, pensarmos quiçá em um novo modo de conversarmos e, portanto, em uma nova linguagem, que já existe em parte, mas que não está sendo usada por estarmos demasiadamente presos a determinadas expressões e modos de narrar o mundo e conduzirmos as nossas discussões. Todavia, este não é o escopo imediato deste debate analisado entre ambos os autores. Porém, como pretendo ter mostrado, ao aprofundarmos nas críticas de Dworkin e Fish parece que caminhamos para essa necessidade de melhoramento da nossa postura interpretativa, a qual está diretamente vinculada com nossa postura existencial-moral no mundo. Voltaremos para essas questões mais ao final desta dissertação.

2.4.4. Novamente um Fish imaginário?

Voltando ao artigo-resposta de Dworkin, este nos diz que Fish e seus supostos colegas céticos não responderam a primeira das questões que qualquer teoria de

¹⁰⁰ Essa discussão é retomada por Dworkin em *Justice for Hedgehogs*.

¹⁰¹ NIETZSCHE (2005a: 13-14)

interpretação precisa enfrentar: como as pessoas que pensam que uma interpretação possa ser melhor do que outra fazem a discriminação necessária para que isso seja sustentado em uma crença de segunda-ordem?¹⁰² Pergunta esta que Dworkin se propõe a responder em seu projeto.¹⁰³ Porém, essa acusação não é correta. Fish possui, sim, uma explicação sobre o porquê as pessoas agem assim. O que Fish critica são as posturas que, por assim dizer, “perderam a noção de que se trata de um jogo, de uma prática social construída, a qual viabiliza tanto as posturas de concordância quanto as de discordância.” Dworkin não capta a crítica de Fish e a estende erroneamente, aplicando ao campo interno. Porém, como já dito, Fish está no âmbito externo, vez que no interno ele possui uma postura semelhante a de Dworkin (apesar de ter certa diferença, como veremos mais a frente). Essa má compreensão de Dworkin pode ser vista tanto na fala “Os argumentos explícitos de Fish para a sua alegação que interpretação não pode ser diferente de inventar, independente do que o intérprete ordinário pensa, repousa em uma suposição escondida distante de que interpretação precisa ser homogênea”¹⁰⁴ quanto nesta “Ele [Fish] diz que textos não podem coagir interpretação porque interpretação cria textos”.¹⁰⁵ Ambos os autores estão tratando de pontos diferentes. Fish não defende que a interpretação seja homogênea nem que o texto não faça parte do processo de interpretação. Trata-se de, como dito, ressaltar-se pontos diversos.

Afirma Dworkin:

“Não há paradoxo na proposição que fatos tanto dependem quanto constringem as teorias que explicam. Pelo contrário, esta proposição é uma parte essencial do quadro do conhecimento como um complexo e inter-relacionado conjunto de crenças confrontando a experiência como um todo coerente.”¹⁰⁶

Aqui ele confere uma tonalidade epistemológica para este debate, porém, no fundo, não está afirmando algo que não tenha dito anteriormente. Esta fala acima demonstra justamente a percepção de há o externo (fatos/textos dependem das constrições já

¹⁰² DWORKIN in MITCHELL (1983: 292)

¹⁰³ Ou, dito de outro modo, Fish não busca compreender o porquê nos discutimos, mas, sim, repousa suas dúvidas sobre o próprio discutir e o próprio interpretar em si, como uma entidade apartada da prática interna. Projeto este diferente do escolhido por Dworkin, que o critica por isso.

¹⁰⁴ “Fish’s explicit arguments for his claim that interpretation cannot be different from inventing, whatever ordinary interpreters think, rest on the further hidden assumption that interpretation must be homogenous” DWORKIN in MITCHELL (1983: 292)

¹⁰⁵ “He [Fish] says that texts cannot constrain interpretation because interpretation creates texts.” DWORKIN in MITCHELL (1983: 292)

¹⁰⁶ “There is no paradox in the proposition that facts both depend on and constrain the theories that explain. On the contrary, that proposition is an essential part of the picture of knowledge as a complex and interrelated set of beliefs confronting experience as a coherent whole.” DWORKIN in MITCHELL (1983: 293)

existentes, observáveis nas diferentes comunidades críticas, para poderem, se quer, serem compreendidos) e o interno (fatos/textos criam constrições para as interpretações e teorias). De todo modo, Fish não está negando nem dizendo o contrário do que Dworkin defende. Fish concorda com a idéia de que o texto possui determinado sentido e esse sentido vai nos afetando durante a leitura. O que Fish está nos alertando, sob uma perspectiva externa, é que não há propriamente um texto, mas uma visão do texto já pré-determinada. Ou seja, não conseguimos enxergar “somente um texto”, pois a interpretação sempre já fez e está constantemente fazendo o seu trabalho e sendo exercida. Novamente, há um descompasso linguístico que faz com que ambos pensem estar discordando entre si, apesar de não estarem.

E Dworkin continua demonstrando que concorda com essa perspectiva externa de Fish:

...cientistas podem abandonar teorias sob o fundamento que elas são inconsistentes com os fatos empregados pela estrutura remanescente do corpo de conhecimento. É talvez verdade que nós possamos, em princípio, substituir o sistema inteiro de nossas crenças científicas por um sistema completamente novo, igualmente coerente. Mas não é claro se isso, em qualquer sentido, é uma possibilidade real para os seres humanos. E, mesmo que seja, o fato de que algo como isso possa ser necessário para libertar a nós mesmos de certos fatos mostra o quão poderosa a constrição do fato na teoria realmente é.¹⁰⁷

E, pouco mais a frente, Dworkin adapta a figura de linguagem de Otto Neurath para melhor se expressar dizendo é como se estivéssemos “reconstruindo o barco no mar uma tábuia de cada vez.”¹⁰⁸. Fish também concordaria com idéia de Dworkin sobre a dificuldade e talvez até impossibilidade de uma mudança completa e radical do nosso modo de enxergar o mundo, vez que a trama das estruturas e das constrições está muito bem entrelaçada dentro de nós mesmos, sendo que só podemos, inclusive, compreender as

¹⁰⁷ “...scientists can abandon theories on the ground that they are inconsistent with the facts deployed by the remaining structure of the body of knowledge. It is perhaps true that we could in principle replace the entire system of our scientific beliefs with an entirely new system, equally coherent. But it is not clear whether this is in any sense a genuine possibility for human beings. Even if it is, the fact that something like this would be necessary to rid ourselves of certain facts shows how powerful the constraint of fact on theory really is.” DWORKIN in MITCHELL (1983: 294)

¹⁰⁸ “Rebuilding the boat one plank at a time at sea.” DWORKIN in MITCHELL (1983: 294). Apesar de a metáfora ser didática e, portanto, interessante e pertinente para o desenvolvimento desta discussão, Dworkin sabe que, analisada pormenorizadamente, ela não se sustenta para o campo linguístico, pois as próprias placas se modificariam conforme a construção e o olhar também se modificaria. A mesma grafia de uma palavra sob um papel será enxergada de forma diversa e pode ser entendida também de forma diversa para se construir diversos barcos. O exemplo pode parecer exato se pensar em uma placa no sentido físico, mas, mesmo assim, uma tábuia, com o passar do tempo, vai se desgastando e se alterando com a ação do vento, chuva, umidade, choques, batidas etc. E, deste modo, também são as palavras e as instituições, formadas inevitavelmente por palavras. Vão se esfarelando e modificando ao longo do tempo, afetando-se pelas ações – conscientes ou não – exercidas sobre elas. E assim vão se modificando a linguagem, as instituições e os nossos modos de argumentar.

mudanças a partir de uma linguagem que conhecemos, mesmo que essas mudanças tentem modificar o próprio modo de se fazer linguagem.

Só conseguimos imaginar um unicórnio, pois possuímos a noção de um cavalo e de um chifre e, portanto, podemos associar essas duas figuras. Igualmente, só podemos compreender a forma de um objeto absurdamente estranho para nós, se ele nos for descrito com termos e associações já conhecidas, nem que tenhamos que voltar a formas muito básicas como “uma reta sobe à direita, depois à esquerda, daí parte uma curva, formando um semi-círculo embaixo” e por aí vai. É a isso que Nietzsche estava nos alertando quando reclamava de que nada adiantava ter matado Deus, pois não conseguimos matar linguagem¹⁰⁹, ou seja, o sentimento de Deus ainda está presente em vários termos e nas próprias articulações da linguagem. Assim, precisamos, necessariamente, usar uma linguagem ainda tocada por um pensamento antigo para se tentar construir um pensamento novo, sob o risco deste nem sequer virmos a ser compreendido – é o mesmo problema de se criar uma linguagem completamente nova; isso é impossível por questões estruturais. E essa mudança não é uma empreitada simples de ser avançada e só pode ser feita ao tentarmos modificar o sentimento que normalmente possuímos diante dos termos e palavras e modos de argumento. Por isso a idéia de “transvaloração dos valores”, que afetou e descreve bem inclusive o projeto de Wittgenstein. Repensar profundamente problemas de linguagem é repensar profundamente problemas existenciais. Wittgenstein mesmo diz: “Quando eu desejo ensinar não um pensamento exato, mas, sim, um outro modo novo de pensar, então o meu propósito é uma ‘Transvaloração dos Valores’ e eu vou para Nietzsche – e é por este motivo também, que a meu ver, um Filósofo deveria ser um Poeta.”¹¹⁰

Outra fala de Dworkin, ainda relacionada a este tema, que parece mostrar uma incompreensão em relação ao projeto de Fish é quando aquele acusa este de ser paradoxal por, apesar de constantemente nos dizer que a interpretação é algo estrutural e constringida, ele também diz que a interpretação é algo simples e não-estrutural quando nos fornece a metáfora da visão – Dworkin trata sobre isso na nota de rodapé três transcrita parcialmente a seguir. Ele traz, para provar esse ponto, o seguinte trecho de Fish: “Não importa se você possui muito ou pouco texto [para analisar], isto não pode ser um fato

¹⁰⁹ NIETZSCHE (2004: ?)

¹¹⁰ No original: “Wenn ich nicht ein richtigeres Denken, sondern eine [andere/neue] Gedankenbewegung lehren will, so ist mein Zweck eine ‘Umwertung von Werten’ und ich komme auf Nietzsche, sowie auch dadurch, daß meiner Ansicht nach, der Philosoph ein Dichter sein sollte.” Encontrado no Wittgenstein’s Nachlass, item 120, página 145r.

contra a interpretação porque mesmo quando você ‘olha’ pela primeira vez, a interpretação já ocorreu”¹¹¹ Porém, Dworkin deixa de citar toda a frase, cujo conteúdo, antes deste trecho é: “...informação somente aparece de forma interpretada (ela não anuncia a si mesma).”¹¹². Assim, pode-se ver que o ponto de Fish não é dizer que a interpretação já ocorreu, sendo um processo simples e que ocorreu antes mesmo do pensar ou do analisar, bastando um primeiro olhar. O que Fish, na verdade, ressalta é que sempre que olhamos para algo¹¹³ a interpretação já mostrou o seu trabalho, pois sem interpretação nós não conseguiríamos nem olhar para este algo e reconhecer esse algo como algo. A interpretação permite, pois, a visão desse algo do modo como o vemos. Isso não quer dizer que a interpretação cessa aí, nem que essa nossa visão não será, nem poderá ser, modificada. Fish, repito, tão somente diz que mesmo o primeiro olhar já contém interpretação mesmo não-consciente, pois o próprio enxergar só é possível por meio de uma estrutura que organiza o mundo diante de nosso olhar; o nosso olhar já possui, pois, constrições.

Isso faz parte da explicação de Fish contra a posição cética, que tanto ele quanto Dworkin intentam combater. Porém, Dworkin não concorda com a solução de Fish. Dworkin diz que Fish pensa que o quadro certo-errado é impossível porque os significados não estariam *já expostos* (already in place). Concomitantemente, emenda Dworkin, Fish insistiria que a interpretação não é meramente subjetiva, pois um intérprete precisaria respeitar as práticas de uma comunidade profissional sob o risco de não produzir qualquer tipo de interpretação. Dworkin entende que pensar deste modo seria imaginar uma constrição muito fraca, pois qualquer argumento que outros possam reconhecer como interpretação, não importa o quão bobo e juvenil, passaria neste teste.¹¹⁴

Façamos a nossa clássica pergunta: Isso é uma crítica a Fish ou uma má-compreensão? Novamente aqui, parece-me que se trata de uma má-compreensão. Em um primeiro ponto: não é que o intérprete tenha que respeitar determinadas regras para construir uma argumentação que seja considerada uma interpretação e, então, passe em determinado teste. Fish está falando sobre algo estrutural e não regras claras de serem percebidas, nem utilizadas como parâmetro em algum tipo de teste de aceitabilidade.

¹¹¹ “No matter how much or how little [prior] text you have, it cannot be a check against interpretation because even when you first ‘see’ it, interpretation has already done its work.” FISH apud DWORKIN in MITCHELL (1983: 294)

¹¹² “Information only comes in an interpreted form (it does not announce itself).” FISH in MITCHELL (1983: 274)

¹¹³ Uso o termo “algo” aqui para ser bem abstrato, podendo ser um objeto, uma situação, um sentimento, ou seja, qualquer algo para o qual a nossa atenção esteja voltada.

¹¹⁴ DWORKIN in MITCHELL (1983: 295)

Algumas regras podem até ser mais claras do que outras, porém o principal objetivo de Fish é mostrar que há todo um modo específico de se explicar e justificar que faz com que determinado argumento seja compreendido como argumento, uma interpretação como interpretação, uma boa crítica como séria e contundente etc. Esse pensamento se torna mais evidente quando ele utiliza o exemplo das pessoas ruivas.

Assim, e já caminhando para o segundo ponto, não se trata, como Dworkin descreve, de uma constrição muito fraca. Novamente, Fish não está pensando em termos de discurso interno e disputa entre correntes interpretativas contrárias. Fish está falando sobre interpretação em termos estruturais, sob um ponto de vista externo. Deste modo, Fish poderia muito bem estar dentro do jogo interno e desconsiderar uma análise afirmando, inclusive, que o intérprete está inventando e não interpretando; porém, Fish saberá que isso faz parte de um instrumento dentro deste jogo para um lado tentar construir um argumento mais forte e defensável. Seria diferente se passássemos a questionar a utilidade de usarmos os termos “interpretar” e “inventar” dentro do discurso interno. Mas, que fique claro, isso não é a crítica que Fish realizou até agora e Dworkin o descreve mal nestes termos. Fish questiona a inaplicabilidade dos termos “interpretar” e “inventar” dentro do discurso externo.

Uma percepção correta de Dworkin sobre Fish é a seguinte: “Ela [Teoria de Fish] não mostra o que um intérprete precisa acreditar para que acredite que a sua interpretação é melhor do que outras interpretações sobre o mesmo material...”¹¹⁵. Sim, deveras essa não é a preocupação de Fish, o qual, como dito, possui preocupações externas. Porém, isso tampouco é uma crítica propriamente dita ao projeto de Fish, vez que essa não é uma promessa que seu projeto se dispôs a cumprir.

Como venho desenvolvendo, Dworkin caracteriza Fish como cético ou subjetivista ou qualquer outro nome parecido, pois Dworkin tenta interpretar Fish como alguém propondo uma teoria interna, sendo que Fish está propondo uma teoria externa. Vejam que um movimento de crítica possível seria dizer que a tentativa de se propor uma teoria externa é falha porque ela também está dentro do jogo linguístico, não podendo sair dele. Mas esse não é o caso, como também já vimos. Assim como o próprio Dworkin critica a suposta falta de critérios de Fish para enxergar os diversos tipos de interpretação, Dworkin parece não conseguir enxergar diversos modos de se posicionar dentro desta grande esfera que é a empreitada da interpretação. E há, por assim dizer, um modo mais externo de se

¹¹⁵ “It [Fish’s theory] does not show what an interpreter must believe in order to believe that his interpretation is better than other interpretations of the same material...” DWORKIN in MITCHELL (1983: 295)

posicionar dentro do jogo interno; e é nesse ponto que encontramos Fish, pois este também aceita expressamente que “a interpretação é o único jogo possível”.¹¹⁶

Quando Fish discorre sobre as diferentes alegações e contra-alegações, as quais podem ser bem ou mal sucedidas em vista da resposta do público a ser persuadido, isso pouco tem a ver com ser ou não um subjetivista ou um cético. Isso tão somente demonstra o que ocorre durante uma tentativa de se convencer outra pessoa e um público.

Fish não se posiciona, como Dworkin corretamente percebe, tentando explicar o porquê sentimos que uma interpretação é melhor do que outra. Esse realmente não é o seu foco. Dworkin parece reconhecer, logo em seguida, que Fish simplesmente está falando algo como: “É claro que ele pode querer dizer com isso simplesmente que SE a sua interpretação falha em persuadir, então ela falou em persuadir.”¹¹⁷ Porém, conquanto Dworkin possa enxergar isso sob um ponto de vista relativamente simples, o que há por detrás desta frase é um posicionamento maior de Fish quanto à estrutura envolvida nos nossos modos de argumentação e convencimento.

E isso tudo, como já dito, não faz de Fish um subjetivista nem um cético, mas, sim, alguém que enxerga os limites de seu mundo dentro dos limites de sua linguagem. E onde mais ele poderia buscá-los? No próprio texto? Em uma racionalidade superior ou metafísica? Novamente, parece-me que Fish demonstra um bom conhecimento sobre linguagem e estrutura, sendo que Dworkin constantemente se recusa a compreendê-lo pois o uso de determinados termos por Fish parece assustar Dworkin e acionar o seu mecanismo anti-subjetivismo e anti-ceticismo. Repito: ambos poderiam contribuir muito um para o outro se compreendessem melhor os projetos de seu “adversário”

Dworkin também critica Fish quando ele menciona as regras compreendidas pela comunidade como um teste para a interpretação. Dworkin não entende essa referência “obscura” às regras e diz, inclusive, que devemos excluir essa parte do texto de Fish se quisermos obter qualquer sentido dos seus escritos. Novamente, isso demonstra uma grande má-compreensão de Dworkin, que prefere não pensar no todo do texto de Fish, limitando-se somente às partes “compreendidas e criticáveis”. Neste mesmo trecho, Fish é atento para frisar o caráter tácito das regras e da compreensão da comunidade de determinado argumento e interpretação. Dworkin acredita que isso tão somente empurra o problema para trás e demonstra isso reformulando a sua pergunta: em que um intérprete

¹¹⁶ “Interpretation is the only game in town.” FISH (1980: 355)

¹¹⁷ “Of course he may mean by this only that IF his interpretation fails to persuade then it has failed to persuade” DWORKIN in MITCHELL (1983: 296)

precisa acreditar para acreditar que a sua interpretação das regras mencionadas por Fish é melhor que uma interpretação alternativa delas?

Sim, concordo com Dworkin que isso empurraria o problema para outro nível, se Fish estivesse tentando responder a essa pergunta. O que ocorre, portanto, é que Dworkin interpreta a resposta de Fish como uma tentativa de resposta para as suas questões e, depois, conclui, obviamente, que Fish não consegue respondê-lo. Ora, mas é claro que não consegue, pois ele nem estava tentando.

O que Fish está dizendo, no campo externo, é: o que faz uma interpretação ser considerada melhor do que outra é ela ser considerada melhor do que outra em termos estruturais por determinado público e com determinadas tendências. E Dworkin não discordaria desta opinião se Fish não formulasse o seu pensamento de tal modo que soasse tão cético e volúvel para os ouvidos de Dworkin – aliás, ironicamente, a compreensão de Dworkin sobre o que Fish está defendendo é uma comprovação justamente do que Fish diz, tendo em vista que Dworkin simplesmente consegue escutar determinados significados a partir de determinadas construções argumentativas de Fish porque Dworkin está por demais envolvido em um mundo que enxerga determinadas construções como sendo céticas.

De todo modo, é importante esclarecer: Fish não tenta reduzir tudo a um “puro jogo de retórica”, no qual tentaríamos tão somente convencer mais e mais pessoas para as nossas convicções. O que Fish está falando é que estruturalmente determinados tipos de construções e argumentações serão consideradas melhores do que outras porque estruturalmente há regras tácitas, dentro das nossas práticas argumentativas, que foram sendo transmitidas a nós que nos fazem olhar para determinados raciocínios com melhores olhos do que para outros.

Isso não quer dizer que “tudo valha” ou “qualquer interpretação é possível ou subjetiva ou livre ou arbitrária”. Ou seja, é errônea esta descrição de Dworkin: “...ele [Fish] irá pensar que a sua interpretação é superior, se ele pensar que ela irá, de fato, persuadir outros.”¹¹⁸. Para Fish, trata-se de pensar o elemento estrutural que constrange a própria noção do que é melhor. Algumas interpretações serão consideradas melhores do que outras e eu posso, sim, pensar que a minha é melhor do que todas as outras opiniões contrárias existentes atualmente no mundo. Porém, o fato de eu achar isso não a torna automaticamente a melhor interpretação. Outrossim, o fato de várias pessoas considerarem a minha interpretação como sendo a melhor também não a torna melhor; simplesmente a

¹¹⁸ “...he [Fish] will think his interpretation superior if he thinks that it will in fact persuade others” DWORKIN in MITCHELL (1983: 297)

torna a interpretação que é considerada melhor por um monte de pessoas. É simples assim o que Fish está dizendo, porém, aliado a isso, há a complexidade de tentar explicar o porquê a minha interpretação foi considerada a melhor algumas pessoas e, inclusive, para mim mesmo – e, para responder isso, ele recorre ao seu argumento estrutural.

Deste modo, tentar convencer as pessoas que a minha interpretação é melhor, é um projeto estético, existencial, político e moral, pois são vários os elementos envolvidos no processo de convencimento das outras pessoas. Porém, Dworkin não está propriamente interessado na explicação sobre a formação do convencimento, vez que essa análise é externa e ele está voltado para tentar nos convencer “já dentro do jogo”.

Diz Dworkin: “Ninguém que possui uma nova interpretação a oferecer acredita que a sua interpretação é melhor porque ela irá convencer os outros, apesar dele poder acreditar que ela irá convencer os outros porque ela é melhor.”¹¹⁹ Sim, e não é mesmo isso que Fish está dizendo – conforme espero estar conseguindo mostrar.

Dworkin segue não o compreendendo ao dizer “No entender de Fish, eles [intérpretes] poderiam ser persuadidos por uma interpretação particular somente se eles pensassem que outros também seriam persuadidos por ela.”¹²⁰ Ora, isso não é dito por Fish e o seu artigo não implica isso. Para Fish, como já dito, alguém pode muito bem considerar a sua interpretação melhor do que outras e isso nada tem que ver com necessariamente convencer os outros – e isso pode ser observado, inclusive, no próprio trecho que Dworkin destaca de Fish, no qual este diz que quando uma interpretação persuadiu alguém ou um público, isso quer dizer tão somente isso “que interpretação persuadiu alguém ou um público” e nada mais; agora, se essa interpretação for considerada a melhor por alguém ou pelo seu autor, isso é algo diverso de persuadir ou não um público ou, melhor dizendo, independe disso. Novamente, a discussão de Fish simplesmente é outra.

2.4.5. Adentrando ainda mais na Objetividade

Dworkin caminha, então, para a discussão sobre a Objetividade, que é uma discussão externa, pois trata de realizarmos um passo para trás da análise sobre o que as pessoas sentem e pensam que fazem enquanto discutem sobre interpretação, Direito e Arte. Estaríamos, pois, no âmbito de perguntar sobre a posição ou o *status* epistemológico dessa

¹¹⁹ “No one who has a new interpretation to offer believes his interpretation better because it will convince others, though he may believe that it will convince others because it is better.” DWORKIN in MITCHELL (1983: 297)

¹²⁰ “On Fish’s account they [interpreters] could be persuaded to a particular interpretation only if they thought that still others would be persuaded by it.” DWORKIN in MITCHELL (1983: 297)

própria discussão. Sempre lembrando, pois, que o externo é externo a algo e não externo em si nem externo do mundo da linguagem ou do mundo epistemológico. Não se pode sair do mundo para falar dele. Assim, a discussão é externa em vista da discussão interna travada normalmente por Dworkin – a qual também é relativamente interna e não interna em si, como também já vimos.

Quanto à discussão sobre a objetividade, Dworkin é bem categórico ao dizer que não se sente na obrigação nem enxerga o sentido em tentar trazer algum argumento para provar algum ponto de forma objetiva. Diz ele: “Eu não tenho nenhum argumento para a objetividade de julgamentos morais, exceto argumentos morais; nenhum argumento para a objetividade dos julgamentos interpretativos, exceto argumentos interpretativos; e assim em diante.”¹²¹ Enquanto alguns poderiam pensar que essa construção é uma tautologia ou um puro e simples raciocínio circular, trata-se, na verdade, de um explícito reconhecimento de Dworkin de que: não podemos exigir mais do que podemos oferecer, nem criar padrões metafísicos ou inalcançáveis e tentar nos julgar ou nos comparar por intermédio deles. Destarte, declara-se a impossibilidade de fornecermos uma objetividade que esteja em alguma base inquebrantável ou imutável, ou seja, nega uma objetividade sob o ponto de vista externo.

Deste modo, em vez de compreender o termo objetividade como tal base, Dworkin o compreende como um termo utilizado para conferir uma maior ênfase na fala ou em um argumento e não um termo que alça o argumento ou opinião para um patamar sólido, fixo, inalterável, o qual poderia ser reconhecido por todos e os convencer de forma absoluta. E, diz Dworkin, se precisássemos ceder e utilizar o termo objetividade somente para este tipo de patamar, então, aí sim, ele diria que argumentos e interpretações não são objetivas.¹²² Se isso ocorresse, ele continuaria, de qualquer modo, defendendo com muito vigor a sua opinião, talvez se valendo de outros termos para exprimir este vigor e convicção. Com isso, Dworkin quer nos mostrar que somente se idealizarmos a objetividade nesse nível inatingível é que, então, teremos que abandonar o uso deste termo. Porém, se compreendermos que se trata tão somente de um termo utilizado durante uma discussão

¹²¹ “I have no arguments for the objectivity of moral judgments except moral arguments, no arguments for the objectivity of interpretive judgments except interpretive arguments, and so forth.” DWORKIN in MITCHELL (1983: 297)

¹²² DWORKIN in MITCHELL (1983: 297)

para se intensificar um ponto de vista, então ele ainda pode ser tranquilamente ser usado, sem se correr o risco de ser contraditório.¹²³

Dworkin diz que Fish o critica sobre o problema da objetividade por pensar erroneamente que os seus argumentos sobre Direito, Literatura e Moralidade estão arrogando o patamar de objetividade no âmbito externo.

Aqui Dworkin começa a traçar uma linha de raciocínio que pode ser tanto uma crítica à Fish quanto às divisões que eu propus no tópico 2.3. sobre âmbitos externo-interno e jogos diversos. Dworkin se incomoda especialmente quando Fish e outros pensadores dizem que essas discussões sobre objetividade e tudo o mais que estamos discutindo até então ocorrem em âmbitos ou jogos diversos. E, no ver de Dworkin, eles precisam realizar essas distinções porque eles e, nominalmente, Fish “não deseja ser compreendido como sustenta a mesma posição que um fascista, que argumenta que não há nada errado com escravidão.”¹²⁴ Após isso, ele adentra em um ponto muito importante ao dizer que Fish “insiste que os seus argumentos não são argumentos morais, mas, sim, argumentos filosóficos de um caráter muito diferente, aos quais eu devo responder de um modo muito diferente.”¹²⁵

Vejamos, isso é uma crítica a Fish ou uma má-compreensão? Novamente, parece ocorrer uma má-compreensão, mas agora isso não é algo tão simples quanto nas outras má-compreensões. Nesse caso, Dworkin mistura Fish com outros relativistas ou céticos, que deveras sustentam essa postura. Porém, não é isso que Fish diz. Este não se arroga estar fora do jogo da linguagem, nem da interpretação para falar sobre ela. Ele estava inserido, sim, dentro dela. Ele defende que são modos de jogar diferentes – ainda que ambos estejam dentro. Dworkin diz

Eu não posso fazer isso [discutir deste modo cético], todavia, até eu entender a diferença entre a proposição ‘escravidão é injusta’, que os fascistas negam, e a proposição ‘escravidão é realmente ou objetivamente injusta’, a qual os filósofos céticos negam. O filósofo diz: a última proposição é diferente porque ela alega que a injustiça da escravidão é parte da mobília do universo, a qual realmente estaria ‘à mostra’ de algum modo.¹²⁶

¹²³ Desenvolvi os possíveis prejuízos do uso destes termos e o que ele pode vir a causar nos debatedores que os usam no tópico 2.3.

¹²⁴ “do not wish to be understood as holding the same position as a fascist who argues that there is nothing wrong with slavery.” DWORKIN in MITCHELL (1983: 298)

¹²⁵ “insists that his arguments are not moral arguments at all but philosophical arguments of a very different character to which I must respond in a very different way.” DWORKIN in MITCHELL (1983: 298)

¹²⁶ “I cannot do this [discuss within the skeptical way], however, until I understand the difference between the proposition that slavery is unjust, which the fascist denies, and the proposition that slavery is really or objectively unjust, which the skeptical philosopher denies. The philosopher says: the latter proposition is different because it claims that the injustice of slavery is part of the furniture of the universe, that it is really ‘out there’ in some way.” DWORKIN in MITCHELL (1983: 298-299)

Considerando a teoria de Dworkin, não devemos entender a sua “dificuldade” de compreender a diferença entre essas duas proposições como uma dificuldade real. Ele entende o que o cético quer dizer. Porém, o que Dworkin está criticando é que ele não entende o porquê ambos os jogos serem jogos distintos a ponto do segundo (o filosófico-externo) não se auto-caracterizar também como moral. Este é uma alegação muito bem construída de Dworkin, porém, ela não afeta propriamente Fish, vez que este reconhece que toda postura é, sim, interpretativa, não se escondendo por detrás do adjetivo “filosófico” para se proteger contra críticas morais. Assim, parece que Dworkin não compreende bem Fish aqui e o confunde com os céticos, colocando todos em um grande saco de pancada. Porém, há, sim, uma possível e mais complexa crítica que poderia ser realizada contra Fish aqui, para a qual voltarei atenção mais adiante nessa dissertação.

Agora, todavia, é importante notarmos que Dworkin não pode negar que há uma diferença, no mínimo, de postura entre os céticos e os nazistas. Diferença básica que nos conduzirá para as outras. Os céticos estão dentro de salas de aula, dizendo estar discutindo epistemologia, sendo pessoas contra a escravidão quando saírem deste âmbito e agirem na vida cotidiana, no âmbito interno, por exemplo, quando forem votar ou reprimir um latifundiário escravocrata e assim por diante. Os fascistas¹²⁷ não estão dentro das salas de aulas ou até poderiam estar, mas, para além deste âmbito, eles também defenderiam que a escravidão não é injusta e defenderiam em sua prática, dentro do âmbito interno, que a escravidão poderia e deveria ser institucionalizada se isso fosse possível. Para tanto, podem, inclusive, votar em alguém que defenda tais ideais.

Dworkin diz “Ele [este tipo de filósofo] discorda comigo não *dentro* da moralidade, mas *sobre* a moralidade. Como isso é possível? Como ele pode acreditar que a escravidão é injusta e também acreditar que nenhuma das proposições de moralidade política pode ser realmente ou objetivamente verdade?”¹²⁸

Repito aqui: essa crítica pode estar até muito bem direcionada contra alguns céticos, mas isso não serve para o pensamento de Fish. Ele não está dizendo isso e esse realmente não é a questão para Fish. Tento, pois, explicar como isso é possível, no intuito de responder a pergunta de Dworkin.

¹²⁷ Não entrarei aqui no mérito dos fascistas serem deveras a favor da escravidão. Estou simplesmente utilizando o exemplo trazido. O que importa é o raciocínio e não uma precisão histórica ou acadêmica sobre a ideologia nazista.

¹²⁸ “He [this kind of philosopher] disagrees with me no *within* morality but *about* morality. How is this possible? How can he believe that slavery is unjust and also believe that no propositions of political morality can be really or objectively true?” DWORKIN in MITCHELL (1983: 299)

Podemos compreender e concordar que há, pois, uma moralidade, em um sentido lato de dever-ser e de posicionamento em relação ao mundo, a partir da qual sempre estaremos falando dentro-da moralidade. Porém, dentro deste mundo dentro-da-moralidade, podemos também falar sobre a moralidade. Trata-se tão somente de jogos linguísticos e modos de se portar diante do mundo. O que Dworkin pode, então, criticar é justamente a existência deste outro tipo de jogo que os céticos e outras pessoas gostam de jogar na academia, criticando ao defender que este jogo não faz sentido, que ele é perda de tempo, que as pessoas não compreendem a própria prática etc. Mas, de qualquer modo, este é um jogo que existe e as pessoas participam dele. Isso não pode ser negado.¹²⁹ E mais, as pessoas sentem algo diferente quando dizem uma proposição como “escravidão é injusta” neste tipo de jogo e quando dizem esta mesma proposição em outro jogo: o jogo moral, em estrito senso.

Neste ponto, algo curioso ocorre, pois poderíamos utilizar um pedido de Dworkin contra ele próprio. Qual? Dworkin pede a Fish que este não compreenda tudo como sendo tão somente “interpretação” e faça um esforço para enxergar as diferenças entre interpretar e inventar, pois as pessoas de fato sentem que há uma diferença entre esses dois atos quando elas agem no mundo e quando se valem destes dois termos diferentes. Ora, é justamente isso que se poderia exigir de Dworkin aqui: “Faça um esforço para compreender que, mesmo quando compreendemos que tudo é tão somente ‘moralidade’, as pessoas enxergariam diferenças quando estão falando ‘sobre a moralidade’ e quando estão discutindo ‘dentro da moralidade’, *stricto sensu*, pois”. O que Dworkin poderia nos contrarresponder? Ironicamente, ele poderia usar a resposta que Fish oferece para evitar os ataques de Dworkin, qual seja: “Eu compreendo que as pessoas agem e, inclusive, podem sentir de forma diversa, porém, compreendendo melhor essa prática em questão, eu enxergo que tudo está dentro do campo da moralidade”, assim como Fish outrora dizia que tudo está no campo da interpretação.

Essa irônica situação, na qual Dworkin parece agir como Fish e vice-versa, parece mostrar ou, ao menos, sugerir que esses autores, na verdade, não estão discordando, nem tão longe entre si quanto imaginam, pois utilizam, inclusive, argumentos análogos para se

¹²⁹ Para ilustrarmos, peguemos essa minha expressão e analisemos o que ela significa. “Isso não pode ser negado” Com esta frase, estaria eu tentando estabelecer alguma tese epistemológica sobre a impossibilidade de negação desta minha ideia, por eu pensar ter atingido um grau superior de verdade ou objetividade ou universalidade? Não. Essa frase destacada escrita deste modo simplesmente pretende enfatizar a minha posição dentro do próprio jogo, o qual eu compreendo estar jogando.

esquivar de situações análogas quando bem lhe interessam. Eles, pois, são harmônicos e se complementam – pelo menos, até aqui.

O que, portanto, estou querendo dizer é que eles concordam epistemologicamente¹³⁰, sendo que a discordância deve estar em outro lugar. Onde? Nas próprias práticas e modos de se portar no mundo diante após este primeiro “consenso epistemológico”. Aqui existe uma discordância: Dworkin pensa que esse determinado tipo de jogo não vale a pena ser jogado, enquanto Fish entende que este jogo consegue explicar melhor o nosso mundo, conferindo uma perspectiva necessária para melhor interpretarmos. Voltaremos para as desenvolturas a partir disso mais ao final.

Retornemos, pois, neste momento, para outras críticas de Dworkin aos “filósofos céticos”. Diz Dworkin que uma das justificativas populares dos céticos para adotarem a distinção entre dentro-da e sobre-a moralidade é: as crenças morais não são realmente crenças, mas somente reações emocionais. Assim, quando um filósofo diz, *fora do expediente* (off duty), âmbito interno, que a escravidão é injusta, ele está somente reportando ou expressando a sua própria reação subjetiva à escravidão, não sendo, pois, incoerente quando ele afirma, “dentro do expediente”, âmbito externo, que nenhuma proposição moral pode ser verdade. A crítica de Dworkin é que essa posição não prospera, pois ela não explica bem o que ocorre no estado mental destes filósofos. O modo como eles lidam com os argumentos, iniciam e abandonam diferentes posições em resposta a críticas, enxergam e respeitam conexões lógicas dentro das posições, demonstra comportamentos não ligados a uma mera reação emocional subjetiva, mas, sim, comportamentos ligados a uma crença.¹³¹ E, supondo que alguns céticos realmente tentem se esquivar por meio deste tipo de argumento, Dworkin está correto, pois não seria nada mais do que uma fuga para não reconhecerem que há crenças e emoções nos diferentes tipos de jogos e atitudes, tanto no âmbito externo quanto no interno.

Essa, todavia, é uma conclusão de dois gumes. Se os céticos precisam admitir que não se trata de meras emoções, mas, sim, de crenças, Dworkin precisa admitir que há crenças diversas nos dois jogos em questão, tendo em vista que se trata de emoções diferentes ligadas a esses jogos. Ou seja: há emoções específicas ligadas a certas crenças, sendo que as próprias emoções são estruturalmente parte das crenças e o modo como lidamos com essas duas crenças é deveras diferente. As emoções, pois, que sentimos

¹³⁰ Utilizo o termo “epistemologicamente” aqui somente para designar essa compreensão de ambos sobre a organização e forma destes diferentes jogos (envoltos nas perguntas “como conhecemos?” e “como interpretamos?”) e tipos de argumentos ocorrerem.

¹³¹ DWORKIN in MITCHELL (1983: 299)

quando discutimos nestes dois jogos são também diferentes. Alguém pode, portanto, lidar com um termo de duas ou mais formas bastante distintas a depender do tipo de crença e emoção envolvida. E o que Dworkin também precisa admitir é que o simples fato de ser uma crença, não necessariamente se torna uma postura moral *stricto sensu*, apesar de ser moral *lato sensu* – conforme já vimos.

Por exemplo, alguém pode utilizar o termo “pré-conceitos”, em um debate sobre Schleiermacher e Gadamer, para designar as impressões necessárias para o mero início de uma interpretação, as quais são projeções de ideias e noções que vão se modelando conforme vamos avançando na leitura de uma obra ou no decorrer do enredo do filme. Aqui, alguém poderia, em um argumento dentro deste debate, dizer que os pré-conceitos contribuem estruturalmente para que a empreitada da interpretação ocorra, sendo inevitáveis, pois somente vamos conhecendo o todo a partir das partes.

De outro lado, alguém pode utilizar o termo “pré-conceitos”, em um debate sobre direitos humanos, para defender que não podem existir pré-conceitos de raça, opção sexual ou religião.

Vejamos o que ocorre nesse exemplo e tentemos ilustrar, comparativamente, o porquê Dworkin não enxerga os dois jogos como jogos distintos.

Neste caso trazido parece ser mais fácil vermos os diferentes usos do mesmo termo, pois as suas aplicabilidades são diversas e uma não incomoda muito a outra, pois quando estamos falando sobre pré-conceitos, círculos hermenêuticos, virada linguística, fusão de horizontes e outros termos “técnicos”¹³² dentro de uma discussão sobre verdade, método e epistemologia, isso não parece nos incomodar, pois conseguimos nos dizer rapidamente algo do tipo “ah, trata-se de terminologias técnicas/filosóficas específicas”, sem associarmos “pré-conceitos” diretamente com direitos humanos, talvez até por ficarmos confusos dentro de tantos outros termos estranhos para alguém não acostumado com esse tipo de debate.

No entanto, quando falamos sobre a escravidão não ser objetivamente injusta, parece que algo já nos incomoda corporalmente. E, mesmo que os filósofos tentem explicar que estão utilizando o termo “objetivamente” em um sentido “técnico”, parece que não conseguimos admitir essa frase sobre a escravidão dita ou escrita deste modo.

¹³² Uso o termo “técnico” aqui para designar termos que possuem um significado específico dentro de um jogo linguístico mais restrito, no caso em questão o jogo filosófico, mesmo que este termo também seja utilizado em outros campos linguísticos.

Assim, quando usamos termos que possuem um sentido técnico, mas que também são utilizados em outros campos linguísticos com diferentes sentidos, nem sempre é fácil realizarmos uma separação, principalmente quando se trata de questões morais mais sensíveis. Deste modo, as frases e argumentos utilizados nos diversos âmbitos podem soar muito próximos ou até mesmo serem idênticas, de modo que, por vezes, pode se perder de vista se estamos no âmbito interno ou externo. E isso pode ser bem incômodo e, com certeza, incomoda Dworkin. Vejam que estou falando de emoções ligadas a determinados debates e assuntos. E, em algum sentido, creio que alguns cétricos, por saberem deste mal-estar causado, inclusive provocam outras pessoas conscientemente, podendo, a qualquer tempo, valer-se da justificativa de estar utilizando determinado termo provocador somente “sob um ponto de vista técnico”. De outro lado, algumas pessoas provocam, conscientemente, os cétricos durante as discussões escolhendo termos que batem de frente com o que aqueles acreditam como “verdade”, “objetividade”, “universalmente”, “realmente”, “absolutamente” etc.

Contudo, percebam que, mesmo se todos estivessem de boa-fé¹³³, essa má-compreensão e transposições cruzadas entre âmbitos diversos não é algo simples de se resolver. Tentar interromper essa disputa entre os jogos e sanar esse descompasso linguístico seria pedir para o âmbito externo cessar os seus ataques contra o âmbito interno quando este utilizar termos que, em tese, poderiam estar imprecisos ou errados sob o ponto de vista externo; e seria pedir para o âmbito interno cessar os ataques contra os termos utilizados pelo âmbito interno em um sentido técnico. Porém, a dificuldade está justamente na proximidade dos modos de argumentar e de discutir em ambos os âmbitos, podendo ser difícil perceber a diferença, principalmente, no meio de atritos mútuos inevitáveis, tendo em vista que as palavras podem ganhar sentidos bem diversos dos esperados, inclusive, repito, estão todos de boa-fé. Outrossim, é preciso reconhecermos, poucas pessoas, para não dizer ninguém, são capazes de ser um analista ponderado no intuito de conseguirem separar o seu eu-jogo-externo do seu eu-jogo-interno de forma tão rígida meio de um debate.

O que acaba de ser dito é muito importante, pois, apesar disso, esse incômodo não pode ser considerado uma prova nem demonstra que não existam dois tipos de jogos ou,

¹³³ O que seria “boa-fé” não é algo a ser discutido profundamente aqui. Utilizo esse termo tão somente para trazer a imagem de pessoas, as quais, em tese, gostariam de criar um melhor ambiente possível, abstando-se de provocações desnecessárias. É interessante, pois a própria questão do que é “ser um intérprete ou dialogante de boa-fé” está inevitavelmente imbricada com complexos argumentos interpretativos e já valeram inúmeras discussões ao longo da Filosofia.

melhor, que não possam existir dois tipos de jogos sem sucumbirmos a uma contradição ao assumir posturas aparentes diferentes dentro de cada um deles. Isso é possível e é isso que Dworkin precisa reconhecer, se quiser descrever o que é a prática e o projeto de alguns céticos.

Tudo o dito acima blinda contra críticas o projeto desses céticos trazidos por Dworkin? Não, o que discurremos acima tão somente significa que tal projeto não pode ser criticado por argumentos que pretendam mostrar que há uma contradição epistemológica-filosófica nesta empreitada, tal como gostaria Dworkin. Porém, é, sim, possível criticá-la de um modo mais singelo, porém ainda sim, forte, combinando-se justamente a observação que acabamos de ver (i) “não conseguimos separar as discussões tão bem assim em nossas cabeças durante a prática” aliada a uma crítica (ii) de moralidade política do tipo “em vista desta dificuldade, quiçá impossibilidade, creio que devemos mudar o modo como debatemos; não por ser ilógico ou padecer de contradições ou quaisquer outro problema filosófico, mas, sim, porque o âmbito externo está afetando negativamente o interno em um sentido moral *stricto sensu*, mesmo que a intenção não seja especificamente esta”. Voltaremos a essa crítica mais a frente.

De qualquer modo, é preciso firmar: quem quer que sejam esses filósofos céticos, não se pode incluir Fish entre eles, pois este explicitamente fala em componentes estruturais quando pensa em interpretação, história e em “crenças subjetivas”, as quais nunca são tão arbitrárias nem subjetivas quanto parecem, tendo em vista que, para Fish, elas estariam embebidas por um olhar e uma compreensão já tácita em nós. O que pretendo dizer é que Fish não utilizaria o raciocínio que Dworkin reputa aos céticos para se esquivarem ou justificarem o seu modo de olhar para a interpretação e a objetividade.

2.4.6. Os diferentes tipos de Verdades

Dworkin traz suas atenções para outro argumento que ele também considera cético e, portanto, criticável. Trata-se da distinção entre a verdade dentro de um jogo específico e a verdade objetiva ou real fora deste jogo. Dworkin diz que tais céticos pensam e se posicionam diante das práticas sociais relacionadas à Moralidade, à Arte, ao Direito e à Interpretação em geral do mesmo modo como pensamos e agimos diante de um assassinato dentro de uma história ficcional. Nesta, alguém poderia ter morrido com todas as

complicações jurídicas, morais e sociais possíveis, porém, “no mundo real”, fora desta história, nada nunca aconteceu.¹³⁴

E Dworkin continua: “[Eles, os céticos, dizem que] eles estão jogando um certo jogo de faz-de-conta... mesmo quando eles sabem que é realmente, objetivamente falando, tudo sem-sentido.”¹³⁵ Novamente, o apontamento de Dworkin pode atingir certos filósofos e certos céticos, mas, com certeza, não atinge Fish. Ou, pelo menos, não atinge do modo como Dworkin gostaria que atingisse. A descrição dworkiniana expõe certo descaso e até condescendência dos filósofos céticos criticados quando estes falam sobre o jogo de *faz-de-conta* (make-believe) e das pessoas que acreditam nele como se isso fosse “realmente ou objetivamente” verdade. Esta, claramente, não é a postura de Fish, o qual nega caracterizações “puramente objetivas” ou patamares que supõem estar falando sobre a verdade objetiva. Essa postura também é criticada por Fish, que é contra tanto essa objetividade quanto tudo ser uma construção arbitrária inventada, uma ficção.

De todo modo, essa descrição e crítica de Dworkin, encaixariam, em tese, na posição de alguns céticos elencados por ele. Porém, como Dworkin não deixa muito claro com quem está dialogando, tentarei construir uma defesa destes argumentos da melhor forma possível. Primeiramente, é de se frisar que os termos *faz-de-conta* e *sem-sentido* (nonsense) não caracterizam todos os céticos nem descrevem bem os sentimentos destes diante do mundo e dos diferentes tipos de jogos. O termo *faz-de-conta* transmite a idéia de brincadeira, porém, esses céticos podem levar bem a sério o jogo da moralidade, bem como as discussões dentro deste âmbito. Não é como se todos fossem retóricos (no sentido pejorativo deste termo) de má-fé tentando tão somente ganhar um argumento a qualquer custo, sem quaisquer consequências éticas ou responsabilidades morais diante do mundo. Eles podem muito bem se comportar de forma semelhante à Dworkin. Eles podem, inclusive, concordar com Dworkin sobre não ser possível sair do jogo da moralidade nem da linguagem, *lato sensu*. Podem, além disso, dizer que a escolha interpretativa também está ligada a uma escolha estética e relacionado com uma postura política no mundo, como pensa Dworkin. Assim, eles não discordam necessariamente sobre o âmbito interno ser um jogo, o qual não deve ser levado a sério. Alguns céticos mais sofisticados, como eu tentei descrever acima, podem levar a sério ambos os jogos, tanto o interno quanto o externo. Pois bem, sobre o que esses possíveis céticos e Dworkin estariam, então, discordando?

¹³⁴ DWORKIN in MITCHELL (1983: 299-300)

¹³⁵ “[They, the skeptics, say that] they are playing a certain game of make-believe...even though they know it is really, objectively speaking, all nonsense.” DWORKIN in MITCHELL (1983: 300)

Parece-me que não é somente sobre o modo como eles agem dentro do âmbito interno (crítica que Dworkin poderia defender contra os cétricos menos sofisticados que entendem o jogo interno como um faz-de-conta lúdico), mas, principalmente, sobre a possibilidade de se levar a sério dois jogos diferente sem se cair em contradição.

Vejamos: a crítica de Dworkin contra essa idéia de jogo é a seguinte:

Pois essa explicação [alegada pelos cétricos] supõe que nós podemos distinguir entre o jogo e o mundo real, que nós podemos distinguir entre a alegação que escravidão é injusta, oferecida como um movimento em alguma empreitada coletiva na qual tais julgamentos são feitos e debatidos, e a alegação de que escravidão é realmente ou objetivamente injusta no mundo real... (...). Ela supõe que nós podemos distinguir esses dois tipos diferentes de alegação assim como distinguimos entre alegações sobre Roger Ackroyd como uma personagem em um romance e alegações sobre Roger Ackroyd como uma personagem histórico. E isso é exatamente o que nós não podemos fazer, porque as palavras ‘objetivamente’ e ‘realmente’ não podem alterar o sentido de julgamentos morais ou interpretativos.¹³⁶

Contudo, é justamente isso que nós podemos e fazemos todos os dias: mudar o sentido de julgamentos morais, interpretativos, estéticos, políticos com o “singelo” uso de uma ou mais palavras. E a incompreensão nasce aqui, pois as intenções não estão presas às palavras nem aparecem magicamente a partir delas, mas, sim, do modo como as usamos. Ou seja, palavras podem, sim, mudar o sentido de uma postura no mundo. O problema, de qualquer modo, não está aí, mas, sim, na hiper-valorização que se pode conferir para a empreitada epistemológica-filosófica dos cétricos, que se valem desta mudança que as palavras podem provocar nas posições.

Quando uma pessoa Y concluí um argumento, uma pessoa X pode nos perguntar “ora, mas isso é realmente, de fato, verdade, objetivo, real?”. Y pode responder: “Como assim? O que você está falando? O que estou dizendo é que acredito que isso seja o certo pelos argumentos expostos”. Ao passo que X responderia: “mas você acredita estar realmente certo? Pensa que isso é objetivo e não simplesmente algo subjetiva, uma mera opinião sua?”. Y responderia, talvez já com certa indignação: “Sim, é claro que penso estar certo, senão eu não estaria defendendo essa posição!”. O que ocorre aqui? A pessoa X está tentando arrastar Y para um tipo de jogo e discussão que ela não está dentro e, nesse caso específico, Y simplesmente não compreendeu esse movimento. Porém, isso poderia ser

¹³⁶ “For this explanation [claimed by skeptics] supposes that we can distinguish between the game and the real world, that we can distinguish between the claim that slavery is unjust, offered as a move in some collective enterprise in which such judgments are made and debated, and the claim that slavery is really or objectively unjust in the actual word...(...). It supposes that we can distinguish these as two different kinds of claims the way we distinguish claims about Roger Ackroyd as a character in a novel from claims about Roger Ackroyd as a historical character. And this is exactly what we cannot do, because the words ‘objectively’ and ‘really’ cannot change the sense of moral or interpretive judgments.” DWORKIN in MITCHELL (1983: 300)

muito bem diferente, se B respondesse: “Ora, sinceramente, essas perguntas são impertinentes e eu não quero adentrar nesse tipo de discussão com você. Se você quiser interpretar o meu argumento e os termos que utilizei nele sob o seu ponto de vista, é claro que você pode. No entanto, essa não é a minha intenção e eu não estou realizando um argumento com essa pretensão que você parece desejar que eu tenha.” Após isso, B poderia virar as costas e continuar com sua vida ou com sua aula ou com sua discussão com os outros debatedores.

O ponto é: o uso de “realmente” ou “de verdade” ou “de forma objetiva” ou outras semelhantes *pode*, deveras, ser um passe de mágica para outra dimensão. Porém, esse uso *pode* também não ser um passe de mágica e a pessoa pode estar tão somente conferindo uma ênfase maior ao seu discurso. E a “mágica” ocorre porque as pessoas possuem pretensões e usos diferentes para um mesmo termo. Ou seja, ao contrário do que Dworkin alega, os termos podem mudar o senso de julgamentos morais ou interpretativos que partilhamos e acreditamos, sem cairmos em uma contradição. Porém, e este é um ponto importante, isso não quer dizer que um termo irá automaticamente ou necessariamente modificar as nossas posições. Essa mudança dependerá mais do uso dos termos e o modo como os encaramos do que o próprio termo em si. E isso, parece-me, não poderia ser dito ou pensado de forma mais evidente, pois as palavras não possuem significados enclausuradas nelas mesmas, mas, sim, possuem significados na medida em que há uma prática tal que as utiliza em diversas frases e construções linguísticas, o que as faz, justamente por isso, possuírem um significado. O perigo está em pensarmos que esse significado é unívoco ou claramente definível ou imutável ou restrito a determinado tipo de jogo ou grupo de pessoas dentro de uma determinada prática.

E, assim, resumem-se basicamente algumas querelas geradas entre céticos e Dworkin. Por que, então, eles continuam discutindo? Por que cada um possui uma postura político-moral-existencial no mundo que os faz querer afetar a postura do outro, ou seja, modos diferentes de entender que o jogo da vida e da academia é mais interessante de ser jogado e vivido de determinado modo, com o uso de determinados termos e raciocínios e modos de expressão. E é isso que está em questão. Voltaremos para esse tema, conforme lhes relembro exaustivamente, ao final da dissertação.

Qual é, pois, a grande crítica de Dworkin contra os céticos e qual movimento ele tenta realizar contra eles? Dworkin pretende mostrar que o ceticismo não é inevitável como

alguns defendem, mas, muito pelo contrário, ele é impossível.¹³⁷ Ou, melhor dizendo, Dworkin defende especificamente que o ceticismo externo¹³⁸ é impossível, entendendo o cético externo como aquele que pretende falar “de fora” sobre algo¹³⁹. Ou seja, é o debatedor que arroga estar em um patamar fora da moralidade para falar sobre a moralidade ou fora da interpretação para falar da interpretação ou fora do objetivo/subjetivo para falar do objetivo/subjetivo.

Assim, Dworkin compreende o ceticismo externo como autocontraditório, pois este supõe ter um chão epistemológico privilegiado a partir do qual pode julgar a prática, o interno, porém esse chão não existe. Ele existiria se fosse possível sairmos do jogo da interpretação. Mas, como isso não é possível, conforme defendido tanto por Dworkin quanto por Fish, então a postura dos céticos seria impossível, no entender de Dworkin. Sendo assim, as críticas que os céticos lançam contra seus adversários podem muito bem ser lançadas contra eles mesmos justamente por eles não conseguirem se distinguir daqueles que eles criticam.

Deste modo, Dworkin alega a impossibilidade especialmente do ceticismo externo. Ainda é possível, sim, ser cético interno ao se defender, por exemplo, que certas perguntas interpretativas – ou até todas elas – simplesmente não possuem respostas, seja porque as respostas não fariam diferença para a obra de arte, seja porque eles entendem que a obra de arte não deve ser indagada deste modo, devendo sempre ser algo aberto e nunca confinado a algum tipo de interpretação específica.

Voltemos a nossa pergunta recorrente: essas críticas de Dworkin aos céticos, desenvolvidas até então, formam uma crítica a Fish? Não somente parecem não ser uma crítica a Fish, como também parecem revelar uma má-compreensão de Dworkin sobre o pensamento tanto o comportamento dos céticos externos quanto dos internos. Diz Dworkin: “Ninguém que diz não existir resposta para a questão sobre Hamlet e Ofélia, alegando que nenhuma resposta faz com que a peça seja melhor ou pior do que outra, irá seguir em frente e dizer que, em sua opinião pessoal, eles eram amantes.”¹⁴⁰ Isso é não é uma boa descrição da realidade e das possibilidades de posturas, vez que alguém poderia

¹³⁷ DWORKIN in MITCHELL (1983: 300-301)

¹³⁸ O que Dworkin chama de ceticismo externo não se identifica puramente com o que designei como posturas do âmbito externo. Este é um âmbito, no qual se fala “sobre” a prática, independente de se tomar uma postura cética sobre ela. O ceticismo externo fala também “sobre” a prática, mas é cético no que tange ela, conforme observamos ao acompanharmos essa discussão com Dworkin.

¹³⁹ DWORKIN in MITCHELL (1983: 302)

¹⁴⁰ “No one Who says there is no answer to the question about Hamlet and Ophelia, because neither answer makes the play better or worse than the other, will go on to say that in his personal opinion they were lovers.” DWORKIN in MITCHELL (1983: 302)

muito bem dizer realizar tal afirmação e ainda se manter coerente sob o ponto de vista de um ceticismo interno, usando o termo de Dworkin.

Alguém poderia, sem contradição e sem incoerência, tomar simultaneamente duas posturas: (i) não faz sentido discutir nem pensar sobre Hamlet e Ofélia serem ou não amantes por isso não alterar o valor da obra de arte ou por isso ser inútil ou por ser uma perda de tempo ou por ser um desgaste desnecessário, apesar de ser possível chegarmos a uma conclusão ou por que isso é indiferente a resposta desta questão; e (ii) opinar, valendo-se de muitos argumentos, sobre a relação entre Hamlet e Ofélia.

Dworkin parece querer nos mostrar que ocorre uma mudança, mesmo que tácita, se alguém passar do ponto (i) para o ponto (ii), como se tivéssemos que necessariamente alterar a nossa postura sobre (i) para conseguirmos tomar alguma postura em (ii). Porém, essa descrição de Dworkin parece não compreender as diversas motivações possíveis para uma pessoa agir de determinado modo. Alguém pode, por exemplo, realmente acreditar em (i), mas emitir opiniões em (ii), por querer agradar alguém ou ser sociável ou seduzir ou aproveitar outros debates que reputa mais interessantes que também ocorrem dentro de um grupo de discussões ou entrar em algum tipo de grupo, lançando esta atividade em seu currículo etc.

O que torna essa pessoa diferente das outras é o modo como ela compreende essa discussão. E não se pode dizer que ela está simplesmente de má-fé, pois ela pode estar genuinamente se entregando para a discussão. O importante aqui é justamente entendermos o que a expressão “se entregando para a discussão” significa. Ora, nada mais do que aquilo que já vínhamos observando até então: significa compreender o propósito de determinado jogo e passar a jogá-lo e, inclusive, desfrutar deste tempo. Assim, tal pessoa pode discutir e encontrar bons argumentos para o seu ponto de vista sobre eles serem ou não amantes; porém ela continuará defendendo – talvez após o término do debate quando já estiver em um bar descontraído ou em outro ambiente informal ou, ao contrário, quando ela “voltar ao serviço acadêmico” em sua universidade – que esse tipo de discussão não a agrada, sendo que, sinceramente, ela a reputa inútil, por exemplo. E, se alguém perguntar, ela pode responder que continua discutindo sobre esses temas por diversas razões independentes da postura (i).

Todos nós discutimos questões que reputamos inúteis ou sem-sentido e, inclusive, discutimos questões que consideramos impertinentes ou mal-formuladas. Fazemos isso e conseguimos fazê-lo, pois adentramos em determinados tipos de jogos, do mesmo modo pelo qual podemos jogar boliche ou tênis ou futebol ou vôlei ou peteca mesmo não

sabendo muito como jogar ou mesmo odiando o esporte. Agimos assim e de tantas outras formas pelos motivos e estímulos mais variados.

Dworkin poderia contra-argumentar alegando que estou trazendo elementos de uma análise externa, tentando explicar as causas, “de fora”, sobre o porquê agimos do modo como agimos, sendo que ele está, na verdade, realizando uma análise “dentro do” jogo. Dworkin poderia dizer que todas as noções ações possuem as suas causas e justificativas que poderiam ser traçadas e perquiridas, sejam elas sociológicas ou psicológicas ou políticas ou outras quaisquer. Todavia, o importante para a sua análise, independente do motivo das pessoas agirem, é a coerência e a integridade dos seus discursos entre si. E, assim sendo, ele acha criticável a tentativa de manter simultaneamente a postura (i) e a postura (ii).

Isto posto, eu poderia dizer que concordo no que tange à integridade e coerência. Porém, eu rebateria dizendo que integridade não implica jogarmos somente um jogo durante todos os momentos de nossa vida. Igualmente, coerência não necessariamente implica mantermos a mesma ideia, os mesmos raciocínios e os mesmos modos de agir nos diversos âmbitos em que nos manifestamos. Deste modo, e isso é o que venho defendendo, é possível não cair em contradição e ainda defender a postura (i) e (ii), tendo em vista que se trata de dois jogos diversos. Contudo, isso não quer dizer que essa pessoa em questão não possa ser criticada. O que implica é que essa pessoa não pode ser criticada, como quer Dworkin, alegando-se ser uma postura “impossível” ou eivada de “contradição”.

Passemos, agora, para a crítica de encerramento deste artigo de Dworkin a Fish:

Se nós rejeitamos o ceticismo externo deste tipo, então devemos dizer, para Fish e outros aspirante a cétricos, que a única maneira para eles tornarem boa a sua alegação extravagante – que quaisquer textos permitem qualquer interpretação que seja – é defender um argumento genuíno para tal efeito ao preparar alguma atraente teoria normativa de integridade artística que tenha essa consequência.¹⁴¹

E, mais, continua Dworkin: “Se ele realmente sustenta tal teoria ele mesmo, então ele precisa abandonar, pois inconsistentes, as suas interpretações favoritas dos textos.”¹⁴²

Ora, mas é justamente uma teoria deste tipo pedido por Dworkin que Fish desenvolve e postula. Ele é um cético interno, nos termos de Dworkin, pois a sua teoria não se arroga estar em um patamar superior, mas, sim, dentro da empreitada interpretativa.

¹⁴¹ “If we reject external skepticism of this sort, then we shall say, to Fish and other would-be skeptics, that the only way they can make good their extravagant claim – that any text allows any interpretation whatsoever – is to make a genuine argument to that effect, by setting out some appealing normative theory of artistic integrity that has that consequence.” DWORKIN in MITCHELL (1983: 302)

¹⁴² “If he really does hold such a theory himself, then he must abandon, as inconsistent, his own favorite interpretations of texts...” DWORKIN in MITCHELL (1983: 302)

Porém, como tentei mostrar, a própria noção de “dentro” e “fora” também é uma noção dentro de um jogo maior – e Dworkin não parece perceber ou reconhecer esse jogo maior; e, mesmo o percebendo, não concede que Fish possa defender coerentemente o que defende.

Vejam que: uma postura seria não concordar e se posicionar contra Fish dentro de uma postura existencial-político-estética; e outra postura seria descaracterizar o seu pensamento como possível em termos filosóficos ou epistemológicos. Fish compreende a linguagem e a maneira como dialogamos e argumentamos sob um ponto de vista estrutural, sendo que as diversas interpretações que vão surgindo, surgem e se mantêm e se modificam em seguida em vista das práticas sociais que vão nos imbuindo de noções tácitas sobre como agir e como reconhecer uma ação e interpretação. E, dentro desta empreitada fisheana, há uma crítica tanto contra um tipo de pureza objetiva quanto um tipo de subjetividade pura – críticas, as quais, repito, a teoria de Dworkin se harmoniza. Fish se coloca, portanto, dentro do jogo e defende que há, sim, melhores respostas e interpretações para obras de arte do que outras, porém, ele ressalta que esse tipo de parâmetro não pode ser universal nem algo mais grandioso do que é, qual seja certo reconhecimento e compreensão das pessoas do que porquê essa interpretação é melhor do que outra – e isso nem que seja o próprio reconhecimento, vez que a nossa opinião sobre nossa própria obra também não escapa das estruturas que constringiram essa opinião. Isso não quer dizer, como Dworkin alega, que se trata de uma pura retórica ou questão de se convencer mais ou menos pessoas. Trata-se, sim, de uma empreitada que visa compreender como o debates, as discussões e os modos como as crenças são formadas e funcionam.

Deste modo, Fish pode, sim, coerentemente defender a sua interpretação favorita sobre uma obra e, paralelamente, compreender que o modo como a sua interpretação foi formada bem como o modo com ela será percebida pelos outros não implica algo a mais grandioso ou elaborado do que isso – essa é, pois, uma postura tanto contra os cétricos quanto contra essa crítica de Dworkin.

2.4.7. Bateria final de críticas e respostas

Nesta parte, passaremos por alguns apontamentos que Dworkin decide realizar de forma mais específica contra Fish, a par das críticas contra os cétricos. Porém, o farei de forma um tanto rápida, em vista das extensivas argumentações em temas correlatos que já penso ter conseguido construir acima. Assim, focalizarei no que houver de diferente do que já foi tratado até então.

De início, Dworkin retoma a crítica que Fish realiza sobre a alegação de que o primeiro romancista ser diferente do último. Essa má-compreensão dos autores pode ser observada neste trecho de Dworkin remetendo a uma crítica de Fish: “Se os últimos novelistas estão sujeito a mais e diferentes constringições [como Fish alega], como eles podem ser igualmente constringidos?”¹⁴³ Essa passagem destacada de Dworkin está ligada a esta de Fish: “Por ‘igualmente’ eu quero dizer igualmente no respeito à condição de liberdade; eu não estou fazendo nenhuma alegação sobre o número ou identidade das constringições.”¹⁴⁴ Essa fala de Fish pode soar contraditória, como soou para Dworkin, porém, conforme se vai lendo o texto de Fish, fica clara qual a sua intenção com essa passagem. Fish intenta tratar, quando escreve *igualmente* (equally), sobre as condições de liberdade, ou seja, sobre um elemento estrutural do nosso agir interpretativo no mundo. Assim, todos nós estamos igualmente envolvidos estruturalmente no mundo, não existindo mais ou menos influência nestes termos¹⁴⁵. Para além desta análise estrutural, Fish demonstra a percepção clara destes dois modos diversos de se jogar e olhar para a realidade quando passa a falar sobre o número das constringições. Ou seja, aqui ele pensa, sim, em termos de quantidade, em termos, pois, de mais ou menos material com o qual se trabalhar. É evidente que ele não nega que os romancistas mais tardios possuem mais material com o qual trabalhar – isso seria quase tão absurdo quanto negar a existência de uma pedra em nossa frente; seria, pois, negar que existem mais páginas a serem lidas e mais conteúdo. Porém, para Fish, em termos estruturais, isso não quer dizer que o novelista possua menos ou mais liberdade. Estar mais a frente da cadeia quer dizer tão somente possuir mais elementos, sendo que o modo como interpretação ocorrerá ainda é estruturalmente o mesmo.¹⁴⁶ Pode-se alegar, pois, que há mais elementos afetando e influenciando a leitura, porém, para Fish, isso não implica mais elementos nos conduzindo ou constringindo para determinada leitura. É preciso, pois, compreendermos que, a partir da divisão didática que propus, a primeira parte desta oração é uma opinião de âmbito externo, enquanto a segunda é de âmbito interno e de segunda-ordem.

E Dworkin não percebe isso, como podemos observar neste trecho transcrito a seguir: “Se um romancista ao final de cadeia do *Um conto de Natal* terá mais dificuldade

¹⁴³ “If the later novelist are subject to more and different constraints [as Fish says], how can they all be equally constrained?” DWORKIN in MITCHELL (1983: 304)

¹⁴⁴ “By ‘equally’ I mean equally with respect to the condition of freedom; I am making no claims about the number or identity of the constraints.” FISH in MITCHELL (1983: 275)

¹⁴⁵ Lembrando que aqui, pois, está se jogando o jogo epistemológico exterior.

¹⁴⁶ De igual modo, nós podemos dizer que, estruturalmente, o homem é um ser-para-a-morte. E, paralelamente, defender que há diferentes modos de se viver ou morrer.

em ver Scrooge como inerentemente mal do que um novelista no segundo lugar da cadeia teria, como podem ambos ser igualmente livres para determinar ‘como as personagens realmente são?’.”¹⁴⁷ Esse assombro de Dworkin mostra o quão não afastado ele está de Fish. Ambos estão concordando e podem até se complementar. Vejamos: ambos concordam que realmente pode existir uma tendência de leitura ou até, como Dworkin defende, certa dificuldade em se realizar uma leitura a outra. O que os diferencia, mas não os coloca em discordância, é o foco diferente conferido ao que significa essa dificuldade ou essa tendência. Vejamos isso em detalhes.

Dworkin entende que o nosso olhar para o texto vai ficando, por assim dizer, mais encorpado e, portanto, com uma visão interpretativa mais direcionada, em vista dos princípios de adequação e valoração, ou seja, construímos uma interpretação que tenta abarcar a totalidade do texto, bem como vamos conferindo um valor e propósito para a obra em questão, sendo esses dois pilares elementos basilares para a condução e construção de nossa interpretação. Fish, de outro lado, está focalizado em pensar no porquê enxergamos certo texto de certa forma, no porquê valoramos determinadas construções e no porquê enxergamos mais alguns valores do que outros, em suma, no porquê interpretamos do modo que interpretamos. Além disso, Fish focaliza também em pensar sobre o porquê e de que maneira entendemos a integridade, ou seja, o modo como entendemos um texto como harmônico ou coerente e como enxergamos e criamos essa harmonia. Assim, Fish entende que estruturalmente estamos sempre na mesma condição de constrição, pois o nosso olhar descobridor-criador¹⁴⁸ do texto somente enxerga o texto de determinado modo, pois já está condicionado estruturalmente a enxergá-lo de determinado modo. É necessário, pois, deixar bem claro que essa análise não implica em alegar que não possam ocorrer mudanças interpretativas em nosso pensamento e nas correntes, as quais, de fato, ocorrem. A postura de Fish somente quer destacar que as próprias mudanças também estão condicionadas em uma estrutura, a qual não “causa” a mudança, mas, sim, a viabiliza. Aqui, é muito importante que não enxerguemos a estrutura como a estrutura de uma gaiola externa nos aprisionando, mas a estrutura como se fosse a nossa estrutura óssea ou muscular, que nos permite andar, correr, mancar e pular do modo específico como

¹⁴⁷ “If a novelist at the end of the *Christmas Carol* chain will have more difficulty seeing Scrooge as inherently evil than a novelist second in line would have, how can they both be equally free to determine ‘what the characters are really like?’.” DWORKIN in MITCHELL (1983: 304)

¹⁴⁸ Pois ele nem cria nem descobre, sendo algo diverso, tratando-se de ambas as empreitadas ao mesmo tempo, como dito pelo próprio Fish.

fazemos todas essas atividades. Ou seja, a estrutura de que fale Fish não é uma constrição externa, mas um modo de ser, uma capacidade-de-ser, interno.

No fundo, alguém poderia me dizer que não se trata nem de um fator externo nem interno, apesar de isso facilitar em termos didáticos. Tal pessoa poderia alegar que a estrutura é o próprio mundo dialogando com o indivíduo e o indivíduo dialogando com o mundo, dentro de uma existência da qual não podemos sair nem entrar, pois nos atravessa na medida em que também atravessamos – ao passo que eu concordaria com ele e assumiria que há questões realmente maiores por detrás disso.¹⁴⁹

De qualquer modo, percebam como os âmbitos de incidência das posturas de Dworkin e Fish são bem diversos: enquanto aquele ainda está pensando “ele [Fish] perde de vista a distinção crucial entre as duas tarefas [adequação e valoração] que um juiz deveria cumprir”¹⁵⁰; Fish simplesmente não está interessado nestas discussões neste momento e se interessa quase obsessivamente sobre o que Dworkin quis dizer ao usar a expressão “debandar em uma direção nova”.

Dworkin, no entanto, capta bem um movimento errôneo que Fish realiza:

Ele [Fish] impõe significados nos termos usados dentro da prática crítica ou jurídica como ‘encontrar’, ‘descobrir’, ‘inventar’, ‘livre’, ‘constringido’ e outros semelhantes, os quais são, na verdade, completamente estranhos ao modo pelo qual esses termos funcionam nessa prática. Ele, então, anuncia, como uma importante conclusão, que as distinções cruciais feitas por estes termos são falsas.¹⁵¹

Sim, essa é uma boa descrição sobre um movimento errado que Fish realiza e que faz com que ele não compreenda Dworkin. Contudo, esse movimento não é tão-simples assim, pois, de fato, algumas pessoas utilizam esses termos destacados querendo significar mais do que elas deveriam significar dentro de sua prática social – e contra isso, a crítica de Fish se mantém; e, para isso, Dworkin não possui ouvidos¹⁵².

É engraçado e, ao mesmo tempo, causa certa aflição o fato de esses autores estarem debatendo entre si, mas errarem o alvo por incompreensões mútuas. E o peculiar é que, neste tipo de discussão, qualquer termo ou modo de raciocinar já parece acionar algum tipo

¹⁴⁹ Vide: GARROTE, Bruno M. *Do Livre-arbítrio e da Justiça: cartas a um amigo distante*. [Trabalho de Conclusão de Curso] Brasília: Faculdade de Direito da UnB, 2009.

¹⁵⁰ “he [Fish] misses the crucial distinction between the two assignments a judge might take up” DWORKIN in MITCHELL (1983: 306)

¹⁵¹ “He [Fish] imposes meanings on phrases used within critical or judicial practice, like ‘finding,’ ‘discovering,’ ‘inventing,’ ‘free,’ ‘constrained,’ and the like which are, in fact, wholly alien to the way in which these phrases function in that practice. He then announces, as important conclusions, that the crucial distinctions made through these phrases are bogus.” DWORKIN in MITCHELL (1983: 306)

¹⁵² Trabalhei isso quando escrevi sobre o sentimento e ênfase que esses termos podem gerar na plateia e revelar em quem os utiliza.

de gatilho pré-conceituoso, o qual costuma levar o receptor para um âmbito nem sempre compartilhado pelo emissor.

Tentarei explicitar isso ocorrendo de forma muito explícita. Olhemos para os escritos de Dworkin ainda sobre a discussão em torno do livro de Christie:

Eu disse que designar um romance de mistério de Christie como um romance sobre o significado da morte seria um erro porque isso seria transformar esse romance em ruínas; e isso não porque todos os romances anunciam o seu próprio gênero, mas, sim, porque os romances dela se tornariam devastados se nós tentarmos os ler deste modo em particular.¹⁵³

Como Dworkin leria esse seu próprio trecho? Para ele “está muito claro” o que é dito, a saber: a melhor leitura da obra de Christie não está relacionada com o significado da morte, mas, sim, em suma, com mistérios e essa afirmação não se pretende alçar-se para um patamar fora do plano interpretativo. Assim, ao entender de Dworkin, alegar que uma suposta interpretação que correlacionasse Christie ao significado da morte reduziria o romance a ruínas não é mais do que conferir uma ênfase para tal opinião. Como Fish enxerga esse mesmo trecho? Para ele “também está muito claro” o que Dworkin está dizendo, a saber: ao desconsiderar outras possíveis interpretações com o uso dos termos “ruínas”, “destroços”, “devastar” e correlatos, Dworkin pensa que o próprio texto contém uma verdade e uma interpretação, sendo que Dworkin pensa que estar em um patamar privilegiado, a partir do qual ele possui um acesso de fora do mundo da interpretação a essa verdade do texto.¹⁵⁴

O irônico disso tudo é o seguinte: Dworkin poderia dworkineamente dizer: “Ora, essa má-interpretação de Fish é um claro exemplo daquilo que estou falando, pois se ele lesse o meu texto direito, ele jamais poderia ter esse tipo de conclusão sem inevitavelmente transformar o meu texto em ruínas, assim como ele transforma o texto de Christie em ruínas”. Ao passo que Fish poderia fisheamente dizer: “Ora, vejam só! Isso é exatamente um exemplo do que venho falando: Dworkin pensa que tenho que acreditar na opinião do autor para interpretar o texto; e, mesmo que ele não pense isso, ele pensa que a minha interpretação do seu texto o transforma em ruínas, como se existisse algum tipo de verdade auto-evidente em seu texto ou racionalidade auto-aparente, as quais o permitiram excluir,

¹⁵³ “I said that calling a Christie mystery a novel about the meaning of death would be a mistake because it would make the novel a shambles, and that is not because all novels announce their own genre but because her novels become wrecks if we try to read them in that particular way.” DWORKIN in MITCHELL (1983: 308)

¹⁵⁴ Esse modo que escolho para descrever Fish não é afastado do modo como o próprio Fish vai se posicionar sobre essa passagem em seu artigo “Wrong again”.

de forma absoluta, a minha interpretação do romance de Christie como um tratado sobre a morte.”

E essa confusão toda se arrefece quando passamos a enxergar, conforme venho defendendo, que ambos estão a falar sobre coisas diversas, ou seja, cruamente dizendo, eles não estão nem mesmo discutindo; ou, mesmo que estejam discutindo, não estão, pois, dialogando.

No que tange a resposta de Dworkin contra a crítica de Fish sobre intenção do autor, já foram expostos argumentos contundentes sobre tanto, sendo importante refrisar somente que Fish e Dworkin estão usando o termo “intenção” de forma diferente e, conforme dito, desenvolvem raciocínios que podem ser harmônicos entre si. Dworkin diz neste artigo “Fish não reconhece que ele está simplesmente designando um diferente – e menos utilizável – sentido para o termo ‘intenção’.”¹⁵⁵ E, realmente, o termo “intenção”, apesar de poder ser útil para talvez melhor descrever como frequentemente raciocinamos em termos de projetar uma intenção para a obra e para um autor imaginário, como propõe Fish, acaba por ser um termo muito genérico, confundindo-se normalmente com a criticável busca pela intenção do autor histórico. Diz Dworkin, resumindo muito bem a questão:

É claro que nós podemos, se quisermos, expressar a última destas duas questões [se a melhor interpretação de um texto é compatível com a intenção do autor] como uma questão sobre o estado psicológico de algum autor imaginário em vez do autor real. Nós podemos perguntar se o texto em questão é melhor interpretado ao se supor que ele foi escrito por alguém que tenha uma intenção muito diferente. Isso pode ser, heurísticamente, uma maneira útil de se colocar a questão da interpretação. Porém, seria uma confusão terrível afirmar que, se o texto é melhor compreendido desta maneira, então o a intenção ‘real’ do autor era essa intenção diferente e não aquela que nós primeiramente designamos a ele.¹⁵⁶

E, apesar das confusões, esse recurso heurístico de fato é usado com uma frequência relativamente alta. Por vezes dizemos “o que o autor quis dizer foi” ou “a intenção do autor aqui é” e outras expressões sem estarmos pensando realmente no autor histórico ou “real”, sendo, portanto, tão somente um recurso que no fundo procura fornecer a melhor interpretação possível levando-se o todo da obra. E isso demonstra, na verdade,

¹⁵⁵ “Fish does not recognize that he is simply assigning a different – and less useful – sense to the word ‘intention’.” DWORKIN in MITCHELL (1983: 309)

¹⁵⁶ “Of course we can, if we wish, express the latter [whether the best interpretation of a text matches the author’s intention] of these two questions as a question about the psychological state of some imaginary author other than the actual author. We can ask whether the text in question is best interpreted by supposing that it was written by someone who had a very different intention. This might be, heuristically, a useful way to put the question of interpretation. But it would be a terrible confusion to say that, if the text is best understood that way, then the actual author’s ‘real’ intention was this different intention, not the one we first assigned him.” DWORKIN in MITCHELL (1983: 309)

que tanto Dworkin quanto Fish estão certos e concordam entre si, sendo que tão somente utilizam o termo “intenção” de forma diversa. Podem, pois, discordar sobre a utilidade ou a viabilidade do uso do termo em um ou outro contexto para se expressar um ponto de vista. No entanto, os seus pensamentos não conflitam aqui, sendo que ambos compreendem o importante papel da intenção do autor, bem como a entendem estruturalmente inserida em um momento histórico, assim como enxergam a importância da obra analisada como um todo para se emitir um juízo sobre ela – e, por fim, ambos negam, importante frisar, um privilégio da “intenção do autor” sobre a interpretação da obra, sendo esta somente mais uma interpretação possível.

Ao finalizar este artigo, Dworkin trata de um dilema posto por Michaels. Não desenvolverei esse ponto aqui, pois não acrescenta ao tema algum argumento que já não tenha sido trabalhado nesta dissertação. É interessante, todavia, essa parte, pois ela evidencia o interesse de Dworkin em conferir uma grande ênfase sobre a sua alegação de que todas as teorias interpretativas estão dentro do jogo da interpretação e não podem sair dele. Assim, a teoria de Dworkin não almeja estar em um patamar epistemologicamente superior do que a teoria dos intencionalistas. O que Dworkin considera como seu propósito é: mostrar que todos estamos nesse mesmo patamar e as discussões devem ser pautadas nele, sem a pretensão de alguém estar em uma posição epistemológica mais privilegiada do que outro.

E, deste modo, encerra-se esse grande e essencial capítulo, a partir do qual já podemos olhar para trás e perceber que construímos um terreno seguro para podermos caminhar ao último artigo de peso de Fish, dentro deste debate, com a finalidade de aparar algumas últimas arestas.

2.5. Errado de novo

Fish escreve e publica, logo após o último artigo de Dworkin, um artigo-resposta intitulado “Wrong Again”, no qual pretende mostra como Dworkin ainda não conseguiu escapar de suas críticas e continua errado. Neste artigo, percebemos em grande parte uma repetição dos argumentos já utilizados por Fish no “Working on the chain gang”, mas, há alguns desdobramentos interessantes para essa discussão e que valem a pena ser reproduzidos aqui e analisados. Assim, focalizei naquilo que acrescentará algo de novo à discussão, não adentrando novamente em querelas já esmiuçadas nas páginas anteriores desta dissertação. Vamos, pois, nos adentrar.

Um argumento forte e importante feito por Fish aparece logo no início. Dworkin, em seu artigo, tentou evitar algumas das críticas ao dizer que havia claramente negado a caracterização que Fish impunha a ele. Fish faz bem em notar essa argumentação de Dworkin, pois ela, por si só, nada vale. Diz Fish:

A linha geral de argumentação por detrás desta reclamação [defesa de Dworkin] é como se segue: ‘Eu não poderia sustentar essa posição que você atribui a mim porque eu repetidamente digo que eu não a sustento’. Eu acho essa linha de argumentação pouco convincente: primeiro porque não é nada mais do que uma afirmação; e, segundo, porque é uma petição de princípio, qual seja, se uma alegação geral de alguém ou auto-descrição são ou não consistente com as asserções particulares e argumentos deste mesmo alguém.¹⁵⁷

Essa é uma contra-resposta importante de Fish, pois Dworkin, de fato, utiliza esse argumento algumas vezes em seus escritos e compreender isso é compreender a chave para toda essa dissertação – voltaremos a isso no capítulo final. De qualquer modo, Dworkin normalmente não simplesmente realiza essas alegações, mas também passa a justificar o porquê da sua auto-descrição ser melhor do que a descrição de Fish. Porém, o que é necessário ressaltar aqui é esta boa crítica de Fish, a qual ambos autores concordam no que tange a interpretação em geral, qual seja: um autor não possui privilégio sobre a descrição de sua obra.

Outra crítica que Fish retoma logo de início do artigo é o conflituoso debate em torno da Agatha Christie. Fish repete a sua indignação sobre a diferença que Dworkin traça entre “mudar” e “explicar”, reafirmando que: para que tal diferença se sustentasse seria necessário uma interpretação auto-evidente vinda do próprio texto. O irônico é que Fish passa muito perto de compreender o que Dworkin quer dizer, mas, em seguida, não aceita essa compreensão. Fish elenca a seguinte hipótese:

Ele [Dworkin] poderia estar dizendo que alguém que está convencido que Hamlet não é um homem de ação firme, mas que também pensa que a peça seria melhor se ele fosse, não estaria justificado a colocar de lado a peça que ele acredita que Shakespeare tenha escrito em favor da peça que ele gostaria que ele tivesse escrito. Ou, em outra alternativa, ele poderia estar dizendo que dado o Hamlet que Shakespeare realmente escreveu, ninguém poderia responsabilmente oferecer uma leitura na qual o herói fosse um homem de ação firme e que ninguém que o fizesse estaria explicando a obra, mas, sim, alterando-a.¹⁵⁸

¹⁵⁷ “The general line of reasoning behind this complaint is as follows: ‘I could not possibly hold that position you attribute to me because I repeatedly say I do not.’ I find this line of reasoning less than compelling, first, because it is nothing more than an assertion, and, second, because it begs the question, which is whether or not one’s general claims or self-descriptions are consistent with one’s particular assertions and arguments.” FISH (1983: 299)

¹⁵⁸ “He [Dworkin] might be saying that someone who is convinced that Hamlet is not a man of forceful action, but who also thinks that the play would be better if he were, would not be justified in setting aside the play he believes Shakespeare to have written in favor of the play he would have liked him to write. Or,

Fish diz que Dworkin claramente defende a segunda das posturas, pois alguém que defende a primeira delas seria consciente de que as contrições sobre o que um texto significa advêm das crenças dos intérpretes e não do próprio texto. É curioso, pois Dworkin está defendendo exatamente isso, porém, por ele utilizar os termos “alterar” e “explicar”, esse raciocínio não agrada Fish, que passa a compreender de outro modo a defesa de Dworkin. Fish, logo após esse trecho, reafirma que Dworkin defende a segunda postura, tendo em vista que este argumentaria sobre o estado ontológico do texto, alegando que o texto constringe as próprias interpretações. De outro lado, Fish remete a primeira postura a pessoas que estejam simplesmente prescrevendo um comportamento moral aos intérpretes, qual seja: digam o que pensam ser a verdade sobre o texto e não ajam de má-fé oferecendo uma interpretação que não acreditam simplesmente por acharem que esta tornaria o texto melhor.

Essa passagem de Fish é uma dentre as várias que busquei trazer aqui que ilustra claramente o quão Fish e Dworkin estariam concordando se não houvesse um descompasso linguístico entravando o debate, vez que a postura de Dworkin é exatamente a descrita pela segunda postura descrita por Fish. Porém, este reluta em conferi-la a Dworkin.

O curioso, como já dito, é que os autores estão muito perto, mas parecem estar gritando para rumos diferentes sem ter a paciência e a serenidade do silêncio para conseguirem ouvir as palavras e sentimentos vindas do discurso do outro, não buscando perceber como elas foram sentidas e como foram construídas visando atingir determinado propósito. Isso fica, novamente, claro neste trecho:

Isso não significa que a distinção [entre alterar e explicar] não tenha nenhuma força, mas tão somente que a sua força existe dentro das condições interpretativas que conferem a certos objetos e forma uma real, porém construída – e, portanto, mutável –, estabilidade.¹⁵⁹

Vejam que é exatamente esse o ponto de Dworkin, qual seja, os termos “alterar” e “explicar” possuem forçar justamente dentro da nossa prática social interpretativa. O que Dworkin poderia questionar é o sentido da distinção “dentro” e “fora”, alegando não faz sentido pensar em fora, pois sempre estamos dentro – mas isso, como já vimos, é uma má-compreensão de Dworkin sobre o projeto de Fish.

alternatively, he might be saying that given the *Hamlet* Shakespeare *really* wrote, no one could responsibly offer a reading in which the hero was a man of forceful action, and that anyone who did would not be *explaining* the work, but *changing* it.” FISH (1983: 300)

¹⁵⁹ “This does not mean that the distinction [between *changing* and *explaining*] has no force whatsoever, only that its force is felt from *within* interpretive conditions that give certain objects and shapes a real but constructed – and therefore unsettleable – stability.” FISH (1983: 303)

Fish trata neste artigo sobre a discussão em volta de Christie, Milton, Hamlet, “Um conto de Natal”, bem como remete-nos, inclusive, às brigas conjugais (fontes, aliás, frutíferas de problemas linguísticos e interpretativos) e às conhecidas polêmicas judiciais. Mas, de todo modo, a argumentação para se demonstrar que seu projeto seria diferente do projeto de Dworkin é a mesma:

Desse modo, enquanto há, no nível da prática, uma distinção entre continuar a história jurídica e debandar para uma nova direção, ela é uma distinção entre métodos de se justificar argumentos e não entre ações cuja diferença é claramente apartada de qualquer tipo de argumento. A diferença, em suma, é interpretativa e, por ser interpretativa, ela não pode ser usada para estabelecer nada, pois é ela mesma aquilo que está sendo continuamente estabelecido.¹⁶⁰

Aqui, novamente, poderíamos muito bem estar diante de um escrito de Dworkin, com a diferença de que, ao final, Dworkin não tomaria essa postura externa de Fish, pois enquanto Fish, no âmbito externo, diria que a interpretação não pode fixar nem estabelecer nada em termos imutáveis, Dworkin, no âmbito interno, diria que ela pode fixar e estabelecer muitos pontos outrora polêmicos, mesmo que esta fixação e estabelecimento não sejam imutáveis. Novamente, modos diferentes de se olhar para uma questão, mas os discursos ainda são harmônicos.

Avancemos, de qualquer modo, nas críticas de Fish. Uma estratégia utilizada por ele é afirmar que Dworkin está em uma sinuca, em um *beco sem saída* (in a bind). Diz Fish que Dworkin: ou (i) continua com a original e “forte” forma de distinção entre cadeia e não-cadeia, falhando em distinguir significativamente entre atividade judicial e qualquer atividade; ou (ii) ele pode manter essa distinção dentro de uma prática-da-cadeia, perdendo então a sua força prescritiva ou normativa, pois essa distinção passaria a ocorrer de modos contestáveis de auto-descrição ou acusação¹⁶¹. Voltando à nossa velha pergunta: Isso é uma crítica à Dworkin ou uma má-compreensão de Fish? Novamente, parece se tratar de um problema, devido a uma não compreensão do propósito de Dworkin.

O que Fish não compreende é que isso não é um dilema e que Dworkin poderia responder da seguinte forma: “Existe um modo de agir e interpretar que eu considero ‘continuar a corrente’ em vista de uma interpretação minha sobre o que seja a corrente e como ela deveria ser continuada. Assim, feita esta interpretação, eu tomo uma posição e julgo o que é ‘continuar’ ou ‘mudar’ a corrente. Porém, em um sentido maior, qualquer

¹⁶⁰ “Thus, while there is, at the level of practice, a distinction between continuing the legal history and striking out in a new direction, it is a distinction between methods of justifying arguments and not between actions whose difference is perspicuous apart from any argument whatsoever. The difference, in short, is interpretive, and because it is interpretive, it can’t be used to settle anything, for it is itself what is continually being settled.” FISH (1983: 307-308)

¹⁶¹ FISH (1983: 308)

tipo de ação será continuar a corrente no sentido de contribuir para aquela prática, pois essa ação não ficará solta sem espaço sem contexto, pois toda ação é feita no mundo e vai contribuir para a construção dos sentidos.” Deste modo, a distinção continuar a corrente ou não (cadeia/não-cadeia) faz sentido dentro de um sentido interpretativo pensado previamente sobre o que é a cadeia, ou seja, no âmbito interno. Agora, essa distinção não faz, realmente, sentido se eu pensar sob um ponto de vista externo, pois todos os atos estariam fazendo parte de um grande movimento e de uma grande cadeia de fios traçados. Mas, vejam que isso são dois pontos diversos que Fish não consegue captar – e, sinceramente, ele não o capta, pois Dworkin não se esforça tanto para os deixar claros, pois este pensa que usar determinados termos ou raciocínios talvez pode fazer com que ele seja visto como “relativista” – pois, de certo modo, ele se aproximaria mais do discurso de Fish.

Assim, essa distinção é uma prática “dentro-da” prática-da-cadeia. Porém, isso não retira o seu caráter prescritivo ou normativo. Isso retira, sim, esse caráter se, por esse termo, pensarmos que a própria prática, em si mesma, nos daria um dever-ser. Porém, mesmo que a prática não nos dê um dever-ser auto-evidente, isso não nos impede de conferirmos um dever-ser, em vista de um propósito, com base no que nós interpretamos sobre o que a prática seja. Assim, quando Dworkin usa verbos que remetem a dever, como *must*, ele está nos dizendo que ele quer que nós ajamos de determinada forma, tendo em vista a postura interpretativa-política dele no mundo e não porque há algum auto-evidente dever-ser na prática e no mundo “bruto”. Resumindo: percebam que são, pois, discussões apartes, as quais não criam o referido dilema, pois não se tocam nem se minam da maneira como Fish gostaria que ocorresse. Isso seria um dilema, se Dworkin estivesse defendendo o que o Fish pensa que Dworkin defende.

São interessantes essas má-compreensões dos autores, pois Fish fica perplexo por Dworkin não enxergar algumas “falhas óbvias”, bem como Dworkin também acha estranho Fish cometer “erros básicos”. Mas, como dito, isso demonstra somente falhas e erros cometidos pelos próprios autores quando vão se interpretar. Uma das perplexidades de Fish ocorre quando ele diz concordar com Dworkin e, logo em seguida, alega que ele está sendo contraditório. Este trecho resume bem a idéia de Fish, pois ele traz uma citação de Dworkin, e se posiciona diretamente sobre ela:

Aqui está uma formulação particularmente feliz do começo da sua discussão [de Dworkin] sobre a teoria da dependência: “Qualquer crença do intérprete sobre, por exemplo, o gênero e caracterizações de um romance irá refletir uma grande rede de suas crenças estéticas e atitudes... Essas outras crenças irão fornecer, para ele, quaisquer bases que ele tenha para pensar que a sua

interpretação é melhor do que outras. Nenhuma característica de uma interpretação está isenta desta descrição, nem mesmo a questão limiar sobre o que conta como o texto físico – a série canônica de marcas sobre o papel – que identifica a obra a ser interpretada.” Todavia, logo antes dele realizar este pronunciamento, Dworkin declara que a primeira questão que qualquer teoria da interpretação deve responder é como as pessoas fazem as discriminações necessárias para “pensar que uma interpretação... é melhor do que outra”. Mas se uma interpretação é baseada, como Dworkin dirá em seguida, nas crenças do intérprete, então é uma decorrência (ou deveria ser) que o intérprete acredita em sua interpretação.¹⁶²

Vejam que aqui podemos observar muito bem um dos motivos do porquê da má-compreensão que venho tentando ressaltar ao longo desta dissertação. O texto que Fish transcreve de Dworkin e com o qual ele concorda mostra uma argumentação de Dworkin sobre a formação das crenças, as quais representam, como dito, uma grande rede das nossas crenças estéticas e atitudes. E isso, diz Dworkin, é o que nutrirá os motivos pelos quais alguém acha que a sua interpretação é melhor que a de outra pessoa. E isso inclui também algo tão básico quanto a identificação do texto físico como um trabalho a ser interpretado. Aqui, pois, vemos um Dworkin falando sobre a formação das crenças sob o ponto de visto externo, o qual não está preocupado com uma justificção, mas tão somente com um falar sobre as influências e modos de formação de uma interpretação. E, é claro, Fish concorda, pois Fish realiza um movimento tentando ressaltar justamente o aspecto externo.

Contudo, Fish passa a estranhar e não concordar com o que é dito antes e depois dessa passagem de Dworkin, pois este teria sido contraditório ao dizer que a primeira questão que qualquer teoria de interpretação precisa responder é como as pessoas fazem a discriminação necessária para conseguir pensar que uma interpretação é melhor do que a outra. Fish entende que Dworkin acabara de responder essa pergunta quando estava falando sobre a formação das crenças. Ou seja, Fish não percebe que se trata de dois movimentos diferentes.

Quando Dworkin se pergunta por que nós consideramos uma interpretação melhor do que a outra, ele quer saber, agora, sobre os motivos dentro do discurso. Assim, ele não

¹⁶² “Here is a particularly felicitous formulation from the beginning of his [Dworkin] discussing of theory dependence: ‘Any interpreter’s beliefs about, for example, the genre and characterizations of a novel will reflect a great network of his aesthetic beliefs and attitudes.... These other beliefs will furnish, for him, whatever grounds he has for thinking his interpretation better than others. No feature of an interpretation is exempt from this description, not even the threshold question of what counts as the physical text – the canonical set of marks on paper – that identifies the work to be interpreted.’ However, just before he delivers this pronouncement Dworkin declares that the first question any theory of interpretation must answer is how people make the discriminations necessary to ‘think one interpretation... better than another.’ But if an interpretation is grounded, as Dworkin is about to say, in the interpreter’s beliefs, then it goes (or should go) without saying that the interpreter believes in his interpretation.” FISH (1983: 311)

quer saber que “adotamos uma teoria da intenção do autor porque fomos influenciados desde criança a pensar assim a partir de determinada escola de pensamento”, mas, sim, porque essa teoria é melhor do que outra, ou seja, quais os motivos, razões, justificativas que podemos elencar para tanto.

Deste modo, perguntar o *porquê* de acharmos uma interpretação melhor do que outra pode possuir tanto um caráter externo quanto interno. O caráter externo seria algo mais próximo de uma perspectiva sociológica ou psicológica coletiva; enquanto o caráter interno seria a procura de argumentos e raciocínios dentro da prática social analisada (acadêmica, jurídica, filosófica, artística etc.; além das ramificações), debatendo sobre como devemos melhor compreender uma obra de arte e porquê.

Um exemplo breve para ilustrarmos o caráter interno e externo é: Um pai de família compra uma casa e está confiante que este é um dos melhores negócios que um homem pode fazer, pois mostra uma preocupação com o bem-estar da família, a qual precisa de um lar seguro e estável para morar e crescer. Podemos, sob um ponto de vista interno, conversar com esse homem sobre a melhor forma de proporcionar bem-estar, segurança e estabilidade para a sua família, talvez elencando diversas outras atitudes e possibilidades que, a nosso ver, poderiam também satisfazer esses desejos. Podemos, porém, de um ponto de vista externo, pensarmos sobre as condições econômicas e sociais de um sistema neoliberal capitalista que foi capaz de criar a mentalidade da maioria dos homens de família para pensar exatamente o que esse homem pensou, bem como poderíamos revisitar o passado desse pai para descobrirmos o porquê a compra de uma casa é muito importante para ele.

Percebe-se que a diferença entre argumentações está no foco dado ao ponto de vista, bem como o que se deseja atingir, o propósito, desse tipo de interpretação em específico. Isso não quer dizer que a argumentação interna e externa sejam completamente diferentes nem que elas não se tocam ou influenciam, porém quer dizer, sim, que são jogos que são jogados de forma diversa.

Assim sendo, essa citação de Fish, mostra que ele e Dworkin concordam no aspecto externo, bem como outros trechos já transcritos mostram que eles concordam no aspecto interno.

Porém, como dito, eles não se conciliam porque não compreendem bem o projeto do outro. Fish diz: “...apesar de ter posicionado o intérprete em um ‘rede de crenças’, ele [Dworkin] repetidamente o imagina em uma posição fora desta rede, uma posição a partir

da qual ele deve buscar um fundamento independente para aquilo que ele acredita.”¹⁶³ Ou seja, Fish entende tudo como sendo tão somente um só movimento, assim como entende os posicionamentos de Dworkin como se ele estivesse sempre falando sob um ponto de vista externo.

Fish não compreende, como fica explicitado nesse trecho, que Dworkin não pede por um fundamento independente, mas, sim, por fundamentos argumentativos dentro do discurso e da prática. Dworkin quer, pois, que repensemos o modo como entendemos a prática da interpretação e os argumentos que ele possui para tentar nos convencer da necessidade desse outro modo de se enxergar a interpretação não estão para além da interpretação nem estão em um ponto de vista externo, mas, sim, dentro do próprio jogo argumentativo e prática social.

Assim, Fish continua neste seu artigo compreendendo mal o propósito de Dworkin ao pensar que ele está procurando uma justificação para as nossas crenças fora das próprias crenças ou do mundo. A questão é que Dworkin não está procurando pelo que formou a crença, mas, sim, pelos argumentos que conseguem sustentar essa crença e a defender diante do mundo como sendo uma crença melhor do que outra. E, aqui, é claro, “melhor” não significa algo no sentido “absoluto”, “fora do mundo”, “real” ou qualquer adjetivo que queira nos remeter para fora do ambiente da prática social e das justificações. Portanto, a própria idéia do que seja “melhor” também deve ser defendida dentro de um contexto, por meio de argumentos dentro desta prática, dentro de um ambiente, inclusive, no qual se faz necessário pensarmos em termos como “melhor” ou “pior” interpretação ou descrição ou relato ou sentença etc. Devemos, pois, compreender a teoria de Dworkin como uma defesa de um modo de olhar a realidade que ele considera melhor por diversos motivos – político, estético, ético, morais, existenciais etc., sendo que, para Dworkin, todos esses âmbitos estão conectados dentro de uma grande rede, a partir da qual podemos e devemos pensar em um projeto e vida melhor levando tudo em consideração.¹⁶⁴

A questão para Dworkin não é, pois, saber o “porquê” possuímos as nossas crenças do ponto de vista externo (o que pode ser interessante para a psicologia, sociologia, antropologia e outras áreas), mas, sim, o “porquê” possuímos as nossas crenças do ponto de vista interno, ou seja, o fundamento, os raciocínios, as argumentações, os motivos que

¹⁶³ “...despite having embedded the interpreter in a ‘network of beliefs,’ He [Dworkin] repeatedly imagines him in a position outside that network, a position from which he must look for independent support for what he believes.” FISH (1983: 311)

¹⁶⁴ Dworkin se propõe a desenvolver esse projeto multi-integrado dentro do seu livro *Justice for Hedgehogs*, no qual, inclusive, confere atenção para a ética, que é “como viver bem, defendendo um modo de estar no mundo digno de ser vivido”.

elencamos para defender o nosso ponto de vista, considerando-o o melhor dentro de uma existência e mundo social compartilhado com outras opiniões e posicionamentos.

Compreender isso não é desnecessário nem inútil como pensa Fish¹⁶⁵, pois mudar o nosso modo de compreensão é mudar o modo de enxergar o outro. Da mesma forma que uma recharacterização do ponto de vista externo pode alterar o modo como enxergamos as nossas próprias crenças e, portanto, propiciar uma mudança nas próprias crenças (assim como foi, v.g., com o advento da psicanálise e a nossa maior atenção para o nosso inconsciente); uma recharacterização do ponto de vista interno também pode alterar o modo como enxergamos as nossas próprias crenças e, por consequente, propiciar mudanças nas próprias crenças e no modo de defendê-las. A percepção de que, v.g., estar dentro de uma corrente intencionalista é não somente estar descrevendo “literalmente” a mente de um autor ou estar “descrevendo o livro sem subjetivismos” ou “entendendo a obra como ela é”, mas, sim, é estar assumindo um projeto e uma perspectiva que se arroga a melhor para a interpretação e que, portanto, necessita de uma justificação que pretenda nos convencer sobre o porquê o seu projeto é melhor do outros, é algo que contribui muito para a abertura tanto para novas posturas interpretativas quanto para uma necessidade maior de assumir um projeto de teoria da arte e da interpretação que outrora não estava sendo assumido.

Trata-se, pois, de um projeto de perceber o modo como nos narrávamos até então e modificar esse narrar-se para tornar o debate mais produtivo, inclusive afastando algumas questões “impertinentes” postas por relativistas sobre a verdade absoluta, realidade ou objetividade.

Fish, todavia, não se conforma com aquilo que ele entende ser o projeto de Dworkin e continua o criticando, afirmando que há várias questões postuladas por ele que simplesmente não são pertinentes para este debate, apesar de Dworkin considerar relevantes: “Como nós decidimos que uma interpretação ou argumento para uma interpretação é melhor do que outro?”, “Como as pessoas que acreditam que uma interpretação pode ser melhor do que outra realizam as discriminações necessárias para sustentar essa crença de segunda-ordem?”, “O que um intérprete precisa acreditar para acreditar na sua própria interpretação?”, “O que um intérprete precisa acreditar para acreditar que a sua interpretação destas regras é melhor que interpretações alternativas?”, “Como pode um intérprete acreditar que a sua interpretação é superior a outras?” etc.¹⁶⁶ Para Fish, essas são perguntas que não precisam ser respondidas, sendo que Dworkin as

¹⁶⁵ FISH (1983: 312)

¹⁶⁶ FISH (1983: 312)

considera importantes por parte da estranha premissa de que alguém pode acreditar em uma interpretação e não estar convencido dela. Porém, como já vimos, não é este o propósito de Dworkin com essas perguntas e Fish, novamente, erra o alvo, não compreendendo bem Dworkin, o qual está preocupado em explicitar motivos pelos quais agimos como agimos, buscando trazer respostas que compreendam coerentemente a prática.

Há, contudo, questões pertinentes em geral, mas que Fish não responde para este debate específico com Dworkin, quais sejam: “Como crenças sobre o que é certo e errado mudam? Como as crenças são adquiridas? Qual é a relação entre crença e o mundo? Como disputas entre debatedores são julgadas?”¹⁶⁷ Para Fish, como dito, tais questões não seriam úteis ao debate travado com Dworkin, porém, ele as considera importantes, tendo tratado delas especialmente em seu livro *Is there a text in this class?*.

Percebam, curiosamente, que algumas dessas perguntas podem ser compreendidas do ponto de vista externo e interno. Vejamos: “Como as crenças sobre o que é certo e errado mudam?” Pode-se tentar responder externamente recorrendo-se a mudança de paradigmas nas comunidades acadêmicas, a qual influencia o modo como entendemos o debate e, portanto, muda as nossas crenças sobre o que é certo e errado, ou seja, a moralidade e a interpretação muda porque a sociedade muda as suas crenças e isso afeta diretamente os indivíduos. Ou, poder-se-ia tentar uma resposta interna ao se afirmar que as mudanças ocorrem porque as pessoas acreditam que um argumento é melhor do que outro e sempre pode surgir um argumento mais coerente e mais justificador do todo da história institucional até então, o qual forneça uma melhor resposta, vez que mais integradora do que outras apresentadas até então.

O interessante neste ponto é percebermos que algumas perguntas podem ser enxergadas sob uma perspectiva interna e externa, a depender de como as escutamos. Outrossim, passamos a perceber que, por vezes, a própria divisão entre interno e externo se torna difícil, vez que ao compreendermos realmente essa divisão percebemos que a re-caracterização do interno pode afetar o externo e vice-versa. E esta re-caracterização em boa parte parece-me ser o projeto de Dworkin, pois re-caracterizar é fornecer uma nova visão interpretativa, a qual afetará diretamente no modo como interpretamos no dia-a-dia.

Fish passa, pois, para a questão final da intenção. Aqui há, novamente, um descompasso. Fish diz que a sua tese é epistemológica, aliás, uma necessidade

¹⁶⁷ FISH (1983: 313)

epistemológica, vez que, inevitavelmente, quando alguém estabelece uma interpretação, tal pessoa estará concomitantemente designando uma intenção. De outra parte, Fish acredita que Dworkin pensa em outros termos, ou seja, que especificar uma intenção e interpretar são atos diferentes.¹⁶⁸ Novamente, podemos perguntar se essa análise está certa e eles realmente discordam ou se se trata de meramente uma má-compreensão. A segunda hipótese parece ser, mais uma vez, a melhor descrição: trata-se, pois, de outra má-compreensão. Dworkin afirma praticamente o mesmo que Fish, quando pensa que todo ato humano no mundo possui uma intenção, pelo motivo óbvio de existir um agente por detrás das ações. Porém, o que Dworkin simplesmente está destacando, para além desta constatação, é que existe uma intenção, digamos, mais consciente e há outra intenção ou, melhor, um pensamento para além da intenção. A idéia de Dworkin é que não focalizemos na intenção do autor *stricto sensu* (a qual, inclusive, pode ser muito confusa e difícil de agarrar, como já expomos aqui), mas, sim, no que na intenção da obra, por assim dizer, ou seja, na melhor interpretação possível da obra como um todo. Desta forma, Dworkin somente está nos dizendo que o foco não é na intenção, no que o autor enxerga na sua própria obra, mas, sim, na própria obra. É claro a obra não poderia ser feita sem intenção, gritaria Dworkin, mas isso não quer dizer que devemos focalizar nesse aspecto.

No mais, é claro, diz Dworkin, que poderíamos dizer que a nossa interpretação ainda é sobre a intenção, não do autor em específico, mas de um autor imaginário¹⁶⁹ ou da obra, como já vimos, porém, isso poderia causar uma confusão terminológica desnecessária e confusa em termos metodológicos sobre o que estamos fazendo e como interpretamos o nosso ato de interpretar. E é justamente tal confusão que surge quando Fish tenta explicar¹⁷⁰ todo esse processo opondo uma intenção em relação a outra.

E, em seguida, Fish escreve algo que explicitamente o coloca ao lado de uma mesma conclusão de Dworkin sobre esse tema: "...autores, como todo mundo, devem construir a intenção mesmo quando é 'a sua própria'. Isso também indica que as suas construções podem ser disputadas e que nesta ocasião eles podem ser convencidos de que a intenção deles não era aquilo que eles assumiram que ela fosse".¹⁷¹ Este é um modo de narrar a interpretação em termos que Dworkin chamaria de confuso, mas, apesar disso, concordaria, como também já vimos.

¹⁶⁸ FISH (1983: 313-314)

¹⁶⁹ DWORKIN in MITCHELL (1983: 309)

¹⁷⁰ FISH (1983: 314-315)

¹⁷¹ "...author, like anyone else, must construe intention even when it is 'their own.' It also indicates that their construing can be disputed and that on occasion they can be persuaded that their intention was not what they had assumed it to be". FISH (1983: 315)

Após esse artigo resposta de Fish, Dworkin não escreve outro artigo diretamente contra Fish, porém, faz rápidas menções no livro *O Império do Direito* (Law's Empire), no qual, todavia, não desenvolve mais os argumentos do que já o fizera neste grande debate específico com Fish. Vejamos a seguir.

2.6. Ainda errado após todos esses anos?

Em um artigo intitulado *Ainda errado após todos esses anos* (Still Wrong after all these years), 1989, Fish decide comentar o livro “O Império do Direito”, 1986, sob o aspecto da discussão que travaram até então ao longo dos anos por meio de artigos.

Dworkin cita, diretamente, duas vezes Fish neste livro. Primeiro, para rememorar os debates que travou com o crítico envolta da dicotomia interpretar/inventar e todas as questões relacionadas a essa problemática¹⁷². Segundo, no intuito de remeter a toda troca de artigos entre ambos e caracterizar Fish como um crítico contrário à ideia de uma interpretação poder ser melhor do que outra.¹⁷³

Os outros assuntos deste central livro de Dworkin, correlatos à discussão entre ambos, não desenvolvem argumentos novos, nem trazem novas defesas ao ponto de vista já extensamente trabalhado nos artigos passados e já analisados nesta dissertação – inclusive pelo fato deste livro ser um esforço bem realizado de Dworkin para tratar temas, que outrora vinha desenvolvendo em artigos e palestras, de um modo organicamente costurado em uma só obra; propósito isso que se repetirá em seu último livro *Justiça para Ouriços* (Justice for Hedgehogs).

Poderíamos destacar, neste livro, o enfoque dado ao direito como integridade, aos convencionalistas e pragmatistas, aos céticos internos e externos, ao juiz Hércules e as aos positivistas, bem como a temas afins. Porém, essas problemáticas específicas escapam do âmbito de análise desta dissertação e tratar-se-ia de uma fuga desviante de nosso foco principal, caso decidíssemos nos debruçar sobre elas. Tanto é assim que Fish, em sua renovada gana de crítica presente no artigo “Ainda errado após todos esses anos”, também reitera os seus argumentos, adaptando-os no que é necessário para as novas roupagens a velhos problemas trazidos por Dworkin, escolhendo, inclusive, um título debochador para criticar Dworkin.

¹⁷² DWORKIN (1986: 66)

¹⁷³ DWORKIN (1986: 77)

No entanto, ainda há alguns pequenos pontos que merecem atenções, pois esclareceram ainda mais a postura que venho defendendo nesta dissertação, sobre a má-compreensão entre ambos e não propriamente uma discordância. Vamos a eles.

2.6.1. Aparando arestas

As discussões envolta do direito como integridade possuem os mesmos argumentos das discussões sobre a empreitada do romance em cadeia ou sobre a dimensão da adequação e propósito da prática analisada; bem como as discussões sobre convencionalismo e pragmatismo reputam, respectivamente, ao objetivismo e subjetivismo. Deste modo, Fish continua a sua crítica reiterando que Dworkin descreve tão somente o que os convencionalistas e os pragmatistas pensam estar fazendo, ou seja, Dworkin descreve a teoria deles e, depois, nos oferece o direito como integridade para escaparmos destes problemas. Porém, Fish pensa que esse é um esforço inútil – como já explicitou nos outros artigos quando tratava sobre os objetivistas, subjetivistas, relativistas e céticos – pois uma posição é tentar auto-descrever a sua ação no mundo e outra posição é, de fato, agir do modo descrito. E, para Fish, como o projeto destes grupos são não somente criticáveis, mas impossíveis, não há com o que se preocupar.

Deste modo, Fish reputa a Dworkin o seguinte erro: “...o erro de assumir uma relação direta e causal entre a opinião de alguém sobre a sua própria prática e a forma real desta prática.”¹⁷⁴. Aqui parece, sim, existir uma discordância entre Fish e Dworkin. Trata-se de uma discordância originada de uma má-compreensão, mas, ainda sim, uma discordância. Pois, como ressalta Fish, não se pode negar a postura interpretativa dentro das nossas práticas e as constrições existentes. Porém, isso não significa que seria impossível ser membro de um dos grupos mencionados. E isso é possível, pois estamos a falar sobre uma prática interna e não externa, como Fish entende. Ou seja, a fala deles pretende afetar também internamente, o modo como a nossa prática ocorre. Nós agimos diferentemente conforme compreendemos também diferentemente as nossas próprias ações, conforme nos narramos. Assim, quando se fala sobre os convencionalistas ou pragmatistas, não se discute o que os motiva ou influencia ou o que pode ter formado o seu

¹⁷⁴ Vejam a citação completa: “...the mistake of assuming a direct and causal relationship between one’s account of one’s practice and the actual shape of that practice. The mere fact that a lawyer or a judge *says* that he is doing something impossible (acting freely and in disregard of the past) doesn’t make him capable of doing it. One can be a ‘self-conscious’ pragmatist only in the sense that one can sincerely believe oneself to be acting on pragmatist principles (or, from Dworkin’s perspective, nonprinciples), but self-conscious pragmatist action, as opposed to the philosophical action of thinking of oneself as a pragmatist, is not an available option, and therefore there is no need to counsel against it” FISH (2007: 361)

juízo – estando este, é claro, imbricado com a história, como Fish defende. Igualmente, não se critica somente a postura deles sobre o âmbito externo, críticas harmônicas entre Fish e Dworkin, mas, sim, os seus discursos sobre como eles se auto-narram, como eles descrevem a sua própria ação e modo de interpretar para o mundo, o que afeta diretamente a prática, pois se trata de diretrizes para ações dentro da prática. É, pois, neste âmbito que podemos mais claramente cobrar e exigir comportamentos e responsabilidades dos outros, principalmente em um âmbito público e, portanto, moral-político.

Então, vejamos: a re-caracterização que Dworkin defende não implica, automaticamente, uma mudança de atitude, de ação e de modo-de-ser-no-mundo, mas, ao menos (e isso já é uma grande conquista), passaremos a discutir de outro modo, pois compreenderemos a discussão de forma diverso – e, ao agimos assim, iremos gradativamente modificando a prática como um todo.

Deste modo, por exemplo, um convencionalista que outrora pensava ser epistemologicamente possível uma posição não-interpretativista (nos termos de Fish e Dworkin), por acreditar que conseguia interpretar as instituições bem como a legislação com relativa facilidade, agora compreenderá que mesmo as interpretações “literais” ou “claras e óbvias” estão imbricadas com a linguagem e que isso tudo é indissociável de um projeto político maior. Todavia, mesmo após isso, ele pode pensar: “Ok, compreendo e concordo com tudo isso. Mas eu simplesmente não me importo com tudo isso, com esse pensar político, nem com o aumento da tomada de responsabilidade política ou moral. Agora, compreendo, inclusive, que essa minha não-tomada-de-posição é, inclusive, uma tomada de posição inevitavelmente política, moral, estética, ética etc. dentro do mundo. Porém, ainda a sustento, pois dou valor a outras diretrizes e não pretende despender maiores energias minhas com tais empreitadas.” Vejam que esse tipo de fala seria muito direta e sincera de uma pessoa nessa posição e vejam também que ela não necessariamente, por concordar epistemologicamente, teve que concordar eticamente e politicamente com o projeto de Dworkin ou com qualquer outro que não seja aquele que ela pensou ser mais interessante para ela.

“E, então, o que isso tudo isso muda”, alguém poderia perguntar? E continuar indagando: “por que estamos discutindo sobre tais questões, se nada, na prática, irá ser diferente? Não voltamos à estaca zero? Não estaria, portanto, Dworkin já falando o que todos nós já fazemos ou simplesmente dando um colorido a mais para o que nós já estamos

fazendo?” Fish responde afirmativamente algumas dessas perguntas críticas¹⁷⁵. Porém, não compreendo o que se passa desta forma. Não se trata de um mero “colorido a mais” ou uma “descrição interessante, porém inútil na mudança da prática”, como venho tentando mostrar, pois redefinir o modo como enxergamos o debate é redefinir o próprio modo como o debate ocorre e, portanto, alterar as nossas práticas sociais e argumentações. E, espero, que isso tenha ficado um pouco mais claro com o exemplo que eu trouxe acima, do “convencionalista sincero”. Vejam que, após a fala dele, o debate passa para outro nível. É claro que dificilmente alguém tomaria uma posição tão aberta quanto esse convencionalista, pois ele seria, no mínimo, criticado político e moralmente pela sua postura de descaso, além de poder ser criticado quanto à sua coerência. E é justamente isso que Dworkin espera. Conforme formos aceitando e tornando mais evidente as nossas próprias posições e posturas diante do mundo, nós estaremos tomando maiores responsabilidades na medida em que nos abriremos para um campo de discussão mais político e, no fundo, moral, o que fará com que a sociedade melhore em seu todo, pois estaremos mais expostos às críticas ao invés de nos esconder por detrás de teorias não-interpretativas.

Deste modo, não se trata, como deseja Fish, de uma descrição ou projeto que supõe ser possível agir a parte de uma história institucional, de uma comunidade interpretativa ou de princípios.¹⁷⁶ Se trata, pois, de nos posicionarmos sobre quais princípios e quais rumos acreditamos ser os melhores a serem trilhados em vista de nossa visão sobre a história e sobre o que julgamos ser mais correto em vista dos valores que nós consideramos como sendo corretos. Isso, todavia, não pode gerar um individualismo nem egoísmo de tentar defender os próprios valores e interesses, em um sentido restrito e pejorativo. Mas, em valores que se consideram mais dignos para todos e que respeitem o direito de todos de possuírem os próprios valores em seu âmago de realização existencial de sua vida no mundo.

O irônico é que Fish percebe isso ao dizer: “O conflito, então, nunca é entre preferência e princípio, mas entre preferências que representam diferentes princípios...”¹⁷⁷ Todavia, ele não percebe que Dworkin está justamente entrando neste jogo e tentando nos convencer a adotar outras preferências, as quais representam diferentes princípios, os quais são interpretados e defendidos pela ideia do Direito como integridade.

¹⁷⁵ FISH (2007: 357)

¹⁷⁶ FISH (1989: 363-364)

¹⁷⁷ “The conflict, then, is never between preference and principle, but between preferences that represent different principles...” FISH (1989: 367)

Mais curioso do que esse quase encontro de ambos, é o elogio de Fish à descrição que Dworkin realiza entre ceticismo interno e externo, a qual já fora feita por Dworkin, mas com outra roupagem, nos artigos que estamos discutindo aqui. Afirma Fish:

O ponto de Dworkin [diferença entre ceticismo interno e externo e críticas contra eles] não é novo, mas nunca é demais repeti-lo. Infelizmente, é também um ponto que enfraquece o seu próprio projeto no exato molde que eu delineei aqui. A desnecessidade do “ceticismo externo” é precisamente a desnecessidade do “Direito como integridade”.¹⁷⁸

Vejam, portanto, que, se analisarmos bem, Fish concorda com Dworkin, porém, por interpretar o projeto deste como uma postura externa, em vez de uma atitude interna dentro da prática, tacha-o de incoerente e padecendo dos mesmos erros que acusa o ceticismo externo. E, de outro lado, Dworkin continuou a caracterizar Fish como um relativista, por tentar enquadrar o projeto deste dentro de uma postura interna, ainda em seu último livro “Justiça para Ouriços”¹⁷⁹.

¹⁷⁸ “Dworkin’s point [difference between internal and external skepticism and critics against them] is not new, but it is one that cannot be made too often. Unfortunately, it is also one that undercuts his own project in exactly the ways I have here outlined. The superfluousness of ‘external skepticism’ is precisely the superfluousness of ‘law as integrity’.” FISH (1989: 371)

¹⁷⁹ DWORKIN (2011: 145-146)

3. ESTAR NO MUNDO É INTERPRETAR

As perguntas “O que é o Direito? Como se interpreta o Direito? Como deve ser o Direito?” são três grandes perguntas presentes desde as primeiras indagações de um estudante de direito, seja em aulas expositivas, em seminários ou em debates extra-classe – perguntas cujo peso recorrente costuma possuir um caráter especial aos neófitos alunos da disciplina IED (Introdução ao Estudo do Direito). Estas indagações começam desde os primeiros momentos, porém, acompanham os juristas e estudiosos do Direito, seja durante as suas práticas, seja durante as suas pesquisas.

Na maioria das aulas, dos mais diversos ramos do direito, ou em algumas conversas entre juristas é comum se escutar diferentes respostas a esses problemas – nem sempre enunciados de maneira direta – e, ao final, costumam-se fazer ressalvas tais como: “estas perguntas não possuem respostas”, “o tema é muito complexo e polêmico”, “nunca findaremos estas discussões, pois o tema é escorregadio” etc.

Posso apreender da frase “estas perguntas não possuem respostas” a ideia de que não é possível uma resposta tendo em vista que não há um meta-critério fixo, sólido, neutro, absoluto, que consiga abarcar nem fundamentar de maneira inabalável quaisquer tentativas de resposta. De outra parte, posso apreender sobre essa mesma frase que não há respostas, pois estas perguntas não são boas perguntas e já induzem o interlocutor a debates infrutíferos e enviesados, aos quais nos levam para caminhos sem saídas e não interessantes. Posso ainda apreender, por outro caminho, que essas perguntas não possuem uma resposta melhor do que outra, entendendo que há várias respostas possíveis e, bastando que sejam internamente coerentes, todas são válidas e defensáveis. E assim poderíamos elencar inúmeras outras possíveis maneiras de se compreender e defender a frase “estas perguntas não possuem respostas”. E, portanto, inúmeras possibilidades de se encarar ou não as três perguntas trazidas.

É possível descrever o que é o Direito? Ou sempre estaremos atrasados, um passo atrás; ou adiantados, um passo a frente, por não podermos fugir da temível e subjetiva Interpretação? Ou será que estamos condenados à Prescrição, inescapavelmente afirmando o que o Direito deve ser? Ou será, por fim, que tudo não se trata de uma grande má compreensão? Um “problema de Linguagem”, como se diz?

3.1. Como o debate Dworkin-Fish nos afeta? O que muda?

Há uma intensa e antiga discussão sobre essas questões, a qual envolve específicas controvérsias. O propósito desta dissertação não foi tentar abarcar todos os problemas, mas, sim, contribuir para essa discussão se tornar cada vez mais auto-consciente. O debate entre Fish e Dworkin nos permite, portanto, visualizar que tais três perguntas são a mesma pergunta sob o ponto de vista externo, qual seja: “Como o Direito ocorre no mundo?” Ou, melhor, “como vai sendo o fenômeno do Direito?”.

Compreendermos que tanto o autor quanto o crítico realiza uma interpretação da obra e compreendermos que toda postura diante do texto exige uma postura interpretativa é assumir que uma dicotomia entre “ser” e “dever-ser” não faz sentido sob o ponto de vista externo. A minha fala sobre “o que o Direito é” está indissociável de uma postura normativa minha que diz “o Direito deve ser interpretado dessa maneira”. De outro lado, quando falo sobre “como deve ser o Direito” estou falando o que ele é e como eu acredito que ele deva ser. Ou seja, cruamente, podemos dizer que sempre possuímos uma postura de dever-ser, âmbito interno *lato sensu*, dentro da qual faremos diferenciações sobre o que algo é e do que algo deve ser, âmbito interno *stricto sensu* ou externo *stricto sensu*, respectivamente.¹⁸⁰

Por exemplo, diante de uma discussão constitucional sobre a união e o casamento homoafetivo, mencionada no começo desta dissertação, perguntas sobre “o que o Direito é” e “o que Direito deve-ser” irão aparecer. No entanto, o modo como olhamos para elas, se tivermos em mente o exposto nesta dissertação, será diferente, pois saberemos que o próprio afirmar “o que o Direito é” também é uma postura interpretativa e, portanto, construída e, portanto, normativa, devendo se justificar da melhor forma essa posição.

Argumentos simples e/ou superficiais como “(não) está escrito na Constituição” ou “(não) está previsto no Código Civil” serão vistos com olhos mais cautelosos e desconfiados, pois não existe argumento solto, não trabalhado, não existe autoridade do texto, nem existe, pois, uma “leitura literal e evidente”. Não estou, aqui, defendendo um ou outro lado, mas, sim, trazendo à tona que compreendermos a nossa postura interpretativa no mundo é compreendermos que determinamos modos de argumentos não mais bastarão dentro de uma prática auto-consciente sobre o que a empreitada da interpretação realmente significa e envolve, ou seja, uma postura moral e política no mundo – neste caso, especialmente. É uma renovada compreensão do que significar “estar no mundo”.

¹⁸⁰ Vide nota 88 que se inicia com “Esta é uma importante nota de rodapé...”

“O que é o Direito? Como se interpreta o Direito? Como deve ser o Direito?”. Estas três perguntas são boas perguntas? O que se esconde por detrás delas? O que essa dissertação intentou proporcionar, após a análise deste debate, foi não somente novas respostas para as três primeiras perguntas, mas uma mudança no modo de encará-las e, quiçá, de formulá-las.

O percurso para tentar provocar tal modificação passou por temas como descrição e prescrição, interpretar e inventar, objetividade-verdade e subjetivismo-arbitrariedade-liberdade, intenção do autor e da obra, casos fáceis e difíceis, moralidade, crenças e opiniões sobre o mundo, âmbito interno e externo, bem como tantos outros.

Podemos compreender, após o debate, que não há casos fáceis e difíceis de forma absoluta, mas tão somente contextos de interpretação, nos quais determinadas questões estão sendo resolvidas mais facilmente do que outras, porém tudo isso pode ser alterado – seja por uma interpretação diferente, seja por uma mudança lenta e gradual, seja por algum caso emblemático impactante na mídia etc.

Igualmente, não é possível debandarmos em uma decisão completamente própria e estranha, pois essa atitude nem sequer seria compreendida como um debandar, como uma nova guinada de jurisprudência. De qualquer modo, isso não quer dizer que não possamos incentivar determinadas decisões e tentar pedir uma maior responsabilidade tanto à história institucional quanto ao efeito de nossas ações no valor e no propósito conferido às práticas das quais participamos – e, em especial, ao Direito.

Há, portanto, dois raciocínios sendo realizados aqui: (i) ser compreendido dentro da prática; (ii) não somente ser compreendido e estar agindo dentro da prática, mas, também, respeitar a prática, agindo moral e politicamente.

Para debandar ou modificar um paradigma é necessário compreender o paradigma e nos posicionarmos diante dele. A própria ruptura pressupõe o reconhecimento de uma prática anterior com a qual se rompe, além de meios comunicativos que consigam compreender a ruptura como uma ruptura e não como um ato de loucura e não pertinente àquele tipo de prática. Assim, se um juiz decidisse gritar a sua sentença, bater o martelo e der três pulinhos visando homologar a sua decisão, independentemente de qualquer fundamentação, isso seria simplesmente estranho ao Direito e não propriamente uma mudança de paradigma – a não ser que, e aqui está toda a beleza da interpretação e dos atos no mundo, houvesse algum contexto específico para que tal atitude fosse compreendida como uma mudança de paradigma.

De todo modo, a questão não se finda aqui, pois, mesmo que um ato seja bem compreendido e aceito como parte da história institucional, isso não significa que esse ato realmente pertença a essa história institucional ou que respeite o propósito da prática em questão. Paremos e perguntemos: “e o que significa isto que acabou de ser dito?” Significa que, em vista do modo como eu enxergo o que uma prática é, eu interpreto esse ato como não coerente com a prática e, portanto, não caminhando na diretriz ora traçada, diretriz essa que eu considero valiosa e que não precisa ser modificada. Todavia, essa minha opinião irá impedir esse ato de tornar parte da história desta prática? É claro que não. Ele foi realizado e incorporado à prática, afetando-a inevitavelmente em seu modo de ser, pois todos os atos no mundo afetam o mundo. Além do mais, outro intérprete pode entender que esse ato respeitou, sim, a história institucional e realizou uma adequada continuação dela. E o que significa a minha postura e a deste intérprete? Ambas são posicionamentos que pretendem afetar o modo como a prática encara determinados atos e se modifica por causa deles. Assim, as interpretações são, elas próprias, discursos que são também atos no mundo, vez que afetam o modo como o mundo é na medida em que o re-valorizam e re-caracterizam-no. A dimensão desta influência e modificação no mundo, todavia, só será conhecida, em toda sua extensão, posteriormente pela história.

Essa problemática entorno da ideia de “debandar” ou “seguir uma direção própria” pode ser percebida também entorno dos verbos inventar e alterar/modificar. Aprendemos que tais verbos não podem ser utilizados em um sentido forte, pois: (i) sempre se fala sobre algo, um objeto analisado, sendo que não há propriamente uma “invenção do zero” ou “*ab ovo*”; (ii) o uso destes verbos pressuporia que há algum tipo de entidade subjacente ao texto independente de interpretação, a qual seria modificada/alterada por meio da intervenção do intérprete. Ou seja, não é possível inventar ou alterar/modificar, pois tanto não existe um objeto para além da interpretação quanto não existe um ato que não seja uma invenção ou modificação/alteração no sentido deste ato constituir e construir o objeto de análise.

Depreende-se disso que os verbos inventar e alterar/modificar não podem ser aplicados em um âmbito externo; todavia, dentro da prática, eles são, sim, possíveis desde que se entenda que tais termos são utilizados para descaracterizar e refutar propostas interpretativas contra as quais não concordamos, em vista de elas não estarem atentas para uma responsabilidade perante o passado, a história institucional, e perante o significado do objeto analisado – e, é claro, o que entendemos por uma atitude interpretativa responsável ou, enfim, como a melhor interpretação também irá depender de uma teoria normativa

nossa sobre interpretação. Assim, quando digo que outra interpretação está “inventando” ou “alterando/modificando” um texto, estou também dizendo que há uma interpretação ou, ao menos, outro método interpretativo que leva em conta tal texto em um modo que essa interpretação criticada não levou – e, por óbvio, isso implica eu considerar esse modo de olhar para o texto relevante, sendo que estou descaracterizando outras propostas como se elas não estivessem propriamente falando do texto e, portanto, “inventando” ou “modificando/alterando”. Tais termos, pois, assim como toda a nossa linguagem, são um recursos linguísticos, neste caso utilizado para representar um sentimento contrário diante da proposta interpretativa de outro.

A compreensão, pois, de que não se podem utilizar tais termos em um sentido forte, ou seja, no âmbito externo, é também a compreensão de que não existe uma objetividade ou realidade ou discursos em patamares mais privilegiados dentro da prática interna. E essas elucidações que foram sendo aprendidas ao longo desta dissertação ajudam a perceber o porquê da má-compreensão entre pessoas que discutem em geral e, em específico, entre Dworkin e Fish.

3.2. O Dworkin fisheano e o Fish dworkineano

Poderíamos dizer que Fish é um romancista, nos termos de Dworkin, e que Dworkin é alguém que formula várias críticas dentro dos raciocínios de Fish.

Vejamos, portanto, como, curiosamente, toda a discussão entre ambos os autores pode ser explicada por meios fisheanos e dworkineanos; também sendo possível pensar o porquê esses modos de enxergar as coisas dificultaram a compreensão do outro.

Por meios fisheanos podemos compreender que tanto Dworkin quanto Fish estão enxergando aquilo que estruturalmente afetou o modo deles enxergarem determinados termos e raciocínios. Assim, boa parte da confusão entre os dois autores se dá por uma falta de sensibilidade de escutar o outro fora de determinadas estruturas, fora de determinadas comunidades interpretativas. E, obviamente, se ambos possuísem essa sensibilidade e se entendessem, isso quer dizer que estruturalmente ambos já a possuíam – ou, ao menos, que foram construindo e desenvolvendo essa própria sensibilidade. Ou seja, ambos estão tentando sensibilizar o outro para um modo de enxergar e modo de discursar sobre a realidade justamente por não estarem na mesma sintonia, pois, se já estivessem, eles estariam dentro do mesmo jogo e falando a mesma linguagem.

De outro lado, dworkineanamente podemos enxergar esse descompasso entre os autores como um conflito de interpretações que melhor descreve o debate. Assim,

enquanto Dworkin pensa estar descrevendo o debate da melhor forma por meio da sua negação deste elemento "de fora", Fish pensa estar descrevendo melhor o debate ao realizar esse movimento cambiável "de fora" e "de dentro", mas ainda sem sair de dentro da linguagem e do jogo interpretativo. Novamente aqui, porém, falta sensibilidade para a compreensão da interpretação do outro. Uma ação é compreender o que o outro diz e se posicionar política e existencialmente na defesa de seu ponto de vista como uma postura de ação pretendendo afetar o mundo. Outra ação é pensar que o seu modo de compreender é melhor tão somente se baseado em elementos racionais, de coerência e de integridade. É bom notar que não estou criticando Dworkin por considerar a sua postura mais interessante do que a de Fish, mas, sim, por instar Dworkin a assumir, mais explicitamente, que a sua postura é uma postura existencial no mundo em vista dos seus valores, a qual pode ser mais interessante do que outras por diversos critérios, sendo, porém, necessário assumir que esses critérios também são valorados como melhor em vista de uma postura também normativa sobre o que é melhor no mundo. Contudo isto não fica tão evidente, apesar de Dworkin frequentemente assumir a sua posição interpretativa no mundo.¹⁸¹

Deste modo, tanto Dworkin quanto Fish parecem ir mal das pernas. Porém, Dworkin talvez até mais do que Fish neste aspecto, pois parece assumir menos explicitamente esse caráter existencial e contingente das discussões – ele tenta discorrer melhor sobre isso no *Justice for Hedgehogs*, mas essa tentativa acaba por ser um pouco tímida.

Os argumentos trazidos por Fish e pelos céticos em grande parte criticam Dworkin por ele não os caracterizar bem ou por ele distorcer os argumentos. Todavia, há de se compreender aqui qual é a intenção de Dworkin, que talvez poderia ter sido mais meta-linguisticamente explícito. Ele não pretende descrever como Fish entende o seu próprio projeto. Isso Fish já faz em seus vários artigos e faz melhor do que Dworkin em vários casos. A proposta de Dworkin é diferente: tentar interpretar aquilo que Fish faz, reconstruindo os argumentos dele sob outro olhar. Assim, Dworkin não sustenta que Fish conscientemente e auto-reflexivamente concordaria com o modo como ele, Dworkin, o descreve.

¹⁸¹ Aliás, boa parte dos críticos de Dworkin, especificamente no debate contra os céticos (vide os últimos artigos-respostas céticos contra o livro *Justice for Hedgehogs*), reclamam de uma postura que não compreende o adversário, tentando ressaltar as incoerências nos raciocínios. Porém, a questão é que os adversários de Dworkin podem muito bem ser coerentes e Dworkin não consegue derrubar todos com essa estratégia, conquanto eficaz para vários casos. A crítica de Dworkin, portanto, não pode ser somente em termos de coerência ou de sustentação das posição sob o ponto de vista argumentativo. As críticas dele tem que partir também sob um ponto de vista existencial para possuíram uma real força – tratarei sobre isso a seguir.

O que Dworkin faz, então, é uma reconstrução dos argumentos céticos a partir da sua ótica dworkiniana, a qual, como um ouriço que é, enxergará valores e defesa de valores por detrás das mais diversas manifestações humanas. Dworkin intenta, pois, descrever o que Fish e os céticos fazem sem saber que fazem.

Se descrevêssemos o projeto de Dworkin como uma reconstrução assumida do que os céticos, Fish dentre eles, fazem, creio que aproveitaremos mais as suas contribuições ao invés de nos perdermos em discussões sobre se Dworkin descaracteriza, ou não, compreende, ou não, o que os céticos pretendem construir; pois, neste momento, surgirá a diferença entre o que uma pessoa pensa que faz e o que ela realmente faz; ou melhor, o que uma pessoa faz e o que eu entendo que ela faz e quais as consequências deste seu fazer.

Os argumentos céticos são incoerentes? Sim, desde que se parta de pressupostos diferentes, qual seja o de Dworkin. Os argumentos dos céticos são internamente incoerentes? Alguns são e podem ser criticados mesmo internamente, mas outros não são, vez que há maneiras diversas e sofisticadas de ser um cético e ainda se manter coerente internamente, como é o caso de Fish, o qual não se designa como cético, apesar de assim ser denominado por Dworkin.

O que gostaria de frisar é que, em tese, ainda é possível, sim, se manter coerente e “cético”, como Fish faz. Alguns poderiam dizer que, para tanto, foi necessário descaracterizar tanto o ceticismo que nem se trata mais de um cético. Porém, isso é outra questão que pode ser discutida em outro momento, sendo importante agora que se compreenda a postura de Fish, que concorda com Dworkin e ainda mantém uma boa defesa de uma postura externa – e isso é compatível e harmônico, a meu ver, como venho defendendo nesta dissertação, pois se trata de dois jogos diferentes¹⁸².

Não é, pois, um defeito olhar para o outro com os nossos olhos. Temos, sim, que buscar entender o outro e, por empatia, compreendermos como ele está tocado e influenciado pelo seu próprio pensamento, como ele mesmo se enxerga e se coloca no mundo. Porém, em certo sentido, a maioria das críticas sempre são externas e não internas, ou seja, as críticas frequentemente partem de outros modos de ver o mundo e não de incoerências internas de nosso adversário.

Se alguém é inteligente o bastante e possui vontade o suficiente, ele provavelmente consegue conferir uma boa coerência interna aos seus pensamentos – lembremos de Kelsen

¹⁸² Dworkin não concorda com essa resolução dos “diferentes tipos de jogos”, mas, como exposto nessa dissertação, creio que ele erra o alvo e o método argumentativo. Ele não deveria criticar a coerência, mas, sim, os efeitos danosos desta postura no mundo porque, dentre outros motivos, não conseguimos dividir bem os jogos – conforme já tratamos nesta dissertação.

e sua Teoria Pura do Direito. O que se disputa, portanto, é a forma de se olhar para o mundo, o que acaba constituindo uma disputa e, pois, uma crítica externa.¹⁸³

Deste modo, é importante frisar que a disputa aqui não é somente entre posturas mais ou menos coerentes em si mesmas ou entre argumentos isolados em seu mundo próprio criado, mas, sim, entre valores diversos e maneiras de se pensar e de se olhar para um mundo que compartilhamos. Fish assume essa postura mais existencial: “Em contextos comuns, a conversa é realizada com o objetivo de tentar mover o mundo em uma direção em vez de outra. (...) Você afirma algo, em resumo, porque você se importa, não com a afirmação – como se houvesse um valor dentro e a partir dela mesma –, mas, sim, sobre o que se trata a sua afirmação.”¹⁸⁴ Dworkin também concordaria com essa frase, vez que o discurso não tem, de fato, um valor em si ou dentro de si, mas tão somente possui um valor e uma relevância no mundo na medida em que é defendido e justificado dentro de uma prática interpretativa.

Depois de termos visto vários exemplos sobre como Fish e Dworkin viriam a concordar se compreendessem melhor o projeto do outro, por vezes parece que a diferença entre Fish e Dworkin resume-se àquele soar um tanto “retórico demais” em determinados momentos quanto às posturas defendidas no mundo, encarando-as como um instrumento para uma realização existencial; enquanto Dworkin encara o discurso de forma mais valorosa e moral, embebendo-o com um grande papel importante do mundo. Mas, no fundo, concordam sobre o que é interpretação e como ela se dá. Talvez discordem “simplesmente” sobre o modo de encararmos a vida após apreender o que é a empreitada da interpretação e, especificamente, o que fazer com o jogo no âmbito externo e os seus reais danos para a prática, vez que, conforme já afirmado, o homem não é dividido em dois de forma conseguir facilmente atuar externamente e, depois, atuar internamente como se um dos campos não afetasse criticamente o outro.

3.3. Sanando derradeiras incompreensões

O que quero dizer quando afirmo “Dworkin concordaria com Fish” ou “Fish/Dworkin concordaria com esse pensamento”? Certamente, não tenho a intenção de afirmar que se chegássemos diante deles e os indagássemos, tais autores fariam

¹⁸³ E uma crítica externa pode ser mais sedutora na medida em que passa a tentar englobar raciocínios internos do outro a fins de convencê-lo, postura intentada por Dworkin ao englobar os céticos dentro de um mundo dworkineano do qual não pode fugir, pois não poderiam fugir da moralidade.

¹⁸⁴ “In ordinary contexts, talk is produced with the goal of trying to move the world in one direction rather than another. (...) You assert, in short, because you give a damn, not about assertion – as if it were a value in and of itself – but about what your assertion is about.” FISH (2012: 107)

exatamente o que eu estou dizendo e, nem mesmo, que eles realmente afirmariam e “confessariam” concordar com o que eu digo que eles concordam. Porém, pelo ensino dos próprios autores, limitarmos a nossa visão à intenção do autor é algo por demais estreito e limitador na empreitada sobre o interpretar. Deste modo, o meu intuito é projetar o que Dworkin e Fish pensam e concordariam levando-se o em conta todo o debate em questão da melhor forma possível. E, para tanto, o propósito desta dissertação foi o de tentar – por meio da re-construção do pensamento de ambos autores presente nestes artigos – fornecer uma consistente interpretação sobre o modo como eles debateram, mesmo que eles não concordem com isso.

Deste modo, independentemente do que os autores, explicitamente ou não, alegam sobre as suas próprias teorias, essas alegações são somente uma interpretação possível. Aliás, por possuir justamente essa compreensão é que essa dissertação foi viável, tendo em vista que ela é, em seu todo, uma interpretação minha sobre ambos os autores, a qual em muitos casos entra em conflito com a auto-descrição proposta por ambos. E, na arena do debate, eles ou os seus seguidores não podem alegar “mas tal autor diz claramente o oposto”, pois nesta arena o que vale são os argumentos que subjazem e não o que os autores “claramente disseram”, não bastando uma mera auto-descrição ou “esclarecimento do autor” para sanar o debate. Assim, a minha interpretação está sendo avaliada pela minha capacidade de ter conseguido argumentar bem o suficiente minha posição e ter trazido elementos suficientes para comprovar o meu ponto nesta dissertação.

E, para tanto, precisei debruçar-me especialmente na leitura dos artigos. E é curioso, como já dito, pensar que a leitura desta sequência de artigos ocorre como um romance em cadeia. Eu estou lendo e me posicionando sobre a interpretação desta prática, desta troca de artigos, desta ação no mundo que ocorreu entre eles, sendo que Dworkin e Fish são os romancistas. A cada novo artigo, os autores tinham que compreender o que havia se passado até então e precisavam se posicionar, acrescentando um “novo capítulo”.

Outra questão importante a ser levantada é: em que âmbito(s) ocorre(m) o debate entre Dworkin e Fish? É preciso ressaltar que este debate ocorre, em sua grande parte, em um âmbito externo, apesar de Dworkin defender um posicionamento interno e apesar de Fish também se posicionar internamente em alguns momentos, nem que seja simplesmente para provar um ponto. Dworkin se posiciona externamente para poder criticar determinado modo de se olhar externamente a interpretação.¹⁸⁵ Assim, o que eu posso concluir é que

¹⁸⁵ Igualmente, Hart toma um ponto de vista externo sobre o Direito para poder explicar o que é o ponto de vista interno do Direito: “Hart himself, qua legal theorist, actually takes the external point of view towards

Dworkin não critica qualquer tipo de postura externa, mas, sim, uma postura externa que seja cética. Talvez devamos encarar Dworkin como alguém que considera um pensamento externo importante do mesmo modo como devemos encarar Wittgenstein e seus escritos: como uma cura, uma terapia, contra tipos danosos de se pensar externamente.

É claro que Dworkin não admitirá que sua postura é externa, pois ele diria que nunca se pode ser externo – uma vez que seria impossível. Mas, lembremos aqui, estou a falar da minha caracterização sobre este debate e não sobre o modo como Dworkin utiliza o termo externo. Desta forma, na figuração que busquei trazer para elucidar essas incompreensões, há um externo, *stricto sensu*, dentro de um interno *lato sensu*, ou seja, realmente não há um externo *lato sensu*, como defende Dworkin.

E o que eu quero dizer com este “realmente não há”? Estaria eu caindo em contradição ao afirmar que não existe “realmente” um externo, como se eu estivesse fora do mundo? Não, compreender bem o modo como usei o termo “realmente” é compreender que este uso significa que, segundo a minha postura interpretativa moral sobre o mundo, a melhor descrição da nossa prática é de que “realmente” não há um externo *lato sensu*, porém, é claro, essa minha defesa está inescapavelmente dentro de um discurso interno, *lato sensu*.

E o que é este posicionamento meu? Trata-se de um ato moral? Sim, é um posicionamento moral no sentido de que toda postura e interpretação no mundo é uma postura inescapavelmente moral, pois ela defende um dever-ser, um modo como a vida deve ser vivida e compreendida. Esta, sim, é uma grande contribuição de Dworkin para a teoria sobre o Direito – influenciando na prática jurídica – e que Fish parece não a ter captado tão bem. Porém, isso não necessariamente demonstra que Fish está errado em sua posição, mas tão somente mostra que Fish não compreendeu bem como ele está agindo quando ele age como age.

E o que é o meu posicionamento sobre este meu posicionamento? Ou seja, o que é a minha narração sobre o meu posicionamento? Eu escrever essas linhas sobre moral quer dizer que suponho estar em um ponto de vista externo, do qual posso observar que tudo no mundo é moral? Não, isso quer dizer tão somente que eu defendo esse modo de narrar o mundo e interpretá-lo, pois creio que isso confere um melhor modo de vivermos em sociedade. Associar o termo moral ao dever-se que ocorre ininterruptamente em nossas ações é conferir um maior valor aos nossos atos e isso é conferir maior responsabilidade

para eles, o que nos faria melhor pensá-los e melhor ponderarmos em como as nossas atitudes no mundo afetariam os outros. Ou seja, não falo do meu ponto de vista externo e, é claro, a minha postura sobre “a moralidade estar presente em todos os atos” também é uma postura moral minha no mundo, a qual tenta tornar, pois, o mundo melhor nos termos daquilo que entendo o termo “melhor”. Assim, não faço algo além daquilo que todos fazemos sem mesmo admitir que fazemos: defender posturas que afetam o modo do outro valorar o mundo.

E não seria justamente nisto que Dworkin e Fish finalmente discordam? Fish e Dworkin discordam, pois, sobre como devemos narrar a prática (i) em vista do que eles entendem como a melhor narração, ou seja, em vista do que eles entendem como sendo o melhor modo do mundo ser narrado e, portanto, valorado e, portanto, vivido. Aqui, sim, eles discordam neste ponto.

Fish, mesmo admitindo, como Dworkin gostaria, que o seu posicionamento se trata de um posicionamento moral e interpretativo, poderia continuar defendendo que é melhor continuarmos a jogar dois tipos de jogos diferentes e termos noção deles – e não ser incoerente, ao contrário do que diz Dworkin. E é precisamente isso que Fish faz, apesar de nem sempre dito de um modo tão explícito quando Dworkin gostaria: ele defende que é interessante narrar que há um tipo de jogo, no qual falamos “sobre a moralidade/interpretação”, e outro jogo, no qual estamos “dentro da moralidade/interpretação”. Ou seja, conforme dividimos no ponto (2.3.)¹⁸⁶ há um discurso externo, *stricto sensu*, e um discurso interno, *stricto sensu*; e Fish diz que é importante existir esse modo diferente de tratar esses discursos e não simplesmente dizer que todo discurso é interno, *lato sensu*, tentando englobar todos os modos de interagirmos e discutirmos e esperar que isso resolva o problema.

De outro lado, Dworkin, como afirmado, critica posturas que defendem ser possível dividir o interno do externo, vez que, para o autor, a posição externa seria impossível porque toda interpretação é interna, no sentido de não conseguirmos escapar da empreitada interpretativa ou moral. E Dworkin realmente está certo no que tange às críticas à postura externa, *lato sensu*. Porém, ainda é possível, sim, uma postura externa, *stricto sensu*.

Devemos, portanto, re-pensar o modo como as discussões ocorrem e o que devemos compreender do uso de determinadas expressões em determinados contextos com determinados fins. Todos os assuntos e discussões podem ser qualificados como discussões

¹⁸⁶ “2.3. O interno, o externo e o descompasso linguístico entre Dworkin e Fish.” A partir da página 66.

políticas, estéticas, morais, existenciais etc. E eu uso o termo “podem” não sob um ponto de vista abstrato da possibilidade de que “todos podem, eventualmente, dizer qualquer ideia que passar pelas suas cabeças e não há nada para impedi-los”, mas, sim, sob a perspectiva de que tudo está realmente relacionado com tudo e que todas as nossas ações podem, deveras, serem encaradas sob os diversos tipos de caracterizações, bastando um olhar atento e sensível para a multiplicidade do mesmo, o qual não é, pois, nunca o mesmo.

Assim, pode-se dizer que tudo está relacionado com tudo e que tudo pode ser moral ou política ou estética etc. Mas não é para tanto que estou propriamente atentando, mas, sim, para o fato de que quando dizemos que algo é moral queremos destacar (ou desconsiderar) esse fator, esse aspecto deste ato/fato específico, e trazer uma maior (ou menor) atenção dos nossos interlocutores para essa questão. Quando alguém diz, no meio de uma discussão, “isso não é uma questão moral” ou “isso não é uma questão política”, esta pessoa pode tão somente estar querendo dizer que ela gostaria que o seu ouvinte prestasse atenção em outros pontos a par das questões morais e políticas, as quais envolvem todo o nosso agir no mundo. Tal pessoa não quer dizer necessariamente que, no fundo e de forma absoluta, o debate em questão não tem nada que ver com política ou moral, pois tudo pode estar relacionado com tudo, bastando, para tanto, a capacidade do intérprete de enxergar.

Deste modo, o ensinamento de Dworkin me parece muito bom quando se trata de elucidar sobre todas as questões estarem envolvidas, de uma forma ou outra, com os diversos temas e posturas do homem no mundo – estética, filosófica, política, moral etc.¹⁸⁷ Porém, a par disso, temos que entender que os diversos termos e expressões, tais como “isso é uma questão estética” ou “isso é uma questão moral”, são ferramentas de comunicação das quais nos valem para organizar o nosso conhecimento e, principalmente, direcionar as nossas discussões no intuito de sermos mais bem compreendidos e de utilizarmos melhor o nosso tempo. Desta maneira, assim como Dworkin acertadamente critica Fish quando se recusa a entender a distinção entre interpretar e inventar; também Fish acertadamente critica Dworkin quando este se recusa a entender a distinção sobre falar de dentro-da-moralidade e sobre-a-moralidade.

¹⁸⁷ Encontramos nessa troca de artigos uma percepção de Dworkin de que o modo como lidarmos com Política, Arte e Direito é semelhante, estando todos unidos na Filosofia. O projeto de integração das várias áreas de atuação do homem no mundo ficará mais evidente no último livro seu, *Justice for Hedgehogs*, no qual a moralidade ganha maior relevo. De qualquer forma, como dito, o seguinte trecho do primeiro artigo que motivou este debate já mostra esse germen de integração: “...I end simply by acknowledging my sense that politics, art, and law are united, somehow, in philosophy.” DWORKIN in MITCHELL (1983: 270)

Para ambos saírem deste mal compreendido e se entenderem, eles devem, pois, adentrar no jogo linguístico do outro e compreender como os termos e as distinções são feitas lá. Isso não quer dizer que eles não possam discordar, como realmente discordam, no fundo, sobre se é bom ou não narrarmos o mundo do modo como cada um pretende narrar. Todavia, pouco foi debatido neste terreno entre os dois.

E o que seria um argumento neste terreno? Alguns argumentos, por exemplo, que pensassem sobre as vantagens e desvantagens dos usos de determinados modos de se jogar e de estar no mundo. Ou seja, o argumento teria que ser existencial – pois seria uma escolha singular singularíssima que afetaria o modo de se colocar no mundo, defendendo os benéficos efeitos políticos, morais, estéticos, filosóficos etc. que poderiam causar no mundo.

3.4. Afirmar a si mesmo é existir valorosamente no mundo

Falar é um modo de nos tocarmos com palavras para o qual a sociedade caminhou. Os dedos, as mãos, os braços, os corpos se tocam causando sensações e reações em nossos corpos e nos outros. O profundo encarar o outro nos olhos bem como a mais singela troca de olhares afetam o nosso humor, o nosso pensamento e o nosso modo, enfim, de encararmos o mundo em toda a nossa complexidade. As palavras e os discursos, porém, também nos tocam e nos afetam tão ou mais intensamente quanto uma mão. Belas conversas fluem em nós influenciando-nos seja para sentimentos políticos, amorosos, morais, estéticos, existenciais, teológicos ou tantos outros. E a fala só faz sentido porque ela tem um sentido existente no modo como jogamos com as palavras em nosso viver coletivo singular. Como nós sabemos o que sentir quando ouvimos determinada palavra?, quando ouvimos um discurso bem elaborado? Nós “sabemos o que sentir” ou nós vamos sentindo porque já existem sentimentos ligados a determinadas palavras e modos de construção de raciocínio?

Jogamos com os termos e modos de utilizá-los de diversas formas ao longo da vida. Como saber, então, que usamos uma palavra do jeito correto ou que entendemos um termo do modo como ele deveria ser entendido? Como devemos entender o uso da palavra “cachimbo” escrita em determinado quadro? Enfim: como conseguimos viver e interpretar os gestos, ações, falas e todos os meios possíveis de comunicação utilizados pelo Outro? Devemos recorrer aos ditos “jogos de linguagem” e pensar em como uma palavra é utilizada dentro deste jogo? Mas qual jogo estamos jogando? Não é o próprio entendimento sobre qual jogo estamos jogando – a partir do qual devemos perscrutar o

significado de um termo – um entendimento normativo sobre para qual jogo devemos olhar a fim de perfazer a melhor interpretação? E não é a própria prática social, os jogos de linguagem, um modo de ser em constante mudança alterável com a passagem do tempo e das pessoas?

O próprio falar e estar no mundo é tanto um reforço quanto uma modificação no modo como os jogos ocorrem, é um afetar a própria prática e, portanto, é um influenciar a própria existência, fazendo-a ser o que é enquanto ela vai sendo em seu devir.

E pensar em qualquer sociedade é pensar no modo como ela se comunica, pois só assim ela existe. “Imaginar uma linguagem significa imaginar uma forma de vida”¹⁸⁸, diz Wittgenstein. E afetar o modo como uma linguagem ocorre é afetar a forma de vida envolvida com essa linguagem.

Seja propositadamente, por meio atitudes que re-pensem os termos e intentam modificar o modo como o usamos, seja por distração ou nervosismo ou ansiedade ou pressa na fala, nós alteramos a prática com o passar do tempo. A noção do que é “saúde”, “punição justa”, “família”, “liberdade de expressão”, “Direito”, “sexualidade” etc., bem como o modo como discutimos esses temas em sociedade vem sendo modificado desde sempre. As pessoas vão aprendendo o que as palavras e expressões significam no mundo e, ao aprenderem, já inserem uma contribuição própria mesmo sem conscientemente desejar. Novas pessoas vão aprendendo os gestos, os discursos, o modo de olhar para o mundo e, no próprio transmitir, há uma alteração. Essa modificação nos termos e instituições vai incomodando outras pessoas acostumadas com velhos hábitos ou simplesmente pessoas que possuírem hábitos diferentes ou modos diferentes de enxergar o mesmo hábito. Essa análise atinge desde construções gramaticais – e usos de termos e expressões – até a ética entre pessoas e gerações diferentes. Briga-se, discute-se, entra-se em conflito, pelo uso de um termo, ideia e instituição, pois se quer manter determinado jogo por algum motivo qualquer. E o jogo é um jogo de estar no mundo. Briga-se, portanto, por motivos existenciais-morais, por querermos afetar o mundo deste ou daquele jeito.

E também foi assim com Dworkin e Fish nesse debate conforme eles foram se posicionando contra o outro acerca do uso de determinados termos, expressões, modos de se discursar e narrar o mundo.

Agora, um giro: Dworkin e Fish, dentro desta discussão, acabam sendo personagens e autores de sua própria obra. Eles precisaram reler os artigos do adversário bem como os

¹⁸⁸ “To image a language means to image a form of life”. WITTGENSTEIN (2010: 11)

próprios artigos, tentando compreender o debate como um todo, formando uma posição sobre o que é o debate, sobre o que trata e sobre como devem proceder na escrita de um artigo para respeitar o discutido até então e para conferir um valor que contribuísse para “esse romance em cadeia de artigos”. Outrossim, como já dito, a escrita dessa dissertação faz parte da re-caracterização deste debate, na medida em que eu também li esse romance entre Dworkin e Fish e apresentei a minha leitura, justificando-a.

E é exatamente isso que é a vida; pois é exatamente isso que significa estar no mundo, no qual estamos todos nós indissociáveis da interpretação. As nossas ações no mundo ocorrem e são interpretadas por nós mesmos e por outros, sendo um grande intercalar de romances, formando histórias entrelaçadas, as quais vão formando essa grande trama que é a nossa prática humana, que é a própria existência no mundo. Quando uma mãe fala para seus filhos sobre o seu pai, ela está criando uma versão, uma narração sobre o pai. Isso afetará o modo como a criança e o adolescente construirão a figura paterna. É com essa interpretação que o filho vai sendo criado. Após algum tempo, ele pode alterar essa interpretação e enxergar o pai com outros olhos, o que fará com que literalmente o seu pai passe a ser outra pessoa, pois de tal monta é o poder da interpretação. Ademais, a versão do pai dificilmente virá de uma fonte apenas, sendo incrementada pelos avós, tios, irmãos, vizinhos, amigos da família etc. É uma multiplicidade de interpretações e histórias que vai formando uma narrativa relativamente coerente na medida em que é inteligível. As opiniões contrárias vão sendo acareadas, as opiniões semelhantes vão se harmonizando e tudo vai se ajeitando, enquanto vamos andando pela vida e esbarrando nas interpretações afora.

E possuir essa auto-consciência do que seja a vida e o estar-no-mundo é assumirmos a nossa responsabilidade interpretativa e justificativa no mundo, apreendendo o interlaçar das posturas, *stricto sensu*, moral, ética, política, existencial, estética e outras; sendo todas elas abraçadas pela moralidade, *lato sensu*.

Escolher a si mesmo é compreender o dever-ser que sai de nós sem percebermos, é compreender o modo como afetamos o mundo em nossas ações ou abstenções. Assumir a existência no mundo e o efeito que causamos nos outros é existir valorosamente no mundo, pois cada vez mais nos tornaremos mais conscientes de nossas ações e mais assumiremos cada ação como um posicionar-se no mundo. Isso confere um valor ao nosso existir e uma responsabilidade pelo Outro e, principalmente, uma responsabilidade por nós mesmos.

Dito isso e já caminhando para o fim, um esclarecimento ainda é importante: ao longo desta dissertação, fiz uso do termo moral e política, *lato sensu*, como se estes termos fossem menos complicados e menos ecléticos do que são.

Assim, é bom ressaltar que, quando digo moralidade *lato sensu*, deveras estou visualizando um sentido muito amplo. Moralidade, nestes termos, é usada para designar posturas de dever-ser e, deste modo, tudo realmente acaba por ser moral, pois sempre se lança um dever-ser¹⁸⁹, sendo impossível falar sobre um ser em si abstrato. Deste modo, até posturas científicas sobre o comportamento das partículas é moral no sentido de que, para se tentar explicar determinados fenômenos, devemos partir de certos pressupostos e instrumentos de compreensão do mundo; de forma que, se partíssemos de outros pressupostos, outras seriam as explicações e o modo como o mundo nos aparece – pensem na diferença no olhar de um homem de uma tribo da América do sul antes de Cristo e de um homem atual sobre o que é o céu, o mundo, as estrelas e a chuva.

Em relação ao termo política, *lato sensu*, usei-o para designar as ações que levam em conta um projeto de afetar toda um grupo de pessoas e, direta ou indiretamente, toda a sociedade. Assim, desde o ato de pegarmos algum lixo que acaba se de ser jogado na rua por alguém desleixado até atuarmos ativamente em manifestações ou debates sobre células-tronco, todas essas ações são políticas, pois afetam outros a se comportarem do modo como entendemos ser o melhor para a sociedade, vez que os outros sempre estão olhando as nossas ações e julgando. Cada ato, pois, mesmo o menor deles, consciente ou não, como um carinho em nossas filhas ou amigos, representa uma postura no mundo e pode afetar o olhar do outro, fazendo-o repensar em suas próprias ações e modos de se encarar a vida.

E, por fim, o uso do termo “existencial” nesta dissertação. Uso-o para fazer referência ao ato de realizarmos escolhas no mundo e assumirmos as consequências, ponderando sobre estas em nosso agir, compreendendo que nossas ações afetam o Outro.

Estar no mundo é estar no mundo existencialmente. Compreender o absurdo do mundo é compreender, igualmente, que o significado do mundo está em nós. Possuímos escolhas na medida em que nos narramos como possuidores de escolhas. E nos narrar assim é lançar um pensar consciente sobre nossos atos e suas justificativas, independentemente das causas ou estruturas que nos influenciaram para sermos quem somos hoje – vez que esse tipo de análise está em outro âmbito, qual seja, o externo. Ser

¹⁸⁹ Para uma discussão mais aprofundada, ver: GARROTE, Bruno M. Do Livre-arbítrio e da Justiça: cartas a um amigo distante. [Trabalho de Conclusão de Curso] Brasília: Faculdade de Direito da UnB, 2009.

autêntico é escolher a si mesmo e escolher a si mesmo não é nenhum ato místico, apesar dos fortes sentimentos envolvidos para além do eu, mas, sim, um ato que se curva sobre o seu próprio eu, analisa-se, pensa-se e age, assumindo as escolhas em vista do que se quer para si, levando em conta o seu existir no mundo e o existir dos Outros. A saída, pois, diante do desespero, angústia e absurdo é, na verdade, uma entrada: um colocar-se no mundo. Não ser autêntico é não pensar nas próprias ações, não as assumindo nem conferindo valor a eles, simplesmente ir vivendo ao acaso sem conferir sentido e consequências ao nosso agir.

Tendo isso em vista, narrar o mundo de modo a re-caracterizar as nossas ações como ações morais é conferir um maior valor às nossas ações, o que, inevitavelmente, confere maiores ponderações e preocupações diante da existência do Outro dentre deste mundo compartilhado de existências. Trata-se, pois, de assumirmos que temos que escolher; e quanto mais escolhermos de forma consciente nossos atos, mais tornaremos a vida valorosa, uma vez que deixaremos de ser conduzidos por fatores externos e não-pensados, os quais obnubilam nossa vida ao deixá-la passar por nós sem a escolhermos. Deste modo, afirmarmos a nós mesmos é existirmos valorosamente no mundo na medida em que agarramos o nosso viver e conferimos significados consciente a nossos atos, os quais serão vistos e, portanto, interpretados por outros.

Como diz Dworkin nas últimas linhas de seu último livro: “Sem dignidade as nossas vidas são somente brilhos passageiros. Mas, se nós conseguirmos levar bem uma boa vida, nós criamos algo a mais. Nós assinamos uma subscrição à nossa mortalidade. Nós fazemos das nossas vidas pequenos diamantes nas areias cósmicas”.¹⁹⁰

Concordando com isso, digo, pois que assumir um compromisso ético é inseparável do nosso compromisso moral, existencial, estético e político no mundo. Diz, em outro momento, Dworkin:

Nós devemos, então, fazer o nosso melhor, dentro das constrições da interpretação, para tornar o Direito fundamental de nosso país no que o nosso senso de justiça aprovaria; não porque nós precisamos, às vezes, ceder o Direito em prol da Moralidade, mas porque isso é exatamente o que o Direito, corretamente entendido, requer.¹⁹¹

¹⁹⁰ “Without dignity our lives are only blinks of duration. But if we manage to lead a good life well, we create something more. We write a subscript to our mortality. We make our lives tiny diamonds in the cosmic sands.” DWORKIN (2011: 423)

¹⁹¹ “We must therefore do our Best, within the constraints of interpretation, to make our country’s fundamental law what our sense of justice would approve, not because we must sometimes compromise law with morality, but because that is exactly what the law, properly understood, itself requires.” DWORKIN (2011: 415)

Talvez a "conclusão" desta dissertação seja a contribuição mais singela: compreender que estar no mundo é interpretá-lo fluidicamente, sem interrupção, e que estar no mundo é um constante agir moral irrefutável. E, se nós não assumirmos e afirmarmos a nós mesmos e nossas ações, nossas existências não serão valorosas no mundo e passaremos por ele tendo nossas escolhas sendo feitas por outros ou por fatores externos quaisquer.

Assim, a contribuição pode ser singela, mas realmente compreender o que ela significa e passar a viver com a auto-consciência desta percepção talvez não seja uma singela tarefa. Ficarei grato, se consegui instigar um pouco mais os juristas para caminharem para esta direção e para encararem os seus mínimos atos diários como posturas morais, independentemente da sua área de atuação e, inclusive, independentemente de serem juristas.

4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANSCOMBE, G. E. M. **On Brute Facts**. In: **Analysis**. Vol. 18, nº3. Oxford University Press, 1958. (pp. 69-72). Disponível em: <www.jstor.org/stable/3326788>. Acessado em: 19/06/11.

AUSTIN, J. L. **How to do things with words**. 2ªedition. Cambridge: Harvard University Press, 1975.

BONORINO, Raul Pablo. **Objetividad y verdad en el derecho**. Universidad Externado de Colombia: Colombia, 2002.

CABRERA, Julio. **Acerca do ponto de vista externo**. [texto lido em vídeo] Brasília, 2012.

_____. **Margens das filosofias da linguagem: conflitos e aproximações entre analíticas, hermenêuticas, fenomenologias e metacríticas da linguagem**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2009.

_____. **Problemas de estética e linguagem. Uma abordagem analítica**. Santa Maria: UFSM, 1986.

COSTA, Alexandre Araújo. **Direito e Método: diálogos entre a hermenêutica filosófica e a hermenêutica jurídica**. [Tese de Doutorado] Brasília: Faculdade de Direito da UnB, 2008. Disponível em: <<http://www.arcos.org.br/monografias/direito-e-metodo>>. Acessado em: 23 nov. 2009.

DORE, Isaak I. **The Epistemological foundations of law: readings and commentary**. Durham: Carolina Academic Press, 2007.

DWORKIN, Ronald. **A Matter of Principle**. Cambridge (MA): Harvard University Press, 2000.

_____. **Does law have a function? A comment on the two-level theory of decision.** Yale Law Journal, number 74, 640. 1964-1965.

_____. **Is there truth in interpretation? Law, Literature and History.** In: **Biennial Lecture on Jurisprudence.** Washington: Law Library of Congress, 2009. Vídeo. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=742JyiqLhuk>>. Acessado em: 18/06/11.

_____. **Justice for Hedgehogs.** Cambridge (MA): The Belknap Press of Harvard University Press, 2011.

_____. **Justice in Robes.** Cambridge (MA): Harvard University Press, 2006.

_____. **Law's Empire.** Cambridge (MA): The Belknap Press of Harvard University Press, 1986.

_____. **"Natural" law revisited.** University of Florida Law Review. Vol. XXXIV, number 2. Winter, 1982.

_____. **Objectivity and truth: You'd better believe it.** Philosophy and Public Affairs. Vol. 25, nº 2. Spring 1996, pp. 87-139. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/55622455/Dworkin-Objectivity-and-Truth>>. Acessado em: 16/06/11.

_____. **Taking Rights seriously.** Cambridge (MA): Harvard University Press, 1977.

FERRAZ JUNIOR, Tercio Sampaio. **Introdução ao estudo do direito: técnica, decisão, dominação.** 6ªed. São Paulo: Atlas, 2008.

FISH, Stanley Eugene. **Doing what comes naturally.** 5ªprinting. Durham and London: Duke University Press, 2007.

_____. **Is there a text in this class?: the authority of interpretive communities.** Cambridge and London: Harvard University Press, 1980.

_____. **The trouble with principle.** Cambridge and London: Harvard University Press, 2001.

_____. **There's no such thing as free speech: and it's a good thing too.** New York: Oxford University Press, 2012.

_____. **Wrong Again.** In: **Texas Law Review**, vol. 62, (p. 299-316.). 1983. Disponível em: <<http://heinonline.org/HOL/LandingPage?collection=journals&handle=hein.journals/tlr62&div=19&id=&page=>>>. Acessado em: 01/11/2012.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso.** 14ª ed. Trad.: Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Loyola, 2006.

GARROTE, Bruno M. **Do Livre-arbítrio e da Justiça: cartas a um amigo distante.** [Trabalho de Conclusão de Curso] Brasília: Faculdade de Direito da UnB, 2009.

GLOCK, Hans-Johann. **A Wittgenstein Dictionary.** Malden (MA) and Oxford (OXON): Blackwell Publishing, 1996.

HABA, Enrique P. **Rehabilitación del no-saber en la actual teoría del derecho. El bluff Dworkin.** In: **Cuadernos de Filosofía del Derecho.** n.24. pp.165-201. Alicante: Ingra Impresores, 2001.

HART, H. L. **The concept of law.** 2nd ed. Oxford: Oxford Univ. Press, 1997.

KELSEN, Hans, **O problema da justiça.** São Paulo: Martins Fontes, 2003.

_____. **O que é justiça?** 2ª ed., São Paulo: Martins Fontes, 1998.

_____. **Teoria Pura do Direito.** Trad.: João Baptista Machado. 7ªed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

KIERKEGAARD, Søren. **Either/Or**. Part I. Edited, Translated, Introduction and Notes: Howard V. Hong and Edna H. Hong. Princeton: Princeton University Press, 1987.

_____. **Either/Or**. Part II. Edited, Translated, Introduction and Notes: Howard V. Hong and Edna H. Hong. Princeton: Princeton University Press, 1987.

_____. **O desespero humano**. Trad.: Adolfo Casais Monteiro. São Paulo: Editora Unesp, 2010.

KITCHELL, Sarah J. (editor) **Symposium: Justice for Hedgehogs: a conference on Ronald Dworkin's Forthcoming book**. In: **Boston University Law Review**. Volume 90. Number 2, April 2010. Disponível em: <<http://www.bu.edu/law/central/jd/organizations/journals/bulr/volume90n2/>>. Acessado em: 17/06/11.

MACCORMICK, Neil. **Argumentação jurídica e teoria do direito**. Trad.: Waldéa Barcellos. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

_____. **Institutions of Law: an Essay in Legal Theory**. New York: Oxford University Press Inc., 2007.

_____. **Practical reason in law and morality**. New York: Oxford University Press Inc., 2008.

MITCHELL, W. J. T. (editor). **The Politics of Interpretation**. Chicago and London: The University of Chicago Press, 1983.

NIETZSCHE, Friedrich W. **Acerca da Verdade e da Mentira; O Anticristo**. Trad.: Heloisa da Graça Burati. São Paulo: Rideel, 2005a.

_____. **A Gaia Ciência**. Trad., notas e posfácio: Paulo César de Souza. 2ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

_____. **A Vontade de Poder.** Trad.: Marcos Sinésio Pereira Fernandes e Francisco José Dias de Moraes. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008.

_____. **Além do Bem e do Mal: prelúdio a uma filosofia do futuro.** Trad., notas e posfácio: Paulo César de Souza. 5ª reimpressão. São Paulo: Companhia de Bolso, 2005b.

_____. **Assim Falou Zaratustra: um livro para todos e para ninguém.** Trad.: Trad., notas e posfácio: Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

_____. **Aurora: Reflexões sobre os preconceitos morais.** Tradução, notas e posfácio: Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2004a.

_____. **Crepúsculo dos Ídolos ou Como se filosofa com o Martelo.** Trad., notas e posfácio: Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2006a.

_____. **Ecce Homo: como alguém se torna o que é.** Tradução, notas e posfácio: Paulo César de Souza. 2. ed. 4. reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 2005c.

_____. **Fragmentos do Espólio: julho de 1882 a inverno de 1883/1884.** Trad., seleção e prefácio: Flávio R. Kothe. Brasília: Universidade de Brasília, 2004b.

_____. **Fragmentos Finais.** Trad., seleção e prefácio: Flávio R. Kothe. 1ª reimpressão. Brasília: Universidade de Brasília, 2007.

_____. **Genealogia da Moral: Uma Polêmica.** Trad.: Paulo César de Souza. 8. reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 2005d.

_____. **Humano, Demasiado Humano: Um livro pra espíritos livres.** Trad., notas e posfácio: Paulo César de Souza. 7ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SCHLEIERMACHER, Friedrich D. E. **Hermenêutica: Arte e técnica da interpretação.** Trad.: Celso Reni Braida. 6. ed. Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2008.

SEABRA, Murilo Rocha. **Porque não se deve interpretar as *Investigações de Wittgenstein: Reflexões metafilosóficas contra a exegese acadêmica***. [Dissertação de Mestrado]. Brasília: Faculdade de Filosofia da UnB, 2010.

SEARLE, John R. **How to derive “ought” from “is”**. In: **The Philosophical Review**. Vol. 73, nº1. Duke University Press, 1964. (pp. 43-58). Disponível em: <www.jstor.org/pss/2183201>. Acessado em: 19/06/11.

SCHELLY, Judith M. **The Dworkin-Fish Debate (or, Soccer amongst the Gahuku-Gama)**. In: **California Law Review**. vol. 73. (p. 158-180). 1985. Disponível em:<<http://heinonline.org/HOL/LandingPage?collection=journals&handle=hein.journals/calr73&div=13&id=&page=>>>. Acessado em: 01/11/2012.

SHAPIRO, Scott J. **What is the internal point of view?** In: **Fordham Law Review**. vol.75.(1157-1170). 2006-2007. Disponível em:<<http://heinonline.org/HOL/LandingPage?collection=journals&handle=hein.journals/flr75&div=48&id=&page=>>>. Acessado em: 01/11/2012.

SPICA, Marciano Adilio. **Entre o Mostar e o Imaginar: reflexões sobre o Tractatus e a natureza dos juízos morais**. In: **Kalagatos** (Revista de Filosofia). v.4. n.7. Fortaleza: Editora da UECE, 2007.

STIRNER, Max. **O Único e a Sua Propriedade**. Trad.: João Barrento. Lisboa: Antígona, 2004.

WARAT, Luis Alberto. **Manifestos para uma ecologia do Desejo**. In: **Territórios desconhecidos: a procura surrealista pelos lugares do abandono do sentido e da reconstrução da subjetividade**. (v.1) Florianópolis: Fundação Boiteux, 2004.

WITTGENSTEIN, Ludwig. **Da Certeza**. Trad.: Maria Elisa Costa. Lisboa: Edições 70 Ltda, 2000.

_____. **Notebooks: 1914-1916**. Trans: G.E. M. Anscombe. New York and Evaston: Harper Torchbooks, 1961.

_____. **Philosophical investigations.** Trans.: Anscombe; Hacker and Schulte. Revised fourth edition. Malden (MA) and Oxford (OXON): Wiley-Blackwell, 2010.

_____. **Tractatus Logico-Philosophicus.** Trad.: Luiz Henrique Lopes dos Santos. 3ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

_____. **Wittgenstein's Nachlass.** The Bergen Electronic Edition. [CD-ROM]. Oxford and New York: Oxford University Press, 1998.

_____. **Zettel.** Trans.: G.E.M. Anscombe. Berkeley and Los Angeles: University of California Press, 2007.